



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, CONFLITOS E MUDANÇA SOCIAL:**  
**um estudo sobre a Vila Lafayette no Município de Monteiro/PB**

**PAULO ROMÁRIO DE LIMA**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2022**

**PAULO ROMÁRIO DE LIMA**

**A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, CONFLITOS E MUDANÇA SOCIAL:  
um estudo sobre a Vila Lafayette no Município de Monteiro/PB.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas

**Orientadora:** Profa. Dr<sup>a</sup>. Ramonildes Alves Gomes

**CAMPINA GRANDE- PB**

**2022**

L732t

Lima, Paulo Romário de.

A transposição do Rio São Francisco, conflitos e mudança social : um estudo sobre a Vila Lafayette no Município de Monteiro / Paulo Romário de Lima. - Campina Grande, 2022.

128 f. il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação: Prof. Dr. Ramonildes Alves Gomes."

Referências.

1. Mudança Social. 2. Políticas Públicas. 3. Conflitos Hídricos. 4. Transposição do São Francisco. I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 316.42(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS  
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

## FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

**PAULO ROMÁRIO DE LIMA**

*A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, CONFLITOS E MUDANÇA SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A VILA LAFAYETTE NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO/PB*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em: 18/03/2022

Prof. Dr. Ramonildes Alves Gomes - PPGCS/UFCG  
Orientadora

Prof. Dr. Roberto de Sousa Miranda - PPGCS/UFCG  
Examinador Interno

Prof. Dr. Paulo César Oliveira Diniz - UACIS/CDSA/UFCG  
Examinador Externo



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO DE SOUSA MIRANDA, PROFESSOR**, em 28/03/2022, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

Documento assinado eletronicamente por **RAMONILDES ALVES GOMES, PROFESSOR**, em



28/03/2022, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CESAR OLIVEIRA DINIZ, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/07/2022, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **2186418** e o código CRC **73703A2B**.

---

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação, ao meu pai Damião de Assis Telis (*in memoriam*) e aos meus avós José Evangelista de Lima (*in memoriam*) e Maria Telis da Silva (*in memoriam*), que tanto me ensinou “não há enchente que não passe”.

## AGRADECIMENTOS

*“Ter companheiros  
é deixar de ser um só.  
É passar a fazer parte  
das fileiras históricas  
de seres humanos  
que passaram a vida  
na batalha”  
(Paula Adissi)*

A conclusão desta dissertação faz parte de uma longa e desafiadora trajetória de pesquisa e de escrita, que me transformou como pesquisador e já tem influência direta na minha vida pessoal.

Contudo, nunca foi de forma solitária, por isso, agradeço em primeiro lugar a minha família que sempre esteve comigo me dando forças e o suporte necessário, para que eu conseguisse lograr êxito na minha caminhada. Nos momentos mais difíceis sempre estavam prontos para me tranquilizar e me fazer seguir em frente, com palavras e ações que não me deixaram desanimar, o “vai dar certo”, e “vamos dar um jeito” sempre se fizeram presentes, nisso refiro-me aos meus pais Damião de Assis Telis (*in memoriam*), e Maria Aparecida de Lima, meus irmãos Renatha Rêllma de Lima e José Evangelista de Lima Neto, meus sobrinhos Pedro Arthur de Lima Nóbrega e Maria Isabelly de Lima Santos, sobretudo, a minha vóinha pelas orações, abraços, beijos, palavras de carinho e por sempre dizer, que eu iria vencer e sair fora.

Ao CNPQ por ter possibilitado durante dois anos a bolsa de estudos, tornando possível a minha permanência na Universidade e a conclusão deste trabalho.

A todas as famílias da Vila Lafayette, pela receptividade, acolhimento e em especial, aos entrevistados e entrevistadas, que permitiram terem suas histórias contadas, por meio desta pesquisa.

À professora Dr<sup>a</sup>. Ramonildes Alves Gomes pela disponibilidade, paciência, orientação, amizade, sensibilidade e ensinamentos, tornando possível a conclusão desta dissertação.

Aos professores que se disponibilizaram a participar da banca examinadora e pelas excelentes contribuições: Roberto de Sousa Miranda e Paulo Cesar Oliveira Diniz.

Agradeço enormemente aos meus amigos e amigas da turma 2017 de ciências sociais da UFCG/CDSA, que de forma direta ou indireta colaboraram e me incentivaram a tentar o processo seletivo do mestrado, torço pelo sucesso de todos, meu agradecimento especial para minhas

amigas Aucilene Rodrigues, Maria Thayane, Isabele Nascimento, Carol Batista, Lalinha Salles e Rickária Brandão.

Também quero agradecer a toda turma do PPGCS de 2019, especialmente, às queridas Susana Rolin, Gessyelle Catherine, Ariane Alves, Clessiana, Miscillane Silva, Taiza Nunes, Marcus Whinter, Ari, Erick e Kelvin, que foram fundamentais nas partilhas de risos, dores, reflexões e apoio durante todo esse processo do mestrado.

À minha companheira Larissa Brito, pelo carinho, paciência, companheirismo, respeito, por sempre dizer “falta pouco”, “olha o tanto que você fez hoje”, por partilhar comigo poesias, ventos de mudança, rebeldia, dias e noite desta pesquisa segurando na minha mão e me dando força.

À minha amiga Anne Tavares e a sua filha Aurorinha, pela sua amizade, companheirismo, carinho e por não me deixar desanimar. À minha querida amiga Katarina Queiroz, pela sua amizade e companheirismo.

Estendo meus agradecimentos a Vinícius Silva e Claudiney Inô, dois amigos muito especiais com quem partilho valorosos sonhos, dores e risos.

À minha terapeuta Luiza Porcaro por me fazer entender que já superei muitas coisas na minha trajetória de vida.

À toda Pastoral da Juventude Rural, por me ensinarem que “jovem da roça também tem valor” em especial, Simone Beatrice, Paulo Mansan, Kleitinho Mendes e Maciel Côver. Ao Levante Popular da Juventude, por me forjar em coletivo, em particular, às minhas amigas Sam Lima, Daiane Araújo, Polyanna Caluête, Sofia Isbelo, Maria Lidia, Diego Nascimento, Helen Lima, Kamila Torres, Marciana Ferreira e Arthur Nóbrega, por dividir comigo militância, sonhos coletivos, companheirismo, amizade, formação, resistência, luta, mística e rebeldia na construção de um Projeto Popular para o Brasil.

Ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra, em especial, a equipe do Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira, Dilei Shiochet, Alan Kilson, Noaldo e Josélia Melo, pela acolhida, carinho e por me ensinar que as conquistas são frutos dos pés em luta a marchar.

A todos os professores e professoras, que contribuíram para minha formação acadêmica, pois sem os ensinamentos deles e delas eu não teria chegado até aqui.

Ao grupo de pesquisa LERA pelas contribuições e pelo exemplo diário, em especial Ana Paula, Simony Araújo, Valdênio Menezes, Kalyane Maia e Aldo Nunes.

Por fim, mas tão importante quanto, agradeço a força dos Orixás, a Deus e aos encarnados e encarnadas.

## RESUMO

Esta pesquisa consiste em mais um esforço de problematizar o processo de transposição do Rio São Francisco, enquanto uma estratégia de desenvolvimento. Assim, a dissertação tem o objetivo de analisar os conflitos e as mudanças sociais decorrentes do processo de transposição do Rio São Francisco, especialmente as mudanças que afetaram a vida das famílias agricultoras residentes na Vila Lafayette, no município de Monteiro-PB, considerando, centralmente, as questões relacionadas ao acesso à água, às estratégias de trabalho e geração de renda. O percurso metodológico que adotamos para desenvolver a dissertação se apoiou na pesquisa qualitativa, privilegiando técnicas como a pesquisa documental, bibliográfica e o trabalho de campo. Assim, fizemos uma recapitulação de como a seca de 1877-1879 foi fundamental para o nordeste se tornar uma preocupação política nacional. Iniciando um período de grandes obras para combater a seca por parte do Estado brasileiro. Também abordamos como o semiárido virou espaço de experimentalismos, ao mesmo tempo, foi se construindo ideologicamente perante a população, especialmente, os mais pobres, a crença de que a próxima obra resolveria o problema da seca sem em nenhum momento atacar a concentração de terras, de água e de rendas. Para tanto, refletimos usando interpretações clássicas sobre o semiárido nordestino. Sobretudo, Albuquerque Júnior, (2011); Carvalho, (1985) e Bursztyn (2008). Assim, procuramos explicitar os conflitos desde o surgimento da proposta de construção da obra no século XIX e que ainda persistem sobre a transposição do Rio São Francisco. Por diversos momentos faltavam tecnologias para transpor a água, em outros não havia recursos e condições políticas, para levar a ideia adiante, até que chegou o momento em que houve uma combinação desses fatores, possibilitando que a transposição saísse do papel. Desse modo, descrevemos os conflitos existentes no entorno da obra, bem como as implicações decorrentes do processo de reassentamento dos moradores da Vila Lafayette. Por fim, apresentamos, através de evidências, o processo de desterritorialização das famílias reassentadas da Vila Lafayette, e o percurso com vistas à reterritorialização. Esses processos são evidenciados na experiência de viver em insegurança hídrica, nas tentativas de transformar os lotes em espaços produtivos e, até mesmo nos conflitos entre moradores de origens diferentes.

**Palavras-chave:** Mudança Social. Conflitos Hídricos. Transposição do São Francisco.

## ABSTRACT

This research consists of one effort to discuss the problems regarding the process of transposition of the São Francisco River as a development strategy. Thus, the dissertation aims to analyze the conflicts and social changes resulting from the process of transposition of the *São Francisco* River, especially the changes that affected the lives of farming families residing in *Vila Lafayette*, in the city of *Monteiro* – PB. The issues related to the access of water, as well as work strategies and income Generation are central in this paper. The methodological approach we adopted to develop the dissertation was based on qualitative research, privileging techniques such as documental, bibliographic research and fieldwork. Therefore, we did a recap of how the drought of 1877-1879 was fundamental for the Northeast to become a national political concern, which started a period of major initiatives to combat drought by the Brazilian State. We also discussed how the semiarid region became a space for experimentalism and, at the same time, was ideologically built within the population, especially the poorest, the belief that the next initiative would solve the problem of drought, without putting any effort whatsoever on the issues of land, water and rente concentration. To do so, we reflect using classic interpretations of the northeastern semi-arid region, such as Albuquerque Junior, (2011); Carvalho, (1985) and Bursztyn (2008). Thus, we seek to explain these conflicts since the beginning of the ideas regarding the Transposition, in the 19th century na that still persist nowadays. At multiple times, there was a lack of technologies to transpose the water; in others, there were no resources and political conditions to take the idea forward. The moment came when there was a combination of all these factors, allowing the transposition to happen. In this way, we describe the existing conflicts in the surroundings of the *São Francisco* Transposition, as well as the implications that arised from the resettlement process of the residents of *Vila Lafayette*. Finally, we present through evidence the process of deterritorialization of families resettled in *Vila Lafayette*, and the path towards reterritorialization. These processes are evidenced in the experience of having to cope with water insecurity, in the attempts to transform the lots into productive spaces and even in the conflicts between residents of different origins.

**Keywords:** Social Change. Water Conflicts. *São Francisco* Transposition.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 01** - Mapa da Bacia do Rio São Francisco

**Figura 02** - Mapa da infraestrutura hídrica do PISF

**Figura 03** - Temer na inauguração do Eixo Leste

**Figura 04** - Manifestante na cerimônia de abertura

**Figura 05** - Lula, Ricardo Coutinho e Dilma na inauguração popular da Transposição

**Figura 06** - Manifestante no ato “SOS Transposição do Rio São Francisco”

**Figura 07** - Ricardo Coutinho, Gleyse Hoffman e Fernando Haddad.

**Figura 08** - Outdoor de Marcondes Gadelha em Campina Grande

**Figura 09** - Casas da Vila Lafayette

**Figura 10** - Inauguração da Vila Lafayette

**Figura 11** - Mapa de distribuição dos lotes

**Figura 12** - Entrada da escola, onde hoje funciona o tanque de resfriamento.

**Figura 13** - Placa de inauguração da Vila Lafayette

**Figura 14** - Quadra de esportes da Vila Produtiva

**Figura 15** - Praça comunitária citada pelo entrevistado

**Figura 16** - Crianças e jovens nas águas do Rio São Francisco

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1** - Propriedades e famílias afetadas

**Quadro 2** - Distribuição das famílias realocadas por condição

## **LISTA DE SIGLAS**

**ACCG** - Associação Comercial de Campina Grande

**AESA** - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

**ANA** - Agência Nacional de Águas

**ASA** - Articulação do Semiárido Brasileiro

**CAGEPA** - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

**CBHSF** - Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco

**CDSA** - Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

**CHESF** - Companhia Hidroelétrica do São Francisco

**CODEVASF** - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

**DNOCS** - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

**DRB** - Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas

**EIA** - Estudo de Impacto Ambiental

**EJA** - Educação de Jovens e Adultos

**EMATER** - Empresa Brasileira de Assistência Técnica

**FHC** - Fernando Henrique Cardoso

**FUNASA/MS** - Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde

**GTDN** - Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

**ICMbio** - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação

**IFOCS** - Inspeção Federal de Obras Contra as Secas

**IOCS** - Inspeção de Obras Contra as Secas

**LERA** - Laboratório de Estudos Rurais e Ambientais

**MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens

**MDB** - Movimento Democrático Brasileiro

**MDR** - Ministério do Desenvolvimento Regional

**MIN** - Ministério da Integração Nacional

**MMA** - Ministério do Meio Ambiente

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**ONGs** - Organizações Não Governamentais

**PBA** - Plano Básico Ambiental

**PISF** - Projeto de Integração do Rio São Francisco

**PISG** - Perímetro Irrigado de São Gonçalo  
**PL**- Partido Liberal  
**PMDB**- Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
**PP**- Partido Progressista  
**PSB** - Partido Socialista Brasileiro  
**PSC** - Partido Social Cristão  
**PSD** - Partido Social Democrático  
**PSDB** - Partido Social Democrático Brasileiro  
**PT**- Partido dos Trabalhadores  
**PTT** - Programa de Transferência Temporária  
**RIMA** - Relatório de Impacto Ambiental  
**SEPRE** - Secretaria Especial de Políticas Regionais  
**STF** - Supremo Tribunal Federal  
**SUDENE** - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
**TCU** -Tribunal de Contas da União  
**UFCG** - Universidade Federal de Campina Grande  
**VMT**- Verba de Manutenção Temporária  
**VPR** - Vila Produtiva Rural

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>Objetivo Geral.</b>	<b>19</b>
<b>Local da Pesquisa.</b>	<b>19</b>
<b>Metodologia.</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>24</b>
<b>1 - Semiárido: a produção de crenças baseada em experimentalismo</b>	<b>24</b>
<b>1.1 - Secas e conflitos</b>	<b>27</b>
<b>1.2 - Grandes Obras de Combate às Secas</b>	<b>32</b>
<b>1.2.1 - Grandes Obras como Estratégia de Desenvolvimento</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>45</b>
<b>2 - O Rio São Francisco</b>	<b>45</b>
<b>2.1 - A transposição</b>	<b>49</b>
<b>2.2 - Eixo Leste</b>	<b>60</b>
<b>2.3 - Quem é o responsável pela obra?</b>	<b>65</b>
<b>2.4 - Vilas Produtivas Rurais</b>	<b>70</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>81</b>
<b>3 - Vila Lafayette: uma história em construção</b>	<b>81</b>
<b>3.1 - A negação do direito ao acesso à água</b>	<b>84</b>
<b>3.2 - A água e a vila produtiva</b>	<b>94</b>
<b>3.3 - Sem Território e Sem Água: crenças e diferenciações</b>	<b>103</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação me atravessa em vários momentos. Por diversas vezes a escrita acadêmica e crítica é mergulhada nas memórias da minha infância e da minha vida acadêmica. Ao abordar criticamente as políticas implementadas no semiárido nordestino, especialmente depois da grande seca de 1877-1879, até a construção da transposição do Rio São Francisco no século XXI; bem como a maneira como os grandes proprietários de terras da região se beneficiaram dessas políticas, ao aumentar a desigualdade social, a fome e a miséria na região para o restante da população, sobretudo as populações das comunidades rurais que sempre ficaram à margem desse processo.

Dito isso, discorreremos sobre como as lembranças da minha trajetória se cruzam diretamente com essa pesquisa. Para iniciar minha história, sou de origem rural, mais especificamente da cidade de Livramento, que faz parte dos 193 municípios do semiárido paraibano. Lembro-me das histórias do meu avô materno e da minha mãe sobre as dificuldades de acesso à água para consumo próprio e para a dessedentação animal na seca de 1970, das perdas de rebanho do dono da fazenda Cacimba de Cavalo.

Anos depois, a seca de 1979-1983 também foi um marco para minha família e as suas histórias alimentam a minha memória. Foi através do Projeto Sertanejo que meu avô conseguiu financiamento para adquirir mais terra (30 hectares) e deixar a condição de morador, para morar em terra própria, pela primeira vez aos 60 anos de idade. Nessa mesma seca, alistado na frente de emergência, meu pai trabalhou na construção de um açude nas terras de um fazendeiro da região, enquanto a minha mãe trabalhava junto aos técnicos da Empresa Brasileira de Assistência Técnica (EMATER) na cidade vizinha de Taperoá. Uma das coisas que mais me recordo são os relatos deles sobre as humilhações vividas, dentre as quais menciono as filas gigantescas para receber o salário, as cestas básicas com alimentos de péssima qualidade e os desagravos proferidos pelos oficiais do exército que fiscalizavam as obras.

Não me faltam histórias que ouvia dos meus pais sobre as secas dos anos 90 e a dificuldade de acesso à água, quando eles relataram sobre as longas distâncias percorridas em carros de boi durante a noite, horário escolhido pensando na força do sol e na debilidade dos bois, naquela época famintos e com sede. A noite era o horário mais adequado para fazer os trajetos em busca de água. Também lembro de meus pais comentarem sobre as tantas vezes que os bois cansaram e se deitavam no chão por não terem forças para continuar.

A primeira década dos anos 2000 me traz como recordação a chegada das cisternas de placas na minha comunidade, resultado de um projeto pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) com apoio do governo federal. O que garantiu que a minha família tivesse acesso a uma água de melhor qualidade, ao menos para o consumo próprio, foi essa cisterna de 16 mil litros. Foi um avanço significativo, pois até então a água que consumimos vinha de pequenos açudes construídos nas terras do meu avô e de uma cacimba no rio da Cacimba do Cavalo, sendo esse rio um dos afluentes do Rio Taperoá. Portanto, dividimos a água com os animais.

Outro elemento que também remete a essa época e permeia a minha memória é a discussão sobre o projeto da obra de construção da transposição do Rio São Francisco. Dois fatos apresentados ao longo dessa pesquisa já estavam presentes naquele período, nos jornais televisivos e nos debates das pessoas, eram eles: a greve de fome de Dom Cappio<sup>1</sup> e um adesivo em carros, que simboliza o entendimento da população de Livramento (PB), localizado na região do Cariri Paraibano, em que dizia: *“Transposição do Rio São Francisco, quem tem sede apoia”*<sup>2</sup>.

Durante a minha graduação em Agroecologia entre 2012-2016 no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) na cidade de Sumé (mais uma cidade entre as 193 que compõem o semiárido paraibano), refletimos sobre os impactos ambientais provocados pela obra da transposição e de que era necessária outra política para o semiárido nordestino. Foi no auditório desse mesmo Centro, em maio de 2016, que conheci o Sr. Severino e o Sr. João, informantes-chaves nessa pesquisa, denunciando o descaso que eles, enquanto moradores reassentados há pouco tempo na Vila Lafayette, vinham sofrendo em decorrência da instabilidade de acesso à água, bem como da ausência do poder público nesse processo e pelas lembranças de suas antigas moradas.

Saliento que, por influência da minha vida acadêmica e pessoal, tornei-me militante social, com engajamento em movimentos que têm como objetivo central a luta contra o fim

---

<sup>1</sup> Bispo da Diocese de Barra na Bahia, Dom Cappio. Ele ganhou protagonismo ao fazer duas greves de fome, sendo uma em 2005 de 11 dias que foi interrompida após pressão do Vaticano e um compromisso do governo, que não ficou muito claro qual era. E uma segunda greve de fome de 24 dias em 2007, interrompida após o governo conseguir no STF a autorização judicial para realização da obra (BARROS, 2014).

<sup>2</sup> Esse adesivo fazia parte de um movimento Pró-Transposição que tinha como um dos principais articuladores o Arcebispo da Paraíba Dom Aldo Pagotto, outras lideranças religiosas e políticos da região. Para mais informações: Jornal do Senado Ano XIV – Nº 2.745 – Brasília, sexta-feira, 15 de fevereiro de 2008.

do latifúndio e em defesa da justiça social. Foi por causa da militância que fui pela primeira vez à Vila Lafayette no ano de 2017, acompanhando atores políticos que buscavam mediar a situação de conflito em consequência da insegurança e instabilidade hídrica. Foi também por ela que retornei outras vezes à Vila em 2018.

Por tudo isso, foi inevitável não construir uma relação reflexiva com o semiárido nordestino, os conflitos hídricos inerentes a ele e, especialmente, com a obra *Transposição do Rio São Francisco* – particularmente o eixo Leste – e com os seus desdobramentos. De algum modo, essa narrativa justifica a relação entre o pesquisador e o objeto empírico da pesquisa e, portanto, são também as razões que justificam minha opção de pesquisa ao cursar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG, ao mesmo instante que também me integrei ao Laboratório de Estudos Rurais e Ambientais (LERA).

Formalmente, essa dissertação está estruturada em cinco partes; iniciamos por essa introdução, dando continuidade com o primeiro capítulo, em que será abordado *o semiárido: a produção de crenças baseada em experimentalismos*; logo após, o segundo capítulo, onde discutimos sobre o projeto de *Transposição do Rio São Francisco*; à seguir, o terceiro capítulo, intitulado *Vila Lafayette: uma história em construção*, onde serão apresentados os conflitos hídricos internos à Vila Lafayette, mapeando desde o início, como era o acesso para os diferentes grupos, depois as promessas documentadas, os arremedos encaminhados e a situação atual. Por fim, traremos as considerações finais.

A realização da pesquisa foi inteiramente atravessada, ou melhor dizendo, sacrificada pela pandemia mundial decorrente do Coronavírus, que se espalhou pelo Brasil em março de 2020 e se arrasta até o momento presente dessa escrita. Por causa das restrições sanitárias impostas e recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), não conseguimos avançar na pesquisa de campo planejada inicialmente.

De todo modo, encontramos alternativas para dar sequência ao trabalho de modo crítico e, a despeito dos conflitos hídricos decorrentes da obra da transposição do Rio São Francisco e as mudanças provocadas por ela, especialmente na Vila Lafayette, localizada na cidade de Monteiro - PB, levando em consideração o contexto histórico que envolve mais uma grande obra e suas nuances para o semiárido nordestino.

Embora esta pesquisa tenha como pano de fundo a problematização das consequências não planejadas do processo de transposição do Rio São Francisco enquanto uma estratégia de desenvolvimento, tem primordialmente como objetivo geral analisar as mudanças sociais provocadas pela construção do Eixo Leste da Transposição – mudanças essas que afetam, sob diversos aspectos, a vida das famílias reassentadas na Vila Produtiva Rural Lafayette, situada

no município de Monteiro - PB. A Vila, criada pelo Ministério da Integração Nacional (atualmente Ministério do Desenvolvimento Regional) para reassentar as famílias deslocadas por causa da construção dessa grande obra, especialmente as famílias da comunidade Cipó que fica no Município de Sertânia - PE, bem como as famílias da comunidade Pau D'arco do Município de Monteiro - PB e as famílias da rua do Abatedouro e da rua dos Pereiros da sede do Município de Monteiro. Entendendo isso, buscaremos refletir sobre as mudanças provocadas pela intervenção do Estado, através de mais uma grande obra hídrica voltada ao desenvolvimento do semiárido nordestino.

Baseados nesta maneira de conceber o problema de pesquisa, no primeiro capítulo da dissertação fizemos uma recapitulação de como a seca de 1877-1879 foi fundamental para o Nordeste se tornar uma preocupação política nacional. Assim, teve início o período de grandes obras na região mencionada, com o objetivo de combater a seca por parte do Estado brasileiro. Todavia, essas grandes obras estavam atreladas aos interesses das grandes elites agropecuárias e oligarcas da região. Um outro elemento apontado neste capítulo é de como o semiárido virou espaço de experimentalismos, os quais, ao passo em que estes construam a narrativa ideológica perante a população – em especial, aos mais pobres – de que a próxima obra resolveria o problema da seca, jamais atacaram a concentração de terras e de rendas. Para contribuir nesta reflexão, usamos interpretações clássicas sobre o semiárido nordestino, sobretudo os teóricos Albuquerque Júnior (2011), Carvalho (1985) e Bursztyn (2008).

Já no segundo capítulo, procuramos explicitar os conflitos existentes desde o surgimento da proposta de construção da obra, ainda no século 19 e que prevalecem atualmente sobre a transposição do Rio São Francisco. Por diversos momentos, verificamos que faltou o desenvolvimento de tecnologia para transpor a água; em outros, não havia recursos e condições políticas. Para viabilizar a transposição, chegou o momento em que houve a combinação desses fatores, que possibilitou a mesma sair do papel. Desse modo, fomos descrevendo os conflitos existentes no entorno da obra, bem como as implicações decorrentes do processo de reassentamento dos moradores da Vila Lafayette no município de Monteiro - PB. Para isso, fizemos uso de uma literatura mais empírica, focada em trabalhos sobre a transposição do Rio São Francisco e análises documentais.

No terceiro capítulo, através de entrevistas com moradores da Vila Lafayette e também intermediados pelo auxílio da literatura, procuramos apresentar os conflitos hídricos existentes na Vila provocados pelo descaso político das autoridades com relação aos moradores da mesma e à insegurança hídrica que, no momento desta escrita, ainda padecem no local. Além disso, mostramos como elas procuram tornar a Vila Produtiva mesmo sem o

apoio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), tendo em vista que os lotes irrigados na previsão do Ministério só funcionarão em dezembro de 2023. Ademais, também apresentamos como a Vila tem sido um local de luta e resistência das famílias que, mesmo sofrendo o processo de desterritorialização pelo deslocamento compulsório, buscam estratégias para se reterritorializarem – seja de forma individual e/ou coletiva – tendo a luta pelo acesso a água como elemento central para tal construção.

### **Objetivo Geral.**

Essa dissertação tem o objetivo de problematizar as mudanças sociais decorrentes da transposição do Rio São Francisco, especialmente mudanças que afetaram a vida das famílias agricultoras residentes na Vila Lafayette no município de Monteiro - PB, considerando, centralmente, as questões relacionadas ao acesso à água, as estratégias de trabalho e geração de renda.

### **Local da Pesquisa.**

A pesquisa se desenvolve na Vila Lafayette, localizada no município de Monteiro, no estado da Paraíba. Para contextualizar nosso local de pesquisa, se faz necessário compreender alguns elementos: de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no ano de 2016, a população de Monteiro era estimada em 33.433 habitantes<sup>3</sup>. O município, que fica a 319 quilômetros de João Pessoa, está localizado na Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano. Com área de 1.009,90 km<sup>2</sup>, Monteiro é o maior município do Estado da Paraíba. Contendo 3.203 estabelecimentos rurais totalizando 73.230 hectares de terra (IBGE, 2021). Em 2019, o salário médio mensal era de 1.8 salários-mínimos<sup>4</sup>, e segundo o IBGE a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de apenas 10.4%.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/monteiro/panorama>> . Acesso em: 14 de julho de 2021.

<sup>4</sup> IBGE, Cadastro Central de Empresas 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/monteiro/panorama>> . Acesso em: 14 de julho de 2021.

<sup>5</sup> IBGE, Cadastro Central de Empresas 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/monteiro/panorama>> . Acesso em: 14 de julho de 2021.

Segundo Barbosa (2020, p. 49), “o município de Monteiro, como os demais do Cariri paraibano, teve sua atividade econômica de formação assentada no binômio gado-algodão”. Além disso, o autor também enfatiza como o latifúndio foi elemento central para a sua formação e a exploração da mão de obra sobre os camponeses. Essa informação vem ao encontro do histórico da cidade de Monteiro apresentado pelo IBGE, conforme podemos observar abaixo:

No final do século XVIII, Custódio Alves Martins, João Pereira de Melo e outros, **estabeleceram fazendas de criação de gado, no local onde se ergueu o município de Monteiro**. Em 1800, Manuel Monteiro do Nascimento e sua mulher desmembraram, de **sua Fazenda** Lagoa do Periperi, meia légua de terra em quadro, para constituir o patrimônio da capela de Nossa Senhora das Dores, por eles edificada no pátio de sua propriedade, distante 300 metros da margem do rio do Meio [...]. A fertilidade do solo atraiu muitos habitantes e, em pouco tempo, havia ali um povoado que, em 1840, já trocara a denominação de Lagoa de Periperi pela de Povoação da Lagoa. Posteriormente, em homenagem ao seu fundador, recebeu o nome de Alagoa do Monteiro. O distrito de Alagoa do Monteiro foi criado em 1865 e o Município, em 1872, com território desmembrado do de São João do Cariri. A instalação se deu no ano seguinte. Em 1921, Alagoa do Monteiro recebeu foros de Cidade, passando a chamar-se, simplesmente, Monteiro (IBGE, 2021, **grifo nosso**).

Ao nos debruçarmos sobre a pesquisa produzida por Barbosa (2020), onde o mesmo fez um levantamento em Monteiro - PB do total de imóveis e total de áreas divididos em minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade, é possível verificar a distribuição desigual de terras, conforme podemos verificar abaixo.

[...] podemos identificar que 2.376 propriedades são consideradas “Minifúndios”, equivalente a 33.054,15 hectares, sendo que, desse montante, 126 são inferiores a 1 hectare. Identificamos, também, 284 propriedades que estão dentro da denominação “Pequena Propriedade”, estas totalizam uma área de 31.495,61 hectares. Seguindo o levantamento, obtivemos os dados de que 102 estabelecimentos rurais estão identificados como sendo “Média Propriedade”, que somados totalizam 44.432,73 hectares. Por fim, a última modalidade de estabelecimento identificada, a “Grande Propriedade” ou latifúndio, reúne em Monteiro apenas 6 unidades que totalizam 9.478,46 hectares. Mas, devemos destacar que, dentre estas seis propriedades, duas são latifúndios estatais organizados na forma de Assentamentos da Reforma Agrária, que são o Santa Catarina e o Xique-xique, que juntos somam 4.662,46 hectares. Os 4.816,00 hectares restantes estão distribuídos em quatro grandes fazendas (BARBOSA, 2020, p. 52).

A nossa pesquisa foi desenvolvida tendo como ponto chave a VPR Vila Lafayette, que fica na margem esquerda da BR-110 do trajeto Monteiro - PB/Sertânia - PE. Muitas das informações presentes nessa investigação têm como fonte um informante morador da comunidade, que participou ativamente do processo de construção e organização da Vila Lafayette.

Após pressão por parte dos moradores e moradoras, a Vila foi inaugurada em 2015, embora estes só tenham sido permitidos a fazer a mudança em março de 2016. De acordo com os dados do Plano Básico Ambiental (PBA-08), no início eram 16 famílias vindas de localidades distintas dos municípios de Monteiro - PB e de Sertânia - PE. Porém, foram 61 famílias reassentadas, sendo um total de 26 dos ribeirinhos nas proximidades ao sítio Pau D'arco; outras 18 vieram de dois bairros da cidade de Monteiro (Abatedouro e Várzea), onde moravam em áreas localizadas às margens do Rio Paraíba; por fim, 17 famílias vieram de Pernambuco, da comunidade Cipó, do Município de Sertânia (DINIZ, MALUF, 2020).

### **Metodologia**

O percurso metodológico que adotamos para desenvolver a dissertação se apoiou na pesquisa qualitativa. Desse modo, privilegiamos técnicas como a pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Discorreremos sobre as etapas que compreendem e estruturam o caminho da pesquisa.

A pesquisa documental tem como peculiaridade a origem da coleta de dados e está limitada a documentos, escritos ou não, estabelecendo o que se intitula de fontes primárias, podendo ser coletadas na circunstância em que o fato ou acontecimento ocorre, ou depois (MARCONI, LAKATOS, 2011).

Especificamente, analisamos o EIA-Rima (2005) com a finalidade de explorar e entender os limites e as contradições da transposição, no que tange os impactos positivos e negativos da obra. Em seguida, nos aprofundamos em três dos trinta e oito Planos Básicos Ambientais da obra, sendo estes: o Plano Básico 07, que aborda as indenizações e benfeitorias da obra, no qual foi possível investigar como aconteceram esses processos e como o Estado intervém nesses casos logo após o PBA; o Plano Básico 08, que discorre sobre as Vilas e os reassentamentos rurais construídos para os impactados das grandes obras; por fim, o PBA 16 refere-se aos projetos de irrigação das comunidades rurais nas margens da obra e nas VPRs. Tendo como ponto referencial estes Planos, confrontamos o que estava acordado nesses documentos com os discursos das famílias, a partir das entrevistas e da bibliografia produzida que já havia se debruçado sobre essa grande obra.

Assim, fica evidente a importância da pesquisa bibliográfica como uma das fontes de apreensão de elementos para a discussão, elemento que muito nos ajudou na compreensão dos distintos discursos sobre o que significou e para quem a construção do eixo leste da transposição. Acreditamos que pesquisa apoiada em bibliografias auxilia no mapeamento das contradições existentes, entre marcos regulatórios e os objetivos de implementação da obra da

transposição. A bibliografia serviu como ponto de partida no que diz respeito, tanto à elaboração e execução das entrevistas, quanto na análise e problematização, e na compreensão das implicações práticas desse evento.

A pretensão inicial era entrevistar um maior número de membros dos distintos grupos familiares, considerando as seguintes demarcações sociais: geração, posição ocupada no grupo familiar e na Vila (lideranças, formações/qualificações, fonte de renda etc.) e de origem diferentes. Todavia, fomos impedidos pela pandemia da Covid-19 de acessar os interlocutores, de acordo com o planejamento inicial que havíamos definido, ficando as visitas de campo limitadas aos anos de 2020 e 2021 e, respeitando às medidas sanitárias estabelecidas pelas autoridades de saúde em nível estadual e nacional, além é claro da própria disponibilidade das pessoas em querer receber pessoas estranhas em suas residências. Nesse cenário, conseguimos estabelecer contato com o presidente da associação da Vila e mais um morador usando a ferramenta tecnológica disponível (*WhatsApp*). Considerando como período integral da pesquisa de campo o ano de 2017, quando fui pela primeira vez, e novembro de 2021, quando fui pela última vez.

Neste intervalo de tempo visitei mais de cinco vezes a Vila Lafayette, em todas as visitas sempre estabeleci contato com dois membros da diretoria da Associação, Severino e João. Na minha última visita em novembro de 2021, além das costumeiras observações de campo, também pude estender as entrevistas a outras três pessoas entrevistadas: dona Francisca, Joana e Bruno.

Na última ida a Vila Lafayette fiz as entrevistas, guiadas por um roteiro semiestruturado. Por questões éticas e metodológicas usaremos nomes fictícios para nos referir a eles. Um dos entrevistados foi o João, que é membro e uma das principais referências políticas da direção da Associação desde o início desse processo. Ele era morador da comunidade Pau D'arco, comunidade essa que foi afetada pela construção do canal provocando o deslocamento compulsório das famílias. Além dele, também entrevistamos a comunidade Pau D'arco o Severino, que divide com João a tarefa de direção da Associação. Como na Vila tem famílias de localidades diferentes que foram afetadas pela construção do canal da obra da transposição, procuramos entrevistar pessoas de outras localidades como, por exemplo, Dona Joana e o Bruno, que vieram da rua do Abatedouro, sendo ela uma senhora viúva e o Bruno um jovem que morava em uma casa emprestada pelo pai e que chegou cheio de expectativas por ter a oportunidade de ter uma casa própria e um lote de terra para trabalhar. Por fim, entrevistamos a Francisca da comunidade Cipó do Município de Sertânia - PE. Ela morava numa terra herdada do pai quando foi deslocada, todavia com o primeiro

pagamento do Programa de Transferência Temporária (PTT), ela construiu uma casa no terreno de uma filha para continuar mantendo o vínculo com a comunidade Cipó. Mesmo já tendo se passado 6 anos desde a mudança para a Vila Lafayette, ela permanece fazendo o fluxo de ir e voltar para a comunidade Cipó.

As nossas entrevistas foram semiestruturadas e foi levado em consideração temas como: o acesso à água antes do deslocamento, processos de mudança social, luta pelo acesso à água na Vila, condições sociais e econômicas anteriores ao deslocamento para a Vila e a realidade experimentada no período pós reassentamento.

## **CAPÍTULO I**

### **1 - Semiárido: a produção de crenças baseada em experimentalismo**

Neste capítulo abordaremos a forma como o Semiárido foi considerado, a partir do final do século XIX, como região “problema”; mas também de como esta região foi alvo de sucessivas ações experimentais do poder público ou experimentalismo institucional, no qual observamos manter similaridades com a obra da Transposição do Rio São Francisco, sobretudo, na aposta de que as grandes obras alicerçadas pela política da oferta irão resolver o problema dos conflitos hídricos na região.

Para tanto, iniciamos discorrendo sobre o Semiárido Brasileiro de maneira geral. De acordo com a Sudene (2020), o Semiárido Brasileiro é composto por 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, correspondendo a uma área total de 1.128.697 Km<sup>2</sup> de área. Se nos restringirmos ao semiárido nordestino, teremos um total de 1.169 municípios, com uma população de 27.870.241 habitantes.

Os critérios adotados pela Sudene para a delimitação da chamada região semiárida são: precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. Seguindo essa linha de raciocínio, chegamos ao que é o semiárido nordestino[brasileiro]: uma região onde as condições de semiaridez constituem uma área fundamental para demarcação de políticas voltadas a processos de estiagem (TROLEIS; SILVA, 2018).

O semiárido nordestino é apontado tanto como a área da seca, onde durante os períodos de estiagem prolongada, estas se tornam alvo de intervenções do Estado; quanto

como uma região pobre, marcada por desigualdades sociais. Isso também nos ajuda a pensar sobre a diversidade regional implícita nessa região, que acontece não só pelas condições naturais (baixa pluviosidade), mas também pela diversidade de atividades humanas, sendo algumas destas: agricultura, pecuária, artesanato, indústria, comércio, turismo. Além disso, o semiárido também se destaca pela fé e a misticidade dos sertanejos com relação à seca (ANDRADE, 1998).

Desse modo, a imagem do Nordeste como um lugar seco e de profunda desigualdade habitou o imaginário das pessoas sobre essa região, seja na música, literatura, arte e na grande imprensa. Para Albuquerque Júnior, (2011, p. 62), “o nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente em relação a uma dada área do país”. Essa área a qual ele se refere é a região Sudeste, especialmente o estado de São Paulo. Segundo o autor, foi criada uma dualidade entre o estado de São Paulo e a região Nordeste: enquanto o primeiro representava o avanço da civilização e do progresso, o Nordeste representava o atraso. Fundamentado nessa perspectiva, Albuquerque Júnior aponta como foi criada a identidade nordestina a partir do cangaço, do coronelismo e do messianismo.

Segundo Baptista et al. (2013, p. 47), “o nosso é o semiárido mais chuvoso do mundo, porém, as chuvas são em poucos meses e mais de 90% de suas águas não são aproveitadas devido a sua evaporação e ao seu escoamento superficial”. Sendo assim, as políticas pensadas historicamente para o Semiárido não tiveram como objetivo enfrentar diretamente as desigualdades sociais existentes na região para estruturar o acesso à água. Duque (2008) afirma que o problema do semiárido é de ordem social e política, o que privilegia os interesses do agronegócio e das forças políticas locais.

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do semiárido brasileiro, em geral, tiveram como características centrais a perspectiva de grandes projetos para mitigar os efeitos severos da seca. No entanto, a execução e implementação dessas quase sempre se fez à custa da exclusão de grupos sociais mais fragilizados e vulneráveis social e economicamente. Portanto, tais obras adotaram um viés conservador que beneficiaram, comumente, as elites políticas e agrárias dessa região.

O processo histórico de desenvolvimento da porção semiárida brasileira é marcado por uma ação estatal autoritária, conhecida pela ênfase na construção de açudes, conjugada com ações emergenciais assistencialistas, como a distribuição de alimentos; pelo autoritarismo estatal na definição das alternativas a serem utilizadas para o combate à seca; pela apropriação privada dos investimentos públicos por parte de oligarquias, gerando concentração de poder

econômico e político pelo controle do acesso à água e à terra (ASSIS, 2012, p.3). Concordamos com Carvalho (1985), que afirma que apenas a oferta de água não resolveria o problema hídrico do semiárido nordestino e, portanto, é importante pensar também na dimensão da captação, armazenamento, distribuição e regularidade. Para Cunha (2019), se faz necessário ao abordar a temática da questão hídrica no semiárido nordestino, levar em consideração as condições de acesso, as quais para o autor implica em três vetores básicos: quantidade, qualidade e regularidade na distribuição da água. Ainda para esse autor, o semiárido nordestino é marcado por ser um território das desigualdades, e tal característica vai além das questões que envolvem a escassez e a oferta. Assim, se faz necessário considerar como desafios a regulação da oferta e a distribuição da água entre as populações vulneráveis.

As sucessivas ações voltadas ao “enfrentamento” dos problemas decorrentes e/ou agravados pela seca reforçaram a produção de uma crença que a próxima grande obra que estaria por vir solucionaria os problemas hídricos dessa região. Todavia, essa crença tinha caráter intencional, sem jamais atacar os problemas estruturais que assolam a região e, com isso, assegura a reprodução do ciclo de dominação. Albuquerque Júnior (2011) nos coloca, de modo provocativo, que esse processo está relacionado à produção de uma narrativa de que o semiárido nordestino seria subordinado à região Sudeste ou, mais especificamente, ao estado de São Paulo. Essa mesma narrativa foi fomentada pelos tecnocratas dos diferentes governos e da elite agrária e política locais, ou seja, uma elite conservantista, que mesmo sendo representante local sempre esteve preocupada em manter o *status quo*, dentro de uma lógica conservadora de exploração da mão de obra e manutenção da estrutura agrária (CARVALHO, 1985).

Nesse sentido, é cabível indagarmos como essa narrativa foi sendo estabelecida e, ao mesmo tempo, como foi reforçando a crença na reprodução da dominação dos grupos políticos e das elites rurais dessa região. Para tanto, esses mesmos grupos empoderados fizeram uso da ciência para legitimar suas escolhas e decisões. Para Bourdieu (2006), as reputações são estabelecidas a partir do campo da produção como um conjunto de relações concretas entre os executores, as instituições e o espaço no embate pelo monopólio do poder de glorificação, onde se produz a crença.

Essa crença é posta pela dualidade entre o moderno (São Paulo) *versus* o atrasado (Nordeste). Uma das formas de estabelecer isso é homogeneizando o Nordeste como um lugar seco e pobre, onde todos e todas são iguais e, dessa maneira, a região é tudo que o Sul não pode ser (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Assim, essa imagem do Nordeste para o restante do Brasil precisava avançar para a modernização (futuro), em que o Sul já estava.

Desse modo, as políticas públicas planejadas para essa região desde o final do século XIX até os dias atuais, passando sempre pela transposição do Rio São Francisco como o primeiro “sonho” do império e das elites rurais, e se estendendo até as grandes obras de açudagens, barragens hidrelétricas, perímetros irrigados, frentes de trabalho e chuvas artificiais são narrativamente colocadas enquanto a possibilidade de proporcionar o desenvolvimento da região. Tudo isso, sendo produzido com respaldo das instituições científicas e da mídia sobre o comando das elites políticas/rurais, alimentaram a crença no seio do povo sertanejo de que a próxima obra resolveria finalmente o “problema da seca”, sem jamais encarar de frente a chaga do latifúndio, da concentração da terra e do monopólio da água.

### **1.1 - Secas e conflitos**

Para refletir sobre os conflitos hídricos e, de maneira geral, as questões que envolvem a terra nessa região, resolvemos fazer um recorte metodológico referente ao século XX e de como ele foi se desenvolvendo e moldando as políticas e ações do Estado no semiárido nordestino. Esse conflito que, de um lado, teve como atores principais a sua elite rural e a classe política; de outro, os chamados "flagelados" da seca. Nesses termos, não podemos esquecer de mencionar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como órgão de mediação para planejar o desenvolvimento nordestino no final da década de 50.

O que marcava a intervenção do Estado até a década de 50 era a política de açudagem, conforme nos afirma Ab'sáber (1999). Essa política servia muito mais para estruturar os latifundiários da região a ter água para dessedentação animal e abastecer a pecuária extensiva sempre foi a base da economia do semiárido nordestino. Desse modo, o acesso e o controle da água ficavam para as elites fundiárias; para os que não faziam parte dessa elite, a fome e a miséria.

Para mergulharmos nos problemas das secas e das suas consequências no âmbito econômico da região do semiárido nordestino, destacamos que é preciso estar preparado para a chegada da seca, caso contrário, ela poderia provocar grandes perdas. Por isso, concordamos com Carvalho (2012, p. 59), “por causa do despreparo das pessoas dessas regiões para enfrentar e conviver com os efeitos das secas recorrentes; e porque os maiores investimentos na agricultura podem sofrer grandes perdas durante as secas”.

Reforçando esse prisma sobre a problemática da seca, dialogamos com o pensamento explicitado por Araújo (2009), ao afirmar que o problema do Nordeste é o modo como está

organizado a sua economia; elemento esse que se perpetua há séculos – e não a seca em si; logo, o problema está mais no fato de não haver uma estocagem e armazenamento de alimentos, forragem para os animais e água no ano, onde a precipitação é alta. Assim, havia produção de alimentos por parte dos pequenos agricultores, todavia não ocorria a acumulação desses alimentos junto da forragem para os animais.

Mesmo assim, segundo Bursztyn (2008), o primeiro planejamento de fato para essa região só veio ocorrer com o surgimento do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O grupo de trabalho liderado por Celso Furtado faz um profundo diagnóstico das condições socioeconômicas do semiárido nordestino. Uma observação importante é que o GTDN surgiu no ano de 1958, ou seja, 81 anos depois da grande seca de 1877-1879, quando se iniciou de fato as primeiras mobilizações para combate à seca na região, demonstrando como foi atrasado um diagnóstico profundo sobre a realidade.

É nesse íterim de reflexões econômicas que a Sudene é criada para planejar e impulsionar o desenvolvimento do Nordeste, no intuito de combater as suas mazelas sociais. No entanto, os desejos e anseios da Sudene sempre estiveram limitados pela solidez das estruturas oligárquicas e conservadoras dessa região (BURSZTYN, 2008). Em entrevista à revista coletiva, a professora Tânia Bacelar (que trabalhou na Sudene) fez essa importante consideração sobre o caráter e dificuldades enfrentadas pelo grupo:

O projeto não era revolucionário, mas reformista. Tinha a proposta de mudar a Zona da Mata, produzindo alimento lá. E mudar a estrutura fundiária do agreste e do sertão. A lei de criação da Sudene passou um ano no Congresso e foi aprovada, em 1959, pela bancada progressista do Nordeste com o apoio da bancada progressista do Sudeste, contra a bancada oligárquica do Nordeste” (ARAÚJO, 2010, p. 23).

Esse caráter reformista da Sudene foi inclusive criticado por Andrade (1998), que entendia as ações da Sudene como limitadas, pois não ofereciam medidas concretas a curto prazo para resolver os problemas da população pobre e marginalizada do campo que habitava a região. Esse pano de fundo é importante para entendermos que mesmo iniciativas de natureza reformistas e de pretensões modernizantes foram duramente cerceadas pelas oligarquias do Nordeste, por serem consideradas subversivas.

Dito isso, entraremos na discussão sobre as políticas públicas voltadas para o aumento da oferta de água, através da açudagem até os anos 50. Essa política atuava em duas frentes: sendo a primeira dos grandes açudes e a segunda dos pequenos e médios açudes. Para Campos, (2012), a construção de grandes açudes no Nordeste iniciou com o Cedro no município de Quixadá, no estado do Ceará.

Essa obra foi uma resposta governamental à grande seca de 1877-1879, que iniciou na época do Império e foi concluída na República. A construção dos grandes reservatórios do Nordeste pode ser incluída dentro de uma política de formação de uma infraestrutura hídrica de fornecimento confiável de águas para as populações nordestinas [...] No geral, os investimentos eram recorrentes e acompanhavam o ciclo das secas. O resultado dessa política foi a construção de uma significativa rede de açudes que produz água confiável para o suprimento da maior parte das grandes cidades nordestinas (CAMPOS, 2012, p. 272).

Seguindo a discussão proposta pelo mesmo autor, chegamos à reflexão feita por ele com relação à pequena e média açudagem quando, no início do século XX, surgiu o projeto da construção de açudes em cooperação junto da recém-criada Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Esse órgão tinha a responsabilidade de, em cooperação com os estados e municípios, construir pequenos e médios açudes. Obviamente, as definições dessas obras ficavam a cargo das elites rurais e políticas locais (CAMPOS, 2012).

Assim, é interessante pontuar algumas observações acerca do que Campos (2012) avalia sobre a política de açudagem. A primeira diz respeito ao fato de que essa política só é desenvolvida na medida dos impactos das grandes secas e, portanto, dentro do que mencionamos da falta de um planejamento. Já o segundo ponto está relacionado à preocupação dos órgãos com o abastecimento das cidades e, desse modo, deixando os grupos mais vulneráveis do campo que historicamente sofrem pela falta de acesso à água. Por fim, essa dependência da política local nas ações do Estado também é um ponto problemático, pois essas elites políticas, pelo seu caráter oligarca, quase nunca estavam preocupadas com os sujeitos mencionados anteriormente. Com relação ao terceiro ponto, Bursztyn (2008) faz uma ponderação com a qual concordamos e citamos abaixo:

Por intermédio do DNOCS, as grandes obras hidráulicas se tornam um instrumento fundamental para continuidade das relações de reciprocidade características do “compromisso coronelista”. No lugar do poder oficialmente atribuído aos coronéis, conforme ocorreu no período imperial (Guarda Nacional), é do ponto de vista econômico que o Estado passa, então, a assegurar a hegemonia desse grupo. Se, no passado, o poder central chegava ao nível local materializado na figura do coronel, esse panorama começa a mudar em nosso século. Com o passar do tempo, a presença institucional do Estado começa a se fazer sentir mesmo nos confins mais distantes do Sertão e isto implica a necessidade de uma reestruturação dos esquemas de legitimação. O poder central assume, então, o papel de “patrocinador” da manutenção da estrutura de poder econômico- social- político local (BURSZTYN, 2008, p.100).

É nesse contexto que está localizado o cerne dos conflitos hídricos, que são também conflitos que envolvem a terra no século XX – tudo isso aliado à disputa pelo orçamento do Estado. Fazer a devida e necessária distribuição de terras e garantir a democratização do

acesso a água, aos “flagelados da seca” (as populações do campo e das cidades no semiárido nordestino) deveriam ter sido a centralidade da implementação das políticas públicas de combate à seca. Todavia, a arena política sempre favoreceu aqueles que detinham o poder local articulado às forças nacionais. É nesses termos que iremos localizar esse processo.

Segundo Ab’Sáber (1999), é fundamental pensar dois aspectos no semiárido nordestino: o primeiro está relacionado à propriedade individual da terra nessa região, para assim, construir uma outra dinâmica da produção de alimentos. Já o segundo aspecto diz respeito a incapacidade de sensibilização humana das oligarquias locais.

Dito isso, compreendemos o fato de não termos avançado na distribuição de terras nesse período na região semiárida. Assim como também não avançamos nas questões distributivas da água, pois historicamente estiveram atreladas às elites rurais locais, que se apropriaram das grandes obras hídricas ocasionando a concentração e privatização da água. Também é verdade que, para o semiárido nordestino, não basta pensar apenas em colocar o latifúndio improdutivo para fins de reforma agrária – se faz necessário em avançar muito mais nas outras políticas, com a finalidade de garantir o acesso na democratização da água, educação e geração de emprego e renda, para superar a desigualdade social ainda presente.

Contudo, o problema histórico da distribuição de terras nunca foi seriamente enfrentado, nem antes e nem depois da Sudene, tendo havido (quando muito e em lugares específicos) lampejos de inovação e implementação de tecnologias. No entanto, nos moldes do que se convencionou denominar modernização conservadora, onde a propriedade da terra não foi tocada, como nos alerta Wanderley (2009).

O idealizador por trás da Sudene era o advogado e economista Celso Furtado, com grande capacidade de formulação sobre a questão regional e as mazelas que afligiam a população do semiárido nordestino. Nesses termos, destacamos o ponto levantado por Araújo (2009), onde a autora ressalta como a fome e a produção de alimentos era uma das grandes preocupações de Celso Furtado e o GTDN:

Longe de ser apenas uma atividade econômica, a agricultura é a base da organização política e social na maioria dos países subdesenvolvidos. Dela depende o grau de monetização da economia, o tamanho da família, a mobilidade social, a repartição da riqueza e da renda, a estrutura do poder. Tudo tem raízes no regime de propriedade da terra na forma de apropriação do excedente agrícola (FURTADO, 2008. p. 73).

Nesses termos, fica evidenciado que para o autor, a manutenção do latifúndio influencia diretamente na perpetuação de um cenário de desigualdades. Aliado a esse problema (igualmente determinante, porém menos visibilizadas) estão as estratégias que

impedem ou limitam o acesso à água, especialmente das populações pobres do campo. A junção desses fatores condena essas populações a se submeterem a relações de trabalho altamente humilhantes, exploratórias e degradantes. Meneses (2018), ao escrever sua tese sobre as elites pecuaristas no Nordeste, expõe a maneira como essas elites são reticentes na defesa material e simbólica da grande propriedade, especificamente construindo um verdadeiro repertório em defesa da pecuária como a única organização produtiva viável e exitosa no semiárido nordestino. Com isso, acabam por reforçar a crítica às tentativas de industrialização da região, inclusive àquelas fomentadas pela Sudene.

[...] Os sentidos de pertencimento e coesão de um grupo que passa pela defesa política da grande propriedade rural e a vocação para a pecuária como um modelo social ideal, um “destino manifesto” para melhor conviver com o fenômeno das secas no semiárido nordestino. Outro dado interessante da leitura é a recorrente referência, seja para criticar ou apoiar, as propostas de políticas voltadas para o meio rural dos documentos fundadores da Sudene[...] Nessa incorporação política de um projeto de modernização, serão inseridos elementos de valorização memorial do passado, em defesa de reerguer uma ordem social “encouraçada” do passado nordestino: via melhoramento zootécnico e econômico da grande propriedade e um forte regionalismo em defesa do setor rural, em oposição a investimentos no setor industrial e urbano e “sulista” [...] Uma primeira operação desse tipo está na defesa ferrenha da grande propriedade em detrimento de qualquer proposta de reforma agrária (MENESES, 2018 p. 159-160).

Dito isso, exemplificaremos como as Frentes de Trabalho, de Emergência, os Perímetros irrigados e o Projeto Sertanejo, iniciativas do governo federal, sempre foram políticas elaboradas para manutenção da ordem no campo legitimando o latifúndio – aliás, mais do que isso, beneficiando e contribuindo para aumentar a concentração de terras e, por consequência, as desigualdades na região do semiárido nordestino.

Apresentando uma síntese dessas políticas, destacamos como elas tiveram esse caráter de manutenção da grande propriedade e de legitimação do poder de exploração da mão de obra da população rural, aumentando o seu potencial de acumulação, sobretudo durante os períodos de seca. Na seca de 70 do século XX, foram as Frentes de Trabalho que ajudaram a conservar esse estado de coisa, já nas secas subsequentes a situação não foi diferente.

Tomaremos como aporte analítico novamente Marcel Bursztyrn (2008), que discorre sobre o poder local exercido pelos latifundiários, considerando que as ações dos desvalidos da seca limitavam-se a fazer estradas e açudes nas terras dos senhores grandes proprietários, com o Estado financiando, através do pagamento desses trabalhadores por meio do fornecimento de alimentos, uma cesta básica (leia-se rapadura, farinha e feijão) e, eventualmente, uma pequena quantia em dinheiro. Já na seca de 1979-1983, a política da vez foram “as frentes de emergência”, que eram organizadas pelos técnicos da Emater, e tinham como alvo

diretamente os sem terras e os pequenos proprietários (principais vítimas da seca). Esses sujeitos atuavam na construção/recuperação de açudes, armazéns, edificações, cercas, currais e preparação de terras para a implantação de culturas perenes. Com relação ao pagamento em dinheiro aos trabalhadores da frente de emergência, o valor era inferior a um salário mínimo do período. Segundo Campos (2004, p. 153), “em 1983, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá fez uma estimativa do poder de compra do salário pago nas Frentes – Cr \$15.300,00, valor que correspondia a 1/3 do salário-mínimo nacional e metade do salário mínimo regional”, o que evidencia o nível de exploração da mão de obra desses trabalhadores. Além disso, Bursztyn (2008, p. 109) esclarece ainda que, “para a maioria dos privilegiados, o Estado tem um papel de sócio filantropo, que cobre os custos de capitalização sem participar no rateio final dos frutos”.

Ou seja, ao invés de penalizar o Latifúndio pelos danos causados ao semiárido nordestino, atraso, agressão ao ambiente, exploração dos diversos recursos naturais e, principalmente, exploração dos trabalhadores pobres, etc; o Estado continuava a beneficiar diretamente o latifundiário – seja custeando a mão de obra para a sua estruturação, seja legitimando o seu poder local – ao deixar a gestão e execução dessas políticas sob o domínio dos grandes proprietários e ratificou a situação de subserviência dos flagelados da seca, que tinham a sua dignidade duramente atacada pelas humilhações sofridas e por não terem acesso à terra e à água para as suas necessidades básicas.

## **1.2 - Grandes Obras de Combate às Secas**

Dando sequência nesse exercício de modo sintético ainda tendo por base o que Bursztyn (2008) assinala, os Perímetros Irrigados como mais uma dessas políticas “desenvolvimentistas” que não alterou a estrutura desigual da região. Todavia, detalharemos um pouco mais sobre a dinâmica dos Perímetros Irrigados no próximo capítulo, pois salientamos que analisar esse período é necessário para compreender o percurso histórico das grandes obras de combate à seca na região.

Por instante, importa ressaltar que o planejamento e a implementação dos Perímetros Irrigados foi uma iniciativa dos governos militares durante as décadas de 1960 e 1970 do século XX, cujos projetos foram elaborados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), e pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), com áreas de controle distintas; sendo a primeira responsável pelos Perímetros localizados no Vale do Rio São Francisco, e o segundo pelos Perímetro situados

no sertão semiárido. Em síntese, o objetivo desses grandes projetos de irrigação era criar verdadeiras manchas úmidas, onde se praticava uma agricultura moderna, mecanizada e irrigada. Para tanto, o Estado disponibiliza a infraestrutura para os lotes agrícolas e habitacionais, selecionava os futuros colonos/irrigantes, a partir de critérios como grau de instrução, faixa etária, quantidade de filhos e os amarravam juridicamente, através de um contrato de concessão de uso. Esses perímetros, além de estimularem a competitividade entre os irrigantes e a produção para o mercado, tinham como proposta criar uma classe média rural.

Por fim, discorreremos sobre o projeto Sertanejo como mais uma política que não alterou a estrutura agrária da região, e tampouco criou condições para o acesso à água. Foi outra política dentro do escopo das políticas de modernização da agricultura que teoricamente tinha como beneficiários trabalhadores rurais sem terras, pequenos, médios e grandes proprietários. Dessa forma, “a implementação do projeto Sertanejo permite concluir que sua formulação visava, ao mesmo tempo, maximizar a importância dos Pólos já existentes e minimizar o imperativo de uma reforma agrária generalizada” (BURSZTYN, 2008. p. 147). Conforme o seu decreto de criação nº 78.299, de 23 de agosto de 1976 no artigo 1º, o projeto Sertanejo tinha como objetivo

fortalecer a economia das unidades de produção agropecuária, sobretudo pequenas e médias, do semi-árido nordestino tornando-as mais resistentes aos efeitos das secas, a partir de núcleos de prestação de serviços e de assistência técnica, previamente selecionados (BRASIL, 1976).

Assim como os outros grandes projetos de desenvolvimento para o nordeste semiárido implementados no período militar, o Projeto Sertanejo também fazia parte da política de modernização conservadora instalada no período. “Uma vez que se enquadra na teoria da modernização conservadora que concebe uma série de medidas modernizantes no meio rural sem atingir transformações estruturais” (MACÊDO, 1984, p, 55).

Ab’Saber (1999, p.22) afirma que “a ronda da fome incide exatamente sobre a digna parcela constituída por todos os tipos de trabalhadores sem terra”. No balanço final dessas políticas, percebemos que em nada alteraram a estrutura agrária e que não serviram para verdadeiramente democratizar o acesso à água e/ou mudar a desigualdade social existente na região. Observa-se que, por um lado, a seca criava possibilidade de lucro e capital político para a elite latifundiária e política; por outro, significava fome/morte para os desvalidos sem um pedaço de chão para produzir, no caso dos sem-terra, e na limitação concreta e objetiva

dos pequenos proprietários, pois o remetente das políticas sempre tinha o endereço do latifúndio.

### **1.2.1 - Grandes Obras como Estratégia de Desenvolvimento**

Durante todo o século XX, as grandes obras oscilaram entre uma solução para combater as secas e serem sinônimo de desenvolvimento para a região Nordeste e, especialmente, para o semiárido nordestino. Como a obra da transposição do Rio São Francisco esteve presente na arena política durante todo esse período, tendo as suas obras iniciadas só no ano de 2007 depois de muitos debates e embates, não foi diferente. Muito pelo contrário, creditou-se essa grande obra a responsabilidade de fazer a região desenvolver-se e que a mazela histórica do acesso à água para produção e para o consumo seria definitivamente solucionada.

É sabido que o conceito de desenvolvimento é polissêmico e, portanto, suscita distintas definições, mas no imaginário social mais geral acaba sendo reduzido a algum dinamismo econômico (SILVA, OLIVEIRA, 2016). Todavia, a priori não entraremos no mérito da discussão sobre o que é desenvolvimento e sim quais foram as suas consequências, sobretudo, para os povos pobres e marginalizados da região do semiárido nordestino. O nosso interesse em trazer a discussão dos grandes projetos, aliada ao discurso do desenvolvimento é pontuar o que significou historicamente as grandes obras, a quem ou a quais objetivos se prestaram. Sem reduzir o papel dos indivíduos e grupos demandantes, mas assinalando que essas obras foram iniciativas de grupos políticos que ocupavam lugares de poder e representavam interesses específicos.

As grandes obras ditas por nós é um processo que se inicia em 1909 com a criação do órgão de Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) que depois, em 1919, virou Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS); e em 1945, finalmente o DNOCS (POMPONET, 2009). O DNOCS, com a política de açudagem sendo implementada no semiárido como um todo, perpassando a construção de rodovias e ferrovias, hidroelétricas, perímetros irrigados; e finalizando com a construção da Transposição do Rio São Francisco, que finalmente sai do papel e tem o Eixo Leste concluído em 2017 e o eixo Norte em 2020.

Esse grande marco da política pública, conhecido como “solução hidráulica”, tinha o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do Nordeste por meio da construção de grandes reservatórios de água nesta região. Como já mencionamos na seção anterior, esse debate se iniciou especialmente após a grande seca de 1877-1879. A partir desta, o Nordeste passou a

ser considerado uma “região problema” e a seca uma situação de desastre para o Brasil no final do século 19. Os motivos pelos quais a seca do período citado acima se tornou um marco são sinteticamente apresentados por Albuquerque Júnior (1995, p.118).

Portanto, a seca de 1877/79, por toda esta série de circunstâncias e por esta série de novas práticas que fez emergir, tornou-se um marco na história das secas. Não é, pois, no fenômeno natural em si que devemos buscar sua diferença, mas no momento histórico que a cercou e nas práticas e discursos que a diferenciaram das demais. Ela se torna diferente por ter sido cercada por uma conjuntura em que as relações de exploração e dominação, dentro dos padrões em que eram realizadas, são postas em questão. (Albuquerque Júnior, 1995, p. 118).

Alguns elementos valem a pena ser lembrados quando se analisa a construção do açude de Cedro. Quer dizer, foi o primeiro açude a ser construído e, por sua vez, foi construído no Ceará. Isso tem relação com o fato que durante a seca de 1877-1879, o estado do Ceará passou a ser símbolo do Nordeste como “região problema”. Sertanejos migravam aos montes e morriam de fome pelas ruas de Fortaleza, eram os que andavam cambaleando pelas ruas mendigando. Isso motivou as elites políticas locais e nacionais a colocarem o Ceará na ordem do dia. Outro fato que chamou atenção foi a demora na conclusão da obra. Isso aconteceu pelo fato de não existir na época tecnologias e mão de obra qualificada para acelerar a obra: não tinha transportes, tampouco estradas para a locomoção das máquinas, pelos conflitos políticos entre a comissão formada por engenheiros brasileiros e outra por engenheiros estrangeiros, pela falta de recursos financeiros, instabilidade políticas e tudo isso gerando muitos conflitos entre autoridades e elites locais e nacionais. Tudo isso ocasionou essa demora, conforme nos afirma Monteiro (2012).

Algo muito comum da solução hidráulica é o fato dela aparecer sempre que se inicia um grande ciclo de seca, como já dissemos anteriormente. Uma prova disso é que após a seca de 1915 e a chegada em 1919 à Presidência da República, do Paraibano Epitácio Pessoa, a política de construção dos grandes reservatórios de água virou assunto nacional e político de primeira ordem novamente com a criação do IFOCS (VIANA, et al., 2012).

Tem-se como referência temporal da construção de grandes e médios reservatórios de água após seca de 1877-1879 até a década de 50 – depois desse período, foram desenvolvidas outras ações para o semiárido nordestino. Dentro disso, fizemos um recorte espacial para focalizar o estado da Paraíba. Destaca-se a construção do açude São Gonçalo na década de 30, do açude de Coremas, que ficou pronto na década de 40 e o açude Epitácio Pessoa em Boqueirão, na década de 50.

É interessante frisar como o nome do político paraibano José Américo de Almeida aparece como uma figura central por trás da construção desses grandes reservatórios no estado da Paraíba. Para mais informações sobre quem foi José Américo e sua influência política no Nordeste e no país, se tornando ministro do governo de Getúlio Vargas na década de 30, veja a dissertação de Silva (2015).

José Américo de Almeida tornou-se ministro no Ministério da Viação e Obras Públicas e se colocou como responsável e determinado a concluir os três grandes açudes idealizados por Eptácio Pessoa, sendo eles: São Gonçalo, Coremas e Piranhas (SILVA, 2015). É importante salientar que a seca de 1930-1932 motivou ainda mais o governo Vargas para dar total apoio político e econômico ao ministro. Todavia, ao analisarmos a distribuição desses reservatórios, perceberemos que alguns deles foram construídos em terrenos particulares – ou seja, dentro dos grandes latifúndios da região para fortalecer os vínculos com as grandes oligarquias. Segundo Silva (2015, p. 92), “a disparidade entre os serviços públicos e os privados, notada a partir do número de açudes e barragens construídas – 29 açudes e 66 barragens públicas para público-privadas”.

José Américo de Almeida se ausenta da política nacional no final da década de 30; durante a década de 50, porém, volta à cena política na Paraíba como governador, voltando a investir na solução hidráulica para resolver os problemas ocasionados pela seca. Ele usa como linha de atuação a construção de açudes públicos, tendo como destaque a construção do açude Eptácio Pessoa em Boqueirão, para abastecer o município de Campina Grande, segunda maior cidade do Estado e onde tinha aliados políticos; açudes particulares em parcerias com o DNOCS para consolidar articulações com oligarquias locais e próximos a grandes centros urbanos para angariar votos, conforme podemos observar em Barbosa (2011, p. 8):

Ao construir os açudes nas proximidades dos grandes municípios, José Américo unia o útil ao agradável, ou seja, abastecia uma maior parcela da população urbana dessas regiões e, ao mesmo tempo, estabelecia uma relação de favores junto aos líderes políticos locais que, na sua grande maioria, eram os donos das grandes fazendas as quais se destinavam prioritariamente as obras, mantendo e ampliando os seus redutos eleitorais. Agindo assim, José Américo, provavelmente garantia uma grande quantidade de votos nos maiores municípios do estado, em eleições futuras. (BARBOSA, 2011).

É fato que a política da construção de grandes reservatórios como propulsora do desenvolvimento cerceia no final da década 50 com a criação do GTDN e posteriormente da Sudene. Todavia, volta e meia ela apareceu como destaque nas décadas subsequentes, sempre

que uma grande seca se instalou no Nordeste, sobretudo na década de 70 e 80. No entanto, o auge se deu na década de 50.

Temos clareza que a construção de grandes reservatórios era necessária para suprir as necessidades hídricas da região naquela época. Todavia, o principal motivo não era gerar emprego e renda, nem mudar a estrutura fundiária e acabar com a fome, a miséria, a desigualdade e, sim com “intuito, por detrás da disseminação desses açudes, era diminuir os gastos governamentais com a distribuição de alimentos, roupas e remédios, extirpando-se definitivamente os males causados pela seca” (MONTEIRO, 2012, p. 55). E eles por si só não “eram suficientes para resolver os problemas da seca e do atraso regional” (CAMPOS, 2014, p. 78).

Evidencia-se também que esses reservatórios foram feitos ou numa situação de conchavo político com as oligarquias políticas, para reforçar a sua força e legitimidade na região, ou eram feitos em terrenos privados, portanto, verificamos novamente o Estado sendo o financiador do latifúndio, agregando valor às terras e capital político aos proprietários. Dessa forma, o tão sonhado progresso e desenvolvimento não passavam de uma estratégia política das oligarquias políticas e rurais para aumentar o seu poder.

Por uma questão metodológica, optamos por apresentar e analisar a implementação dessas obras separadamente, entendendo que facilita o processo de assimilação, uma vez que na prática, elas aconteceram de maneira articulada pelo Estado brasileiro. A construção de rodovias foi sempre alavancada junto com a açudagem, com a irrigação e com as hidroelétricas. Dentro disso, essas obras interligam os territórios e viabilizam o escoamento da produção – dessa forma, também supostamente impulsionaram o desenvolvimento. Conforme assinalam Pereira e Lessa (2011):

No processo de desenvolvimento brasileiro, as políticas de transportes terrestres (rodovia e ferrovia) tiveram um papel importante no processo de ordenamento do território, na medida em que viabilizavam a ligação com os transportes aquaviários. A expansão dos sistemas de transportes levou à ocupação das áreas litorâneas e interioranas, estruturando as cidades existentes, criando novas cidades, atraindo investimentos em novas atividades produtivas industriais, agrícolas e agroindustriais, e também dinamizando as atividades comerciais (PEREIRA e LESSA p. 26, 2011).

Outro objetivo da construção de rodovias na região do semiárido nordestino, concomitantemente a construção de grandes e médios açudes, era ocupar a mão de obra dos chamados “flagelados da seca”, algumas aglomerando contingentes humanos que se

assemelhavam a campos de concentração<sup>6</sup> durante a segunda guerra. Esses trabalhadores recebiam um valor do Estado para amenizar a fome e, dessa forma, impedir que esse contingente migrasse para as grandes cidades. Um dos mentores dessas frentes de trabalho para a construção de estradas e açudes foi José Américo de Almeida, quando foi ministro do governo Vargas na década de 30 que, dessa maneira, aumentava as suas articulações políticas na região Nordeste (SILVA, 2015).

Assim, ele se estabelecia como um grande ministro ao agradar as oligarquias políticas e latifundiárias da região e melhorar a estrutura, mas também evitando que esses grupos de flagelados, desempregados e desvalidos enfeiassem as grandes cidades e, por outro lado, ainda alimentava certa fidelidade e apoio eleitoral para se manter, uma vez que ficava evidente para esses grupos que, graças ao ministro, ao deputado ou ao governador, não morreram de fome durante o período de seca. Na década de 50, quando se tornou governador da Paraíba, José Américo de Almeida, voltou a insistir com a mesma política, conforme nos aponta Barbosa (2011):

[José Américo] passou a investir pesado nas obras de construção e pavimentação das rodovias estaduais e municipais sob a alegação de dar emprego aos milhares de flagelados e evitar assim as constantes migrações que ocorriam em várias regiões do Estado (Barbosa, 2011 p.8).

Vale salientar que o processo de expansão da malha rodoviária do Brasil, com o impulso dado à construção de estradas no Nordeste, estava articulado ao propósito de industrializar o País, sobretudo a indústria automobilística que começava a se instalar na década de 50. Esse tipo de investimento revelava as estratégias geopolíticas de países com economia dependente, a exemplo do Brasil. Assim, as indústrias pressionavam para que fosse construída a infraestrutura necessária para que pudessem se instalar.

A expansão da infraestrutura rodoviária buscava atender às necessidades dos complexos industriais automobilísticos que se instalaram no Brasil. O desenvolvimentismo brasileiro, ou desenvolvimento dependente, é marcado pela aliança entre a elite nacional, o Estado e o capital externo, que viabilizam o processo de modernização econômica na medida em que o capital estrangeiro faz investimentos diretos na economia brasileira, implantando, aqui, atividades produtivas (PEREIRA; LESSA, 2011, p.6).

---

<sup>6</sup> Para um melhor entendimento sobre os campos de concentração nordestinos, recomendamos a leitura do artigo Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932), de Frederico de Castro Neves. Disponível em: [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3775](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3775)>. Acesso em 24 de fevereiro de 2022.

Por tudo isso, fica evidente a dificuldade de proporcionar o desenvolvimento por meio das rodovias da maneira como aconteceu. É possível que elas tenham influenciado o aumento da frota de veículos. Não se pode negar a importância desse tipo de investimento, mas é importante problematizar o plano de fundo que justifica a opção por investir na construção de estradas. Quer dizer, o investimento em estradas não foi gestado para gerar desenvolvimento em sentido amplo e para a população de modo geral, sobretudo para os pobres do semiárido. Portanto, foram obras importantes, mas que não alavancaram o desenvolvimento, pois isso é muito mais complexo.

Dando sequência à discussão sobre os grandes projetos para gerar o desenvolvimento no Nordeste, chegamos aos grandes projetos de irrigação. A irrigação sempre esteve atrelada à construção de grandes açudes e é vista como uma ferramenta para gerar a modernização da nossa agricultura. Contudo, como todos os grandes projetos, ela também é alvo de muitas contradições. Como todos os outros citados anteriormente, tinha o DNOCS como o principal órgão do governo federal, que era a cópia de um modelo vindo de “fora”, dos Estados Unidos. Isso fica muito claro, conforme assinala Silva:

O DNOCS, além da construção de grandes açudes e estradas, foi também responsável pela implantação dos primeiros projetos de irrigação daquela região. O sonho dos campos irrigados, circundando os açudes do Semiárido nordestino datam do início do século passado. A ideia prosperou com a importação do modelo estadunidense, que durante a grande crise econômica dos anos 1930, conhecida como Great Depression, criou o projeto Tenesse Valley Authority – TVA. (SILVA, 2015, p. 93).

Segundo Mendonça (2010), as primeiras discussões sobre os projetos de irrigação tiveram início em 1906, após a conclusão do açude de Cedro em Quixadá. Todavia, pouco se efetivou, e os 50 km de canais construídos para a irrigação na prática foram apropriados pelos latifundiários na região para a dessedentação animal. Já depois da seca de 1930-1932, em conjunto da política de açudagem retornou o debate da irrigação e, dessa vez, com incentivos por parte do Estado brasileiro, mas que novamente pouco avançou. Apesar do debate da irrigação ter ganho força com a Sudene (na seção anterior expomos os motivos pelos quais a Sudene não avançou) os primeiros perímetros irrigados surgiram na década de 70.

Dito isso, foi na Paraíba que aconteceram três das principais experiências de implementação dos Perímetros Irrigados de maneira coordenada pelo DNOCS. Estes se localizam nas cidades de Sousa e Condado no sertão e de Sumé no cariri. Um dos pontos que também é alvo de crítica desses perímetros é o fato deles terem formado áreas que não refletiam sobre o todo do semiárido, conforme podemos ver em:

Os perímetros irrigados com lotes de 3 a 5ha para o cultivo de diversos produtos comerciais (principalmente o tomate). Porém, devido aos altos custos de implantação, esse tipo de projeto permanece naquelas áreas e fazem parte das chamadas “áreas de exceção. (PEREIRA; CURI, 2013, p. 2)

Posto isso, é necessário compreendermos como aconteceu esse processo tendo como caso exemplar o perímetro de São Gonçalo e o perímetro de Sumé. Se tratando do perímetro irrigado de São Gonçalo, houve uma primeira tentativa de instalação de irrigação no açude na década de 50, mas logo houve um declínio. Segundo Gomes (2005), foi no final da década de 60 que o DNOCS encomendou um estudo novamente com objetivo de construir o Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG) e, a partir da década de 70, ele voltou a funcionar. Num primeiro momento, se formou filas e mais filas de colonos após se espalhar a notícia do Perímetro. Com isso, o processo de seleção dos irrigantes seguiu critérios objetivos e subjetivo, conforme exemplificaremos abaixo:

Idade – os candidatos devem ter menos de 45 anos; capacidade de trabalho – tanto física como moral; estado civil – somente os homens casados podem ser candidatos; número de filhos – pelo menos dois, de maneira que a unidade familiar possa contar com um número de braços capaz de assegurar uma alta produtividade de terra; dedicação exclusiva – os candidatos, uma vez aceitos, não podem ter outra atividade além da de colono; conhecimento de agricultura – apenas candidatos já tendo trabalhado na agricultura seriam aprovados; proximidade – seria dada prioridade aos candidatos que já habitassem na área desapropriada para instalação do ‘perímetro’; alfabetização – não se aceitariam os analfabetos (BURSZTYN 2008, p. 113).

Segundo Gomes (2005), a técnica de entrevista empregada pelo DNOCS buscava, sobretudo, averiguar se os candidatos tinham espírito empresarial e uma postura responsável, para assim, estarem aptos a tão alta acunha. A mesma autora nos informa de como esse processo continha contradições e de como ele foi excludente:

Mas, além dos critérios objetivos e da análise subjetiva feita pelas assistentes sociais, outros elementos definidos como prioridades sociais foram considerados no processo de seleção dos candidatos, são eles: a) os proprietários atingidos pela desapropriação; b) os chefes de famílias mais numerosas. Apesar de rígidos, os critérios formais adotados pelo DNOCS, para a seleção dos colonos foram desvirtuados, no sentido que o perfil dos selecionados não era coerente com os critérios de seleção objetivos. As informações contidas nas fichas cadastrais dos colonos revelam que, por exemplo, a maioria dos selecionados era analfabeta e estava bastante habituada a produzir em área de sequeiro. Era uma espécie de saber-fazer característico desse grupo de sítiantes e que, naquele momento, foi considerado menos relevante para o DNOCS (GOMES, 2005, p. 79).

Se por um lado, os candidatos tinham uma série de critérios para ser obedecidos, que ignoram fortemente as características dos agricultores, sobretudo os seus saberes tradicionais,

seu modo de relacionar-se com a terra e com a produção, almejando apenas em obter com aqueles projetos modelos, empresários produtores de tomates nas terras irrigadas; pelo outro lado, o Estado se colocava com o dever de oferecer todas as condições concretas e objetivas, para isso disponibilizando o crédito, as máquinas, a terra, os adubos, defensivos agrícolas, assessoria técnica e a água (MENDONÇA, 2010).

Outro ponto importante ao refletir sobre o que significou os perímetros irrigados está relacionado à mão de obra. Essa por sua vez, era na sua quase totalidade de origem familiar, todavia, essas famílias também contratavam pessoas, sobretudo na época da colheita para dar conta da demanda. Já a remuneração se dava por dinheiro, gêneros alimentícios ou nas duas formas. Boa parte dessa mão de obra vinha de moradores dos arredores dos perímetros irrigados (GOMES, 2005).

O declínio dos perímetros irrigados veio no final da década de 80. E isso aconteceu por alguns motivos, dentre eles os principais foram: pela questão da salinidade dos solos do semiárido; pelo fato da diminuição do volume de água nos canais; pela redução do orçamento do DNOCS, que ocorreu quando o país passou pelo processo de transição da ditadura para a Nova República, iniciando um processo de Estado mínimo – vale ressaltar que o DNOCS foi extinto na década de 90 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e voltando apenas nos governos Lula; pelo fato das cooperativas terem falido por conta de más administrações, deixando muito dos irrigantes endividados como aconteceu em São Gonçalo; por fim, por conta da natureza autoritária do DNOCS, criou-se uma relação de paternalismo e dependência dos irrigantes com o órgão. Dessa forma, na medida que o órgão foi perdendo força, os irrigantes ficaram numa situação de vulnerabilidade sem conseguir negociar contratos, subsídios e o próprio processo de produção (MENDONÇA, 2010; GOMES, 2005).

Assim, as experiências modelos dos perímetros irrigados acabaram se mostrando insustentáveis sem o forte aparato estatal e não conseguiu alavancar o desenvolvimento na região. Concordamos com Carvalho (1985) quando afirma que a irrigação praticada nos perímetros no âmbito tecnológico da produção trouxe inovações com as máquinas, adubos, mas não alterou em nada a estrutura agrária da região, não alterou as relações trabalhistas, não alterou o acesso à água, portanto, foi uma modernização conservadora.

Os oásis artificialmente construídos pelos perímetros buscavam construir uma relação paralela ao da fome e miséria provocada pela desigualdade social na região. Para tanto, investiram massivamente com créditos, máquinas e assessoria técnica; todavia, retiraram toda a autonomia de famílias selecionadas rigorosamente para o sonho da prosperidade através dos perímetros e cercearam o direito de escolha sobre quais culturas plantar, quais tratamentos culturais

seriam empregados; controlaram o dinheiro dos irrigantes e sempre os trataram como se fossem incapazes de pensar e de executar da melhor maneira – e quem infligia as regras eram expulsos dos perímetros, afinal, viviam sob um regime ditatorial. Portanto, ao invés de gerar desenvolvimento, os perímetros geram ilusões, dívidas e frustrações para o pequeno grupo de “privilegiados” do semiárido que conseguiram passar na seleção do DNOCS. E o restante dos moradores da região? Bom, esses continuaram renegados a frentes de emergência, carros pipas, muitas humilhações e explorações.

Para finalizar à abordagem dos grandes projetos para o Semiárido Nordeste que possuíam a finalidade de promover o desenvolvimento para essa região, mas que pouco alteraram na prática a estrutura, as relações sociais e produtivas da região, chegamos aos investimentos voltados à matriz energética, as hidroelétricas, especificamente e resumidamente, a hidroelétrica de Sobradinho na Bahia, que represa as águas do Rio São Francisco.

A partir da década de 1950, a política energética brasileira também aderiu medidas desenvolvimentistas visando à industrialização. Nesse período, a produção de energia por meio das hidroelétricas tornou-se a primeira fonte energética nacional, passando por um acentuado processo de reestruturação (ANDRADE NETO, 2018).

De maneira geral, a existência de Sobradinho aconteceu pela empresa de Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). A construção se iniciou em 1973, durante o governo de Ernesto Beckmann Geisel 1974- 1979; o represamento em 1976 e, por fim, em 1979 começou a produção de energia para a população do Norte e Nordeste (SIGAUD, 1986).

O reservatório de Sobradinho tem cerca de 320 km de extensão, com uma superfície de espelho d'água de 4.214 km<sup>2</sup> e uma capacidade de armazenamento de 34,1 bilhões de metros cúbicos em sua cota nominal de 392,50 m, constituindo-se no maior lago artificial do mundo (CHESF, 2021).

Quando se aborda a questão dos megaprojetos, é fundamental falar sobre os prejuízos econômicos e sociais às populações locais, que são realocadas em outras áreas – o caso das hidroelétricas não é diferente. Essas famílias têm suas vidas sociais alteradas, tanto do ponto das relações sociais quanto, por conseguinte, de seus vínculos com o território. Processos como os das hidrelétricas ficaram marcados por ter acontecido durante o período ditatorial onde, na medida em que ele acenava uma industrialização e “modernização” para o mundo se colocando no caminho do desenvolvimento, para as populações locais ele agia pela força, violência e intervenção, sobretudo, para as populações menos favorecidas. “Empreendimento

que desconsiderou as especificidades da população que seria atingida. Grosso modo, a população ribeirinha não estava incluída no cálculo e no plano de desenvolvimento idealizado para a microrregião” (ANDRADE NETO, 2018, p. 104).

Como foi dito ao longo deste capítulo, os grandes projetos sempre foram concebidos para a região Nordeste, sobretudo para o semiárido como porta voz do desenvolvimento – desenvolvimento esse que nunca ocorreu de fato. Isto se dá com a justificativa de que ele nunca interessou as oligarquias políticas e rurais dessa região, ou seja, foi utilizado como uma forma de justificar as grandes obras da maneira que lhes convinha. Dito de outra maneira, as grandes obras serviram mais ao interesse particular que coletivo da região. Assim, concordando com Silva (2015), sobre as limitações e contradições das grandes obras e o porquê de não terem gerado o desenvolvimento esperado:

As grandes obras do Nordeste são sempre propagadas como sendo de ou para o desenvolvimento da região, que não por acaso é sempre referida como a região “menos desenvolvida” do país. São discursos “casados” para gerar resultados desejados. No entanto [...] os ganhos efetivos ao longo das últimas décadas foram muitos, porém, para poucos. Pode um modelo econômico imposto criar resultados positivos em comunidades desprovidas de direitos básicos como saúde e educação de qualidade, como ainda são muitas as que estão localizadas no Semiárido nordestino? Pode um padrão de agricultura comercial que não respeita a cultura ou os bens naturais locais conseguir direcionar a melhoria de vida dessas comunidades? (SILVA, 2015, p. 84).

Vale salientar que não é a intenção desse capítulo se colocar contrário às grandes obras. Definitivamente não é essa a discussão. O que procuramos expor de maneira crítica foram as contradições e limitações delas, que começam na sua origem, quando o Nordeste foi reconhecida como problema e vista como lugar do atraso após a seca de 1877-1879, e como as oligarquias políticas e agrárias se aproveitaram dessa situação para prometer o desenvolvimento da região especialmente durante as secas, mas que não passou de promessas, pois a verdadeira intenção era tirar proveito da fome e da miséria na região, sobretudo, nas épocas de secas. Assim, não atacaram o problema real da região: a estrutura agrária, o analfabetismo, o desemprego e, conseqüentemente, a desigualdade social da região.

Portanto, este capítulo também nos ajuda a refletir sobre como a obra da transposição do Rio São Francisco (que apresentaremos melhor no próximo capítulo) dá seqüência à lógica das grandes obras desde o século XIX. Ela se repete prometendo o desenvolvimento para a região, não se preocupando em alterar os problemas estruturais da região e em não politizar o acesso à água. Dessa forma, segue a mesma lógica que basta aumentar a oferta hídrica e os problemas serão resolvidos.

Desse modo, iniciaremos a discussão sobre a transposição Rio São Francisco e de como ela foi ventilada desde o final do século XIX como a solução hídrica para o semiárido nordestino e de como ela segue o mesmo sentido das grandes obras já citadas aqui. Além disso, vamos abordar os conflitos que sempre estiveram presentes todas as vezes que ela vinha à tona até a conclusão do eixo leste. Esse eixo será descrito por nós, sobretudo, pelos moradores da Vila Lafayette do Município de Monteiro - PB. Esses sujeitos foram reassentados na Vila vindo de localidades e com histórias diferentes para que a construção da obra fosse concretizada. As especificidades e problemáticas desse processo serão objeto do próximo capítulo.

## **CAPÍTULO II**

### **2 - O Rio São Francisco**

Antes de entrarmos no debate sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), faremos uma contextualização do Rio São Francisco, conhecido como o Rio da integração nacional e como velho Chico. O Rio tem uma extensão de aproximadamente 2.800 km, ligando duas regiões do Brasil, sendo elas a região Sudeste e a Nordeste, nascendo em Minas Gerais e desaguando no mar na divisa entre os estados de Alagoas e Sergipe. São inúmeras histórias e lendas contadas que escorrem pelo seu leito (SILVA, 2017).

Falar sobre o Rio São Francisco é falar sobre um dos principais rios do país, sendo este o maior totalmente brasileiro. Berço de vida e de equilíbrio ambiental, a sua importância para o Brasil vai desde a sobrevivência até a interligação para os mais variados povos. Além disso, ele foi usado como caminho pelos colonizadores para adentrar no sertão e povoar novas áreas (ASSIS; TUBALDINI, 2014). Dialogando com os autores sobre a dimensão do povoamento, Silva alerta (2017, p. 58): “ainda com relação às primeiras ocupações realizadas às margens do Rio São Francisco, podemos afirmar que ocorreram com o objetivo de promoção de uma colonização interna no sentido de um povoamento da região”. Camelo Filho (2005), traz mais elementos sobre esse processo de ocupação do Rio São Francisco e a sua importância para a constituição dos sujeitos que habitam a região e da sua formação histórica social.

A ocupação da região, da foz do rio e que se estende cerca de 300 km para o interior, iniciou-se com o desenvolvimento da pecuária extensiva que, por sua vez, teve grande importância para a atividade açucareira, realizada na costa litorânea. O rio era mais um acidente geográfico encontrado pelos portugueses desde o litoral do Atlântico, no entanto permitiu a penetração para o interior do território e, assegurava o controle e o povoamento dele pela Coroa Portuguesa que ampliava a sua expansão para além do litoral (CAMELO FILHO, 2005, p. 83).

Ainda dialogando com o mesmo ator, constata-se que no período colonial se tinha a produção em larga escala da cana de açúcar na região litorânea, mas, em contraposição a produção dos itens de subsistência, a rapadura era produzida no vale do Rio São Francisco. Além disso, ele destaca como o Rio foi importante para o processo de exploração da mineração na região nordeste e mineira.

O rio São Francisco serviu de via para transporte de alimento (milho, feijão, carne seca, rapadura, farinha) destinado ao suprimento das minas de ouro; por ele seguiam escravos e garimpeiros vindos de outras regiões. Serviu também para evasão (saída) de ouro que chegava até Salvador [...]. No período da mineração tivemos uma forte expansão da pecuária no Vale e um significativo aumento da população, tornando-se a região mais povoada da colônia depois das áreas produtoras de açúcar. Com isso, formaram-se vários núcleos de povoados que deram origem a cidades espalhadas em toda a extensão do rio São Francisco e de seus afluentes. O ciclo econômico da mineração chegou ao fim, o domínio colonial português também e o rio São Francisco continuou pulsando como se fosse a artéria aorta do coração do interior do território brasileiro. Entretanto, o Vale continuou sem qualquer transformação do seu cotidiano econômico historicamente ancorado na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência. Dessa forma, a região manteve o processo de povoamento iniciado no período colonial. Por conta da atividade pecuária desenvolvida no Vale, do rio São Francisco recebeu a denominação de “Rio dos Currais”, e a partir da Independência do Brasil, passou a ser chamado de “Rio da Integração Nacional”, porque proporcionou a ligação direta entre o Nordeste e o Sudeste do país. A navegação se intensificou em todo o percurso navegável do rio, apesar da simplicidade dos seus barcos (CAMELO FILHO, 2005, p.84).

Ainda nessa linha de reflexão, Silva (2014) aponta que ele é celebrado como Rio da integração nacional, por ser o caminho que conecta o Sudeste e o Centro-Oeste ao Nordeste. O seu nascedouro é na Serra da Canastra, em Minas Gerais, percorrendo na direção sul-norte pelos estados da Bahia e Pernambuco, chegando ao Oceano Atlântico através da divisa entre Alagoas e Sergipe. A sua bacia engloba sete estados brasileiros - Bahia (48,2%), Minas Gerais (36,8%), Pernambuco (10,9%), Alagoas (2,2%), Sergipe (1,2%), Goiás (0,5%) e Distrito Federal (0,2%), com 504 municípios ribeirinhos, ou cerca de 9% do total de cidades do país.

Durante esse trajeto, que desloca água por cinco estados, o Rio se divide em quatro trechos: o Alto São Francisco, que vai de suas cabeceiras até Pirapora, em Minas Gerais; o Médio, de Pirapora, onde começa o trecho onde é possível navegar com barcos e navios, até Remanso, na Bahia; o Submédio, de Remanso até Paulo Afonso, também na Bahia; e o Baixo,

de Paulo Afonso até a sua foz no oceano atlântico na divisa de Alagoas e Sergipe (MDR, 2021).

Um outro ponto importante que o site do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR, 2021) assinala é sobre o índice pluviométrico e de evaporação do Rio São Francisco e as suas variações ao longo desses 2800 km, sendo eles: a pluviometria média que varia de 1.900 milímetros na área da Serra da Canastra a 350 milímetros no Semiárido Nordeste. Já os números relativos à evaporação se transformam inversamente e aumentam de acordo com a distância das nascentes: vão de 500 milímetros anuais, na cabeceira, a 2.200 milímetros anuais em Petrolina (PE). Por fim, a população residente às margens do Rio é estimada em 18 milhões de pessoas. Segue abaixo na figura 01 o mapa do Rio São Francisco.

**Figura 01-** Mapa da Bacia do Rio São Francisco



Fonte: Comissão de acompanhamento do projeto de revitalização do Rio São Francisco. Relatório Final- Brasília - 2002.

O Rio São Francisco tem uma importância muito grande na dimensão cultural, política, social e econômica da região. Os processos de integração entre uma região e outra também implicam em escoamento de bens econômicos gerando renda, mas também levando costumes, crenças e tradições dos povos que habitam suas margens e entorno. Ali estão ribeirinhos, sitiantes, irrigantes, pescadores, enfim, muitos sujeitos que têm o Rio como lugar de vida. O Rio também cumpre o papel de construção da história desses sujeitos. Além disso, sempre foi palco de disputas políticas entre os atores sociais.

As intervenções estruturais no Rio tiveram início no século passado, com a construção da hidroelétrica de Sobradinho, já abordada no capítulo anterior. É fato que na primeira

metade do século XX acontece um intervalo nos processos de intervenção do Rio, os quais são retomados na segunda metade desse mesmo século, “o interesse pelo Rio São Francisco é retomado e suas águas passam a representar fator fundamental para impulsionar o desenvolvimento do nordeste através da produção de energia elétrica” (SILVA, 2017, p. 60). Processo esse que foi determinante no modo de intervenção no Rio, pois foi responsável pela entrada do capital industrial na região por meio de construção das hidroelétricas.

Logo após, ocorre o processo de iniciação dos projetos de irrigação da fruticultura, especialmente em Petrolina no Pernambuco e em Juazeiro na Bahia. Inclusive, aqui é importante mencionar as diferentes facetas da irrigação no Rio. Por um lado, temos o cultivo de uma agricultura em larga escala de uva e de manga para a exportação; do outro, uma agricultura baseada na produção de hortaliças como a cebola, além do milho e do feijão voltado mais para o mercado interno. Ademais, é importante pontuar de como o Estado historicamente sempre apoiou a primeira em detrimento da segunda (CAMELO FILHO, 2005).

Essa discussão dá sequência a feita no capítulo anterior, sobre como os grandes projetos para o desenvolvimento da região Nordeste e do semiárido, ao seguirem a estratégia das grandes obras para alcançar o desenvolvimento, provocam agressões às comunidades mais pobres, especialmente às comunidades rurais. Pretende-se abordar também as situações conflituosas de ataques aos direitos dos ribeirinhos, pescadores e camponeses. Historicamente, estes foram vistos pelo poder público como um obstáculo para o desenvolvimento, conforme é explicitado por Silva, (2017, p. 61), “ao destruírem suas casas por meio das inundações dessas hidrelétricas construídas em suas áreas, atingem não somente as residências, mas fundamentalmente a cultura e a memória dessa população”.

O Rio representa parte constitutiva da vida de diversos grupos sociais, tendo em conta os sete estados brasileiros que ele percorre e a bacia da qual ele faz parte. Esses grupos sociais são formados por grupos dotados de muita história e de riqueza cultural. Formados e forjados pela dureza da seca, do calor, mas também constituídos por séculos e mais séculos de resistência e aprendizado com a beleza e riqueza das águas do Velho Chico.

Os intensos processos de mudança, agressão e intervenções sistemáticas, por onde tem passado o Rio teve continuidade com a construção e quase conclusão da obra de transposição do Rio São Francisco. Obra essa recheada de polêmicas e conflitos, assuntados ainda no Brasil Império, mas que a obra em si só teve início nos anos 2000, precisamente durante o segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva 2003-2010 do Partido dos Trabalhadores (PT).

## 2.1 - A transposição

A transposição do Rio São Francisco, se enquadra dentro das políticas de solução hidráulica projetadas no final do século XIX, influenciadas pelas grandes secas, especialmente 1877-1879, que começava a assolar a região deixando um rastro de cadáveres de animais, especialmente do gado criado na extensão das terras do semiárido e o povo que habitava na região, sob alto grau de exploração, fome e miséria.

Um ponto importante que buscaremos abordar neste capítulo é de como a transposição, bem como a açudagem, foram iniciativas que voltavam à tona toda vez que acontecia uma grande seca. Isso tem uma natureza política, já que as elites políticas da região e nacional necessitavam de uma resposta imediata e “fácil” para a resolução da seca e, ao mesmo tempo, isso construiu no imaginário popular a crença/esperança que a próxima obra (no caso a transposição), fosse finalmente resolver o problema da seca.

É importante ressaltar que transportar água de uma bacia para outra não é algo novo e nem restrito ao Brasil. Existem outras experiências no mundo que dão a dimensão de como esses projetos seguem uma tendência mundial de exportação dos modelos. Obviamente que essas experiências geraram casos de sucesso e outros nem tanto. Para a exemplificação, citamos Estados Unidos e Austrália, mas também experiências brasileiras de transposição.

O primeiro deles é o Projeto Colorado Big Thompson, nos Estados Unidos, composto por vários sistemas de transferência de água das bacias situadas a oeste das Montanhas Rochosas para as bacias hidrográficas do leste, estas localizadas numa região de baixas precipitações enquanto aquelas em regiões mais úmidas. O C-BT, como é chamado, tinha o objetivo de estabilizar a economia após a depressão da década de 1930 e, posteriormente, atender o abastecimento urbano, recreação e produção de energia elétrica [...]. O problema de distribuição e escassez de água também se fez presente na Austrália, na tentativa de superar essa dificuldade nas áreas atingidas, entre os anos de 1949 a 1974, foi construído o Sistema Hidrelétrico das Montanhas de Snowy (SMHS3), que desviou parcela das águas do rio Snowy para os rios Murray e Murrumbidgee, com o objetivo de coletar e armazenar água destinada à irrigação, geração de energia e abastecimento urbano [...] Em nível nacional, durante o século XX, podemos destacar vários casos de transferências de água entre bacias. O estado de São Paulo foi o pioneiro contando com dois sistemas: o Alto Tietê – Baixada Santista que teve início em 1901, com a construção de várias represas destinadas à produção de energia elétrica, para atender a demanda da cidade capital e o Sistema Cantareira, iniciado em 1966, composto por um conjunto de reservatórios construídos na bacia do rio Piracicaba, para suprir a demanda da região metropolitana de São Paulo e, para tal finalidade, é transferida para a bacia do Alto Tietê. Outro exemplo de transferência de água é o Sistema Coremas – Mãe d'Água, que tem por finalidade transportar água dos açudes de Coremas e Mãe d'Água, localizados no sudoeste do estado da Paraíba, para as várzeas de Sousa e Aparecida, com o objetivo de promover o desenvolvimento do oeste paraibano (GONÇALVES, 2014, p. 42-44).

O debate sobre a possibilidade de transposição do Rio São Francisco para solucionar os problemas hídricos do semiárido nordestino teve início ainda no século XIX, e do seu início até a conclusão passou por diversas etapas e conflitos entre os grupos políticos da região. Um fato importante é que a transposição esteve presente no noticiário brasileiro em regimes políticos diferentes, ou seja, no Brasil Império, na Velha República, nos regimes militares e por fim, sua execução na Nova República, precisamente nos governos populares e democráticos do PT.

Desde o período remoto do Império, durante o século XIX, até os dias atuais, foram diversas as oportunidades nas quais se cogitou a transposição como a melhor alternativa hídrica para a redução dos efeitos gerados pelos fenômenos das longas estiagens sobre os milhares de residentes na região conhecida como Polígono das Secas (LOUREIRO et al, 2013, p. 13).

Rodrigues (2020), detalha informações sobre o processo inicial da obra como a solução para a região e os principais atores políticos por trás do projeto. Segundo o autor, a primeira ideia de levar água para o Rio Jaguaribe no Ceará surge com Dom João VI, depois ela volta à tona por Dom Pedro II, onde ele cria uma comissão científica, contudo, não houve viabilidade técnica para levar o projeto à frente. A obra voltou em 1912 após a criação do IOCS por Hermes da Fonseca, porém alegaram não terem as condições tecnológicas para superar o relevo do Araripe. Quando Epiácio Pessoa chega à presidência da República em 1919 a discussão da obra volta novamente, pois haviam conseguido a tecnologia para suplantar o relevo, porém o projeto é novamente arquivado.

Quando assumiu a presidência, Epiácio Pessoa (1919 a 1922) reconduziu Arrojado Lisboa ao cargo de inspetor-chefe da IOCS e inseriu a transposição da Chapada do Araripe e a implantação de açudes entre suas ações prioritárias, criando um programa de infraestrutura com grande frente de obras hidráulicas para o Nordeste. No mesmo ano, o órgão passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca e ganhou novo regulamento (SACCONI, 2019, p. 21).

Segundo Dementshuk (2014), o governo do paraibano Epiácio Pessoa implementou a construção de diversos açudes na região, além da perfuração de poços, para resolver o problema da escassez hídrica. Ademais, tinha como objetivo fazer a transposição – todavia, foi denunciado por desvio de recursos. Dialogando com o que já discutimos no primeiro capítulo dessa dissertação, a iniciativa dessas obras implicava em altos investimentos para o Nordeste e, diante do processo de consolidação da região Sudeste como principal região do País, tomadas de decisões como essas ganhavam uma dimensão problemática.

Para, Castro (2011, p. 9), “o projeto reapareceu em 1981, quando técnicos do próprio DNOCS elaboraram um novo plano, cujo destino foi o mesmo dos anteriores: arquivado”. E o projeto volta a ganhar notoriedade novamente durante uma seca. Dessa vez durante a seca de 1979-1983, coincidindo com o período temporal do fim do regime militar. Como sempre, temos a solução hidráulica para resolver o problema da seca:

O ano de 1984 é ponto de referência na medida em que, no decorrer de uma grande seca na região do Semiárido, o governo militar de Figueiredo ordenou aos técnicos do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) a elaboração de um projeto, a ser financiado pelo Banco Mundial, visando viabilizar a Transposição das Águas do São Francisco para a região afetada pela estiagem. Todavia, encerrado o período de seca, a iniciativa foi abandonada (LOUREIRO et al, 2013, p. 14).

O projeto foi novamente arquivado. É importante salientar que esse é o momento de maior desgaste dos governos militares e que, mesmo após saírem vitoriosos das Diretas Já, eles perdem a eleição e o Brasil inicia o processo de redemocratização depois de 21 anos vivendo sobre a virulência e a mão de ferro de uma ditadura militar. Com a redemocratização do país, várias temáticas importantes ganham repercussão e dentre elas a ambiental. Com esse contexto, esse projeto passa a servir de referência para o PISF nos anos 2000.

Apesar de constar na literatura que as iniciativas para transpor a água do Rio São Francisco ocorreram no século XIX, a institucionalização da transposição como um projeto do governo federal só ocorreu no governo do presidente Itamar Augusto Cautiero Franco 1992-1994 pelo (na época) Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nesses termos, Nunes (2014) aponta que isso só aconteceu porque ele tinha a pretensão de eleger seu sucessor, o ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Assim, a transposição ganha força novamente no governo do Presidente Itamar Franco porque o então Ministro da Integração Regional Aluizio Alves do Partido Progressista (PP), foi um nordestino, ex-governador do Rio Grande do Norte. “Ele pretendia levar 150m<sup>3</sup> de água por segundo, a partir do município de Cabrobó- PE, beneficiando os estados do Ceará e Rio Grande do Norte” (GONÇALVES, 2014, p. 48). Para tanto, criou-se uma comissão interministerial, com objetivo de elaborar um projeto que demonstrasse a viabilidade econômica e ambiental para a construção da transposição. No entanto, “em 1994, anunciada a intenção de dar início à execução desse projeto, um parecer do Tribunal de Contas da União (TCU), foi contrário à ideia, o que resultou mais uma vez no seu arquivamento” (CASTRO, 2011, p. 9).

Já no governo do Fernando Henrique Cardoso, do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), 1995-2002, a discussão sobre a transposição volta a ganhar corpo, especialmente pelas articulações do ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra e do coordenador da Secretaria Especial de Políticas Regionais (SEPRE), o paraibano Cícero Lucena 1995-1997. A partir dessa articulação no mandato de FHC, foi constituída uma comissão ministerial para fazer estudos ambientais, orçamentários, cronograma com prazos etc., como podemos ver em Gonçalves (2014).

No ano de 1996, sob a coordenação da [...] (SEPRE), foi criada uma comissão formada por vários ministérios, concluindo que novos estudos deveriam ser realizados, assim, o IBAMA, nesse mesmo ano, disponibilizou um novo termo de referência para os estudos de impactos ambientais. A nova versão do projeto apresentava algumas particularidades se comparada ao de 1994, primeiro foi reorientação dos objetivos para a segurança hídrica visando minimizar os efeitos das secas, a redução da vazão de 70m<sup>3</sup>/s para 60m<sup>3</sup>/s, devido às críticas da CHESF, além da mudança do traçado dos canais e das bacias hidrográficas a serem beneficiadas. O projeto defendido [pela SEPRE e o MIN], foi orçado em 20 bilhões de dólares e previa um período de 25 a 30 anos para ser executado. O elevado custo e o elástico tempo foram considerados como empecilhos, colocando-o mais uma vez em revisão, desta vez a cargo do Senador potiguar Fernando Bezerra, Ministro da Integração Nacional. Após a revisão, o custo do projeto baixou para 1 bilhão de dólares, pretendendo levar 70m<sup>3</sup>/s para o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde seriam perenizados os rios do Peixe e Piranhas-Açu. Essa versão incluía também a construção de barragens nos afluentes para regularizar o fluxo de água, construção de usinas hidroelétricas, que aumentaria a produção de energia em dois milhões de megawatts, e a inclusão do eixo leste. Apesar dos avanços dessa versão em relação à anterior, ela foi bastante criticada. O licenciamento ambiental foi o primeiro elemento a ser contestado, porque o IBAMA utilizou o mesmo termo de referência de 1996 e os estudos daquele termo foram realizados por uma empresa estrangeira que não tinha conhecimento da realidade do Brasil (GONÇALVES, 2014 p. 49-50).

A partir daí, desencadeia-se uma série de manifestações contrárias à construção da transposição do Rio São Francisco. Os Estados doadores (Bahia, Sergipe e Alagoas), liderados pelos seus representantes acompanhados pela sociedade civil – Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, sindicais e professores universitários – iniciaram um processo de questionamento à rapidez (pressa) em fazer a transposição, ao valor orçamentário, aos danos ambientais ao Rio que já passava por um processo assoreamento e de perda de vazão.

Silva (2017) aponta que foi criada uma Comissão Legislativa por deputados, que buscaram fazer audiências públicas na região Nordeste, para discutir sobre a necessidade de fazer a obra e os seus respectivos impactos para a região. No entanto, segundo a mesma autora, as audiências eram realizadas apenas com governadores e empresários, sem que houvesse participação popular. Assim, a sociedade civil se organizou para impedir as

audiências, inclusive fazendo com que a obra não saísse do papel mais uma vez. Ainda em diálogo com ela, entendemos que a sociedade civil em unidade e em luta foi capaz de frear a forma irresponsável e antidemocrática de como estava se dando o processo naquela época.

Um dos fatores que levou o governo de FHC a abandonar o projeto da transposição foi o apagão de energia na região Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste entre 2001 e 2002. Esse apagão aconteceu por falta de infraestrutura do setor elétrico, mas também pela redução do volume de água nas principais hidrelétricas, dentre elas a de Sobradinho (GLOBO, 2013). Assim, com o Rio São Francisco apresentando um volume de água baixo devido ao período de estiagem, o início do projeto teve que ser mais uma vez postergado. Esbarrando na questão energética adiada, um outro motivo foi a baixa popularidade do governo FHC, que deixa o seu mandato “para 36% dos brasileiros, o desempenho do presidente vem sendo ruim ou péssimo (mesmo percentual dos que consideram-no regular), contra 26% que acham que ele vem sendo ótimo ou bom” (DATAFOLHA, 2002). Num cenário de apagão, intensas manifestações populares contrárias à obra e de baixa popularidade, ele não topou levar o debate adiante.

Foi durante os governos de Lula que o projeto tomou corpo, tornando-se Projeto de Integração do São Francisco (PISF). Todavia, os conflitos gerados por esse “mega” projeto não foram atenuados. Greve de fome feita por Bispo da igreja católica, mobilizações, fechamentos de estradas etc. Mesmo assim, o projeto avançou e a obra iniciou em 2007, com a promessa de levar água para 12 milhões de pessoas que habitam no semiárido nordestino.

Para Silva (2014, p. 149), “o PISF é um projeto que representa um campo de disputas de concepções, de ideias, enfim, não é consenso na sociedade sua pertinência, conseqüentemente sua eficácia”. Desse modo, buscaremos exemplificar e descrever esses conflitos gerados por uma das obras mais polêmicas da história brasileira.

Segundo Castro (2011, p. 10), “logo no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), entre 2003 e 2006, a ideia da transposição ressurgiu quando o presidente Lula incumbiu o então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, de executar a obra” da transposição do Rio São Francisco, no período mais recente, objetiva de maneira geral levar água a mais de 12 milhões de pessoas no semiárido nordestino e, com isso, impulsionar o desenvolvimento na região. Outros motivos, também foram apresentados como justificativa para a construção do PISF, entre os quais, a baixa oferta de água na região e a densidade populacional, como nos apresenta Castro (2011). Já com relação aos objetivos, podemos identificar alguns no próprio conteúdo do Parecer técnico 031/2005 Rima (2005).

Elevar o abastecimento urbano; redução dos gastos públicos emergenciais durante as secas, na área do Projeto, em distribuição de cestas de alimentos, gastos em frentes de trabalho e fornecimento de água em carros-pipa; aumento do emprego e renda da população da área do projeto; redução da migração rural-urbana e para áreas metropolitanas e suas consequências sobre a economia e infraestrutura das cidades; melhoria da qualidade da água bruta, reduzindo os custos para as concessionárias, as indústrias e, em longo prazo, para a agricultura (menor risco de salinização dos solos); benefícios indiretos e intangíveis nos sistemas produtivos da região (dinamização de atividades industriais, agropecuárias, comerciais e de serviços dependentes do suprimento hídrico) (RIMA, 2005).

Como todo grande projeto, uma obra dessa magnitude tem atores sociais importantes interessados na sua construção, e explicitar quem são eles e os motivos como plano de fundo também é de natureza importante para essa pesquisa. Pois não existe neutralidade nessa arena política e nem tampouco sujeitos ocultos. Há uma representação de interesses muito bem definida e clara na disputa política pelo PISF.

Para Silva (2017), é o governo federal, órgãos como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), além de setores do agronegócio nos Estados que se beneficiam com a obra. Por exemplo, o governo “relata a importância da obra como redentora do semiárido, dando um caráter salvacionista a essa intervenção planejada, como necessária para o desenvolvimento dessa região, bem como atesta ser uma obra sustentável” (SILVA, 2014. p. 151). Do outro lado está o Capital, representado pelo agronegócio que visa na Transposição uma maneira para valorizar as suas terras e aumentar sua produção (SILVA, 2017).

De acordo com a Lei 9.433/97 (conhecida como lei das águas), a prioridade de alocação hídrica é: o consumo humano e a dessedentação animal, nessa ordem. Com isso o PISF deve atender a esses dois tipos de consumo antes de qualquer outro. No entanto, subsidiariamente, terá seu uso ampliado para fortalecer o atendimento industrial, agricultura e outras demandas (BRITO, 2013, p. 200).

A crítica hegemônica da transposição foi pela agenda ambiental (BARROS, 2014; SILVA, 2014). O fato do Rio já contar com hidroelétricas, perímetros irrigados alterando o seu volume de água, somado a processos de assoreamento provocados por desmatamentos na sua margem, mais o fato da questão ambiental ter ganhado mais notoriedade pós Eco-92 contribuíram para isso. E um dos espaços encontrados pelos contrários à obra foi o comitê de bacias, o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF). O CBHSF era formado por órgãos ligados ao governo federal, estadual (estados por onde o rio percorre), mais empresas privadas (BRASIL, 2004). Ele cumpriu o papel de ser um espaço democrático para se debater tecnicamente sobre a obra.

Já a outra forma de enfrentamento do governo foi na dimensão política. Para Silva (2014), o Comitê foi contrário por conta da degradação já existente e pelas disputas ali

existentes. Além disso, dos 360 m<sup>3</sup>/s já outorgados do São Francisco, grande parte já estava outorgada – assim, restava pouca água para uso futuro. Ou seja, são notórios os conflitos dentro do Comitê com relação à transposição, mas de certo é que os representantes da sociedade civil dentro do comitê eram contrários.

Com exceção dos órgãos ligados ao Governo Federal e de outros do setor dos usuários como é o caso da Chesf, a grande maioria dos representantes do Comitê posicionaram-se de forma crítica ao Projeto de Transposição, alguns sendo totalmente contrários à sua implantação e outros, críticos ao seu formato oficial (SILVA, 2017, p. 164).

O fato é que o lugar de poder dos órgãos oficiais dentro do comitê suplantou o debate e o enfrentamento feito pela sociedade civil. Todavia, um questionamento importante sobre esse processo é o porquê de um governo do Partido dos Trabalhadores (PT) não ter dado a devida importância aos questionamentos e a contrariedade do Comitê? Bom, um elemento importante para isso é que o projeto ficou sob a coordenação de Ciro Gomes, que não tinha grandes laços com os movimentos sociais e sindicais, e com o vice-presidente, o empresário José Alencar.

Legatários de processos de firme resistência contra os grandes projetos e forjados numa militância social que também convergiu com a construção do PT, a grande “primeira obra de batismo” do governo Lula deixou em estado de embaraço e letargia uma miríade de movimentos que atuavam no Semiárido e no São Francisco. Mais estranhamento causou por ter sido deliberada ao lado da institucionalização de políticas públicas depositárias das experiências da convivência com o Semiárido, como o PIMC, que se contrapunha diretamente à formulação governamental do combate à seca. Nesse primeiro momento, a “variável ambiental”, do ponto de vista dos movimentos sociais, apresentou-se como uma restrição política. Apesar de ter uma significação bem consolidada do projeto como algo injusto e custoso, a conjuntura limitava a capacidade de ação confrontacional (BARROS, 2014, p. 107).

Ainda na dimensão política, quem possivelmente mais protagonizou o enfrentamento a construção da obra foi o Bispo da diocese de Barra na Bahia, Dom Cappio. Destaca-se que o bispo ganhou protagonismo justamente num contexto em que o PISF estava acontecendo sem muitos alardes, não encontrando muita oposição e nem questionamentos públicos por parte da sociedade. Dessa forma, ele fez duas greves de fome, sendo uma em 2005 de 11 dias que foi interrompida após pressão do Vaticano e um compromisso do governo, que não ficou muito claro qual era. Sua segunda greve de fome foi em 2007 e durou 24 dias, tendo sido interrompida após o governo conseguir no Supremo Tribunal Federal a autorização judicial para realização da obra (BARROS, 2014).

Um outro momento de resistência e de enfrentamento a obra aconteceu após o início da obra, em 2007, por movimentos sociais, indígenas e quilombolas, que ocuparam os canteiros da obra em Cabrobó - PE, mas que passados alguns dias com divergências na agenda e após emissão de mandado judicial com ordem de despejo a ocupação foi encerrada e a obra dada sequência (BARROS, 2014).

Como podemos observar, grande parte dos enfrentamentos à obra aconteceram no judiciário. Também é visível que não houve avanços por parte da sociedade civil e o judiciário legitimou a aprovação da obra. O grande número de ações judiciais propondo suspender a concessão das licenças ambientais por conta das falhas do EIA/RIMA mostram que socialmente o projeto nunca foi aceito e explicita que os princípios norteadores do Direito Ambiental foram desrespeitados (HENKES, 2014). Por fim, a mesma autora argumentando contrário a obra, sinaliza que:

A afirmação de que ele visa beneficiar “as pessoas sedentas do Semiárido” é em parte inverídica, porque o escopo principal do Eixo Norte é incrementar as atividades econômicas e garantir um superávit hídrico nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, enquanto se reconhece o déficit hídrico nas regiões beneficiadas pelo Eixo Leste (HENKES, 2014, p. 524).

Uma das principais organizações da sociedade civil que sempre se colocaram contrária a obra é a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Dessa forma, apresentamos de forma sintética uma manifestação no seu livro *Convivência com o Semiárido Brasileiro* a seguinte opinião: “esta é uma obra que visa beneficiar grandes empresas e empreendimentos, abastecer cidades litorâneas, mas não tem nada a ver com ‘matar a sede do nordestino’ como a propaganda oficial martela” (SCHISTEK, 2013, p. 40).

E uma das críticas feitas pela ASA (e dos que se colocam contrário à obra) é que a política dos grandes projetos de combate à seca, historicamente já se mostraram inviável, e que a solução para o semiárido é a política de convivência com o semiárido<sup>7</sup>. Contudo, apresentaremos de maneira sintética alguns princípios gerais da política da ASA, que perpassa pela construção de cisternas, barragens subterrâneas, barreiros trincheiras, tanques de pedra, armazenamento de forragem por meio da silagem, produção diversificada de alimentos e sem

---

<sup>7</sup> Sobre a Convivência com o Semiárido sugerimos a leitura crítica do artigo produzido por Cunha e por Paulino que problematiza suas proposições e contradições CUNHA, LH. PAULINHO, JS. I -Convivência com o semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste? In: NEVES, DP., GOMES, RA., LEAL, PF., (orgs). **Quadros e programas institucionais em políticas públicas**[online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 27-58.

agrotóxico. Além disso, uma outra relação política com a região e valorização da cultura local. Portanto, é uma proposta política, econômica, cultural e social para o semiárido.

Com participação ativa da ASA desde a sua criação, em 1999, nasce uma nova concepção de desenvolvimento para a região cujas pessoas convivam de forma harmônica com o meio ambiente. Nesta concepção, ao invés de se lutar contra a seca convive-se com ela e, ao invés das pessoas sentirem-se “vítimas da seca” elas se tornam sujeitos de direitos propositivos. Isso aponta para um modelo de sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural, com participação ativa das famílias nos processos, com especial atenção às questões de gênero. Um modelo que fortalece a construção coletiva do conhecimento, com inserção social, que desperta um olhar crítico e político acerca da realidade, valoriza as relações de afeto, a autoestima e a capacidade de aprender e ensinar a partir da realidade vivida. Estamos falando de um modelo que garanta a soberania e segurança alimentar e nutricional e respeite a biodiversidade e o direito dos agricultores produzirem, trocarem e consumirem alimentos de acordo com seus costumes e tradições, livres de pressões políticas e econômicas (PONTEL; et al, 2013 p. 198)

Desde o processo de discussão sobre a transposição, no final do governo FHC, a problemática ambiental já se mostrava como o grande obstáculo a ser enfrentado – por isso, a resposta ambiental aos contrários à transposição foi dada pelo projeto de Revitalização do Rio e que foi incorporada pelo projeto do governo Lula. Vale citar que esse projeto acontece de forma paralela ao PISF (SILVA, 2014).

A revitalização da bacia do Rio São Francisco foi incorporada no âmbito do governo a partir da edição do Decreto Presidencial nº 3.833, de 05 de junho de 2001, que institui o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em busca de solução para os problemas identificados e que apresentavam repercussões socioambientais que contribuam, contínua e significativamente, para a degradação ambiental da região.

Esse programa foi inserido num programa mais amplo no governo federal, comandado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre 2003 e 2007. Com a criação do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas (DRB), em abril de 2007, passou a ser coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. O DRB foi instituído pelo Governo Federal no dia 26 de abril de 2007, por meio do Decreto Presidencial nº 6.101, que estabelece a nova estrutura regimental do MMA. A estrutura de funcionamento do DRB é vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano[...]. A revitalização implementada pelo Governo Federal visa o desenvolvimento de ações integradas e permanentes para a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, da melhoria das condições socioambientais, do aumento da quantidade e da melhoria da qualidade da água para os diversos usos [...] O Programa de Revitalização da Bacia do rio São Francisco é gerido no âmbito do MMA, em parceria com o MIN e outros 14 Ministérios. Entre os principais atores estatais envolvidos, destacam-se a CODEVASF, a ANA (Agência Nacional de Águas), o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), o ICMbio (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação), a Funasa/MS (Fundação Nacional de Saúde), Universidades Federais e o CBHSF. O prazo de execução é de vinte anos, sendo considerada pelo governo uma política pública de articulação e integração

permanente que se propõe a envolver a população local e os governos federal, estadual e municipal (SILVA, 2014, p. 177-178).

Dito isso, o PISF se iniciou em 2007 e já teve grande parte da sua obra concluída. Mas afinal, o que é esse projeto cheio de polêmicas e de conflitos que perdura por dois séculos? O PISF é formado por dois eixos, sendo eles o Eixo Leste e o Eixo Norte, que prometem levar água para 12 milhões de pessoas do semiárido nordestino.

Os dois eixos englobam a construção de 13 aquedutos, nove estações de bombeamento, 27 reservatórios, nove subestações de 230 quilowatts, 270 quilômetros de linhas de transmissão em alta tensão e quatro túneis [...] as obras do Projeto São Francisco passam pelos seguintes municípios no Eixo Norte: Cabrobó, Salgueiro, Terranova e Verdejante (PE); Penaforte, Jati, Brejo Santo, Mauriti e Barro (CE); em São José de Piranhas, Monte Horebe e Cajazeiras (PB). Já no Eixo Leste, o empreendimento atravessa os municípios pernambucanos de Floresta, Custódia, Betânia e Sertânia; e em Monteiro, na Paraíba (MDR, 2021).

Já com relação à vazão da água do São Francisco usada para a transposição, o MDR (2021) informa que, “o projeto pode captar 26,4 m<sup>3</sup>/s, mesmo em períodos muito secos, da vazão do Rio que é despejada no mar. Na cheia, a captação pode chegar a 127 m<sup>3</sup>/s, sem prejudicar o manancial”. A obra do PISF foi concluída no final de 2021.

Segundo o engenheiro João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, os seus gastos já ultrapassam mais de 12 bilhões de reais (Ecodebate, 2020). Apresentando de forma geral o que é o PISF, faremos o recorte do nosso trabalho para o Eixo que nos interessa – o leste. No próximo item, buscaremos apresentar de maneira técnica qual é o seu percurso e dar conta da magnitude e da sua complexidade. Segue abaixo a figura 02, referente ao mapa do PISF.

**Figura 02-** Mapa da infraestrutura hídrica do PISF.



cidade de Monteiro (MELO, 2010). Depois disso, a água escorreu pelo Rio Paraíba até o açude Epitácio Pessoa, na cidade de Boqueirão- PB.

Os valores máximos de bombeamento no Eixo Leste são de 28m<sup>3</sup> /s e 18m<sup>3</sup> /s, de acordo com o Plano de Transposição, com um sistema composto por 06 (seis) elevatórias. Todas as elevatórias possuem 05 (cinco) bombas, sendo uma reserva. Após a quarta elevatória há uma diminuição da vazão, fazendo com que as duas últimas elevatórias passem a ter capacidade de bombeamento de 18m<sup>3</sup> /s. A água transportada pelo Eixo Leste é bombeada pelas elevatórias, a partir de Itaparica. No Eixo Leste, o canal principal passa respectivamente pelos reservatórios de Areias, Braúnas, Mandantes, Salgueiro, Muquém, Cacimba Nova, Bagre, Copiti, Moxotó, Barreiro, Campos e Barro Branco, chegando por fim ao Túnel Monteiro que leva ao Reservatório [São José e Poções] de mesmo nome na Paraíba (MELO 2010, p. 81).

Segundo Correia (2019), O PISF entra na cidade de Monteiro por meio dos sítios Pernambuco, Pocinhos e Queimadas. A água vem por túnel do Município de Sertânia em Pernambuco até a comunidade Tingui, na zona rural do município de Monteiro na Paraíba, depois disso ela percorre cerca de 3 km por canais passando por baixo dos bairros Várzea e Matadouro, que compõem a zona de transição entre o rural e o urbano. Logo após, por gravidade, ela deságua no Rio Paraíba em direção ao açude São José na comunidade de Poções, ainda em Monteiro. Um outro ponto apresentado pelo mesmo autor é a existência de um aqueduto na margem direita do canal e uma estrada de barro para a locomoção de carros e máquinas pesadas.

Na margem direita do canal, existe um canal paralelo ao canal da transposição que capta a água que porventura escorre no entorno do canal, principalmente no período de inverno, e é levada através de um pequeno aqueduto, passando sobre o canal da transposição, e deságua no leito do rio Paraíba, chamado nesse ponto de rio do Meio. Também se observa, à margem direita do canal, uma larga estrada de barro batido, construída após a derrubada da mata nativa para a movimentação de máquinas e caminhões que trabalharam na construção do canal (CORREIA, 2019, p. 35).

Após passar pelos túneis e canais, a água chega ao Rio Paraíba na cidade de Monteiro e percorre até o açude de Poções, no mesmo município a água segue o curso natural do Rio. Portanto, depois de transbordar a água desce até o açude de Camalaú na respectiva cidade que, por sua vez, transborda para o Rio passando pelos municípios do Congo, Caraúbas, São Domingos do Cariri, Cabaceiras e finalmente chegando ao açude de Boqueirão (DINIZ; MALUF, 2020).

Um ponto importante para ser abordado no Eixo Leste é que as críticas feitas pelos seus opositores consistem na afirmação de que do verdadeiro objetivo da obra é o abastecimento hídrico do município de Campina Grande, a segunda maior cidade do estado da Paraíba com mais de 400 mil habitantes e importante centro tecnológico e industrial da região

Nordeste, além de almejar abastecer a região do agreste paraibano, através do Canal Acauã-Araçagi.

Segundo Brito (2013), a inclusão do Eixo Leste no Projeto da Transposição do Rio São Francisco foi feita tendo em vista o risco de colapso hídrico experienciado pela população de Campina Grande durante as secas de 1998 a 2003, quando o açude Epitácio Pessoa atingiu o nível crítico. Considerando que entre as teses e justificativas que nortearam o Projeto de Transposição do São Francisco, a ideia de que esta seria a solução para o iminente colapso no abastecimento das cidades, contribuiu para acelerar as obras, mas também para legitimá-la como prioridade.

Para evidenciar essa hipótese, usaremos metodologicamente o recorte temporal do ano de 2016 com o objetivo de ilustrar, por meio da imprensa, como a Associação Comercial de Campina Grande (ACCG) pressionou à bancada federal paraibana pela celeridade da obra<sup>8</sup>. Além dela, o deputado Rômulo Gouveia (PSD) protocolou alguns requerimentos na Câmara Federal pressionando o Ministro da Integração Nacional para que as obras fossem concluídas devido ao colapso iminente do abastecimento hídrico de Campina Grande<sup>9</sup>. Por fim, também destacamos a pressão feita por prefeitos para que as obras fossem concluídas, conforme podemos observar em discurso no plenário da Câmara dos Deputados em 09 de novembro de 2016, feito pelo deputado Rômulo Gouveia (PSD), o qual destacou em seu discurso a audiência com o Ministro Helder Barbalho; o Prefeito reeleito de Campina Grande; o Prefeito eleito de Alagoa Grande; e o Prefeito eleito de Caaporã, para tratar da questão hídrica da região de Campina Grande, na Paraíba (CÂMARA FEDERAL, 2016). Por isso, evidenciamos a transposição como uma necessidade histórica para a cidade de Campina Grande.

---

<sup>8</sup> “O presidente Álvaro Barros intensificou os contatos com a bancada federal da Paraíba no Congresso Nacional cobrando ações junto ao Ministério da Integração Nacional em busca de uma solução urgente”. Crise Hídrica preocupa Associação Comercial. Disponível em: <<https://accg.com.br/accg/crise-hidrica-preocupa-associacao-comercial/>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2022.

<sup>9</sup> Em 12 de setembro de 2016 o deputado federal Rômulo Gouveia protocola o requerimento INC 2496/2016 cobrando do Ministro da Integração Nacional “solicitando providências visando celeridade nas obras da transposição do Rio São Francisco na região de Campina Grande/PB, a ser atendida pelo Eixo Leste, a partir do Açude Poções, que entregará água ao Rio Paraíba e a levará até o Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão)”. Brasil. Câmara dos Deputados. **Requerimento (Do Sr Deputado Rômulo Gouveia de 2016)**. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1490426](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1490426)>. Acesso em 24 de fevereiro de 2022.

Apesar de oficialmente o principal alvo da transposição ser o semiárido, a pesquisa nos levou ao entendimento de que o PISF com o Estado da Paraíba, a partir do Eixo Leste, não é propriamente para atender as demandas dos habitantes dessa região, mas, para garantir a segurança hídrica e as demandas de água de Campina Grande, que tem apresentado um significativo crescimento, passando a exercer forte pressão sobre seu manancial de abastecimento, o açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) (BRITO, 2013, p. 343).

Um outro ponto passível de crítica sobre o Eixo Leste é o fato de que sua água, após atingir o volume máximo do açude de Boqueirão e ele transbordar no Rio Paraíba, chegando até o açude de Acauã, é a construção do Canal Acauã- Araçagi, que objetiva abastecer a região do agreste paraibano, uma vez que não sofre com grandes estiagens, portanto, não tem demanda por oferta de água para os seus moradores, a não ser para o uso do agronegócio, já que esse é predominante na região.

A região do Canal Acauã-Araçagi não sofre com problemas de escassez de água e que seu traçado foi planejado, em parte dos trechos, para passar por dentro de **grandes propriedades rurais produtoras de cana e gado**, o que dificultaria ainda mais o acesso à água por parte das populações das proximidades. Outro ponto perceptível na análise espacial é que este Canal está entre as maiores cidades da Paraíba, João Pessoa e Campina Grande, e é em meio a estes dois municípios que há alguns dos maiores condomínios fechados do Estado, o que pode levar a crer que haja algum tipo de ligação entre o Canal e estes novos empreendimentos econômicos (SEGUNDO NETO; VIANA, 2016, grifo nosso, p. 240).

Para uma melhor compreensão sobre a magnitude dessa obra nos guiamos no site oficial da Agência Executiva de Gestão das Águas (AESAs, 2021). A obra é conhecida como o maior investimento hídrico realizado pelo governo da Paraíba, com um investimento total de R\$1 bilhão e 42 milhões, recursos oriundos do tesouro estadual e do governo federal. Já com relação ao objetivo do projeto em si podemos sintetizar da seguinte maneira:

O Canal Acauã-Araçagi objetiva promover o suprimento regular de água bruta aos municípios da planície costeira do interior, no Agreste paraibano, das populações municipais desta região e dos **projetos hidroagrícolas ali instalados**. A obra visa o atendimento e abastecimento de água potável para 38 municípios da região, em caráter regular e contínuo e durante o período seco, o suprimento de água, permitindo o atendimento de uma área de aproximadamente **16 mil hectares de terras irrigadas**, desde o Açude Acauã até o Rio Camaratuba, beneficiando mais de 600 mil habitantes (AESAs, 2021, grifo nosso).

Essa será uma obra de altíssimo valor para receber as águas da transposição do rio São Francisco numa região que é predominada pelo Agronegócio, sobretudo na criação de gado e no cultivo de cana de açúcar, o que nos leva a concordar com a hipótese levantada por Moraes

(2019) de que ela busca garantir algo como uma segurança hídrica para o capital, transformando a água em mercadoria.

Em suma, não se trata, pois, de pensar a produção agrícola como exceção e necessidade de abastecimento como regra, mas de colocar a água e sua gestão em função das demandas do agronegócio, do presente e do futuro. A água, aqui, é vista como um complemento ou como um recurso hídrico, não como um bem comum. E a palavra gestão é entendida como ampliação do controle e/ou mercantilização para o seu uso ligado ao agronegócio através de parcerias público-privadas. A água é lida, aqui, como meio direto e indireto da acumulação capitalista e a sua gestão deve ser um facilitador deste processo (MORAIS, 2019, p. 153-154).

De acordo com Diniz e Maluf (2020), a fala da prefeita de Monteiro Ana Lorena (PSDB) na inauguração da transposição em 2017, onde afirma que a chegada da água iria atrair indústrias para o desenvolvimento de Monteiro e região, sinaliza várias hipóteses para outros objetivos da obra, ou seja, o abastecimento do agronegócio, do setor industrial e da especulação financeira de terras.

Os conflitos sobre a transposição do Rio São Francisco não se restringem apenas ao acesso à água por parte das cidades do Cariri paraibano, nem das populações rurais *versus* população da cidade de Campina Grande e do Canal Acauã-Araçagi. Contudo, políticos brasileiros disputam o título de responsável pela obra, desde a inauguração do Eixo Leste na cidade de Monteiro em março de 2017 até a sua conclusão, agora em fevereiro de 2022.

### **2.3 - Quem é o responsável pela obra?**

Este item diz respeito ao processo de movimentação dos políticos paraibanos e nacionais para receberem as glórias pela construção e implementação do PISF. Como vimos ao longo do capítulo, a transposição passou por vários processos de reveses e de idas e vindas até a sua realização, inclusive atravessando vários regimes políticos. Além disso, ela provoca inúmeros conflitos pelo acesso e distribuição da água. Porém, desde 2017, com a inauguração do Eixo Leste, várias foram às manifestações políticas de governantes locais e nacionais reivindicando para si o mérito da construção da obra.

Para ilustrar o debate usaremos como fontes registros da imprensa local e nacional, além das minhas impressões ao vivenciar esse processo quando estava fazendo o curso de Graduação em Agroecologia, no CDSA em Sumé. O Eixo Leste foi inaugurado em 10 de março de 2017 pelo presidente da época, Michel Miguel Elias Temer Lulia 2016-2018

(MDB). A cidade de Monteiro foi tomada pelas forças de segurança: estavam o exército, a guarda nacional, polícia federal e polícia militar.

No seu discurso de inauguração, Temer falou que a obra não tinha pai e que era uma obra do povo (JORNAL DA PARAÍBA, 2017). Um ponto que nos chamou atenção durante a inauguração foi o expressivo número de representantes das forças de segurança. Lembro-me que era assustador olhar para o lado ver tantos homens armados com tom ameaçador. Talvez se devesse à baixa popularidade do governo Temer, que assumiu o poder após o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff 2011- 2016 (PT). O governo Temer fecha os primeiros 4 meses de 2017 com 61% da população considerando o seu governo como ruim ou péssimo, 28% como regular e apenas 9% como bom (G1, 2017).

A solenidade aconteceu nas margens do Rio Paraíba, numa cerimônia fechada, onde só puderam entrar políticos nacionais, estaduais, locais e correligionários. Assim, um grupo expressivo de manifestantes formado por estudantes, professores, sindicalistas e agricultores passaram todo o período da solenidade de inauguração protestando, encostados nas grades de isolamento. Os manifestantes proferiram palavras de ordem, dentre elas: Fora Temer! Num determinado momento o conflito se acirrou e os manifestantes foram repreendidos com gás lacrimogêneo e spray de pimenta, contudo não foi o suficiente para abafar os gritos dos manifestantes.

Ao ser perguntado sobre as manifestações, Temer ironizando falou: “Temos que aplaudir a eles. Como estão no sol, certa e seguramente, eles vão se banhar com as águas do Rio São Francisco” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2017). Sim, foi um dia quente e de muito calor. Era mês de março e no Cariri paraibano a temperatura passava dos 30 graus, então quando as tropas de segurança lançaram o spray de pimenta e o gás lacrimogêneo sobre os manifestantes, fizeram a sensação térmica ficar ainda mais insuportável. Todavia, os manifestantes não se intimidaram e o barulho era tão intenso que os responsáveis pela cerimônia tiveram que aumentar o volume do som para não ouvir os protestos.

Naquele mesmo dia, já existia um clima de entusiasmo na cidade de Monteiro com os rumores que estaria prevista uma possível vinda do ex-presidente Lula para inaugurar a obra da transposição. Lembro de um vendedor que ao me ver no protesto perguntou: “meu filho é verdade que Lula vem inaugurar a obra?” Respondi que não sabia, mas que acreditava nessa possível vinda, quando ele me interrompeu e falou: “Quem fez essa obra foi Lula. Ele é nordestino, ele sabe o que é passar sede”. Abaixo segue a figura 03 da inauguração do Eixo Leste por Michel Temer e a foto 04 de uma manifestante a dona Quitéria.

**Figura 03.** Temer na inauguração do Eixo Leste.



Fonte: Tribuna do Norte

**Figura 04.** Manifestante na cerimônia de Abertura



Fonte: Acervo próprio autor. 10 de março de 2017

Nove dias depois, em 19 de março de 2017 – no dia de São José, tradicional padroeiro nordestino responsável pela chegada das chuvas na região e conhecido como o santo operário – Lula chegou à Monteiro, com uma comitiva para inaugurar a obra. Nessa comitiva estava o ex-governador da Paraíba, Ricardo Vieira Coutinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) 2011-2018; dois senadores do PT, deputados federais e estaduais, além de prefeitos e vereadores da PB e do Nordeste.

Existia, à época, uma grande expectativa por parte dos caririzeiros com relação à água da transposição e, conseqüentemente, a esperança de que a água traria desenvolvimento para a região. Assim, a fatídica semana da vinda de Lula foi aguardada ansiosamente pelo povo do Cariri paraibano, que queria agradecer ao Lula pela obra. Um outro indicativo para tamanho entusiasmo é o fato de Lula ter concluído seu mandato em 2010 com 87% de aprovação (G1, 2010). Mesmo sendo 7 anos depois do final do seu mandato e de sua sucessora ter sofrido um *impeachment*, boa parte da sua popularidade está na região Nordeste.

Mas o que levou aquela multidão de mais de 50 mil pessoas, segundo os organizadores, a enfrentar uma forte temperatura? Alguns apontamentos feitos pela mídia, como nesse depoimento coletado pelo Brasil de Fato no dia da inauguração popular (2017), dizem que “nós estávamos esperando mesmo que isso acontecesse. Eu já votei em Lula duas vezes, votei em Dilma também. E ele vai ser presidente de novo e eu vou votar nele, não só eu como toda a minha família”. Experiências não só mostradas apenas pela mídia, mas pela experiência: o vendedor ambulante com brilho nos olhos que tinha me questionado no dia da inauguração oficial se Lula iria inaugurar a obra. “Temer inaugura Transposição, mas

moradores de Monteiro agradecem a Lula”: esse é o título do *Blog do Jamildo* no Portal Uol em 2017.

Diferentemente da cerimônia oficial, na ocasião da inauguração popular não havia fortes esquemas de segurança e a comitiva saiu em carreata pelas ruas da cidade de Monteiro saudando os populares até chegar na praça central de Monteiro para o discurso de Lula e seus aliados. No discurso, durante a cerimônia de inauguração, Lula fez questão de deixar claro que carrega para si o título de responsável/pai da obra: “Eu não pensei nessa obra porque eu sou letrado. Eu pensei por que, quando eu tinha sete anos de idade eu já carregava lata de água na cabeça, eu sei o que o povo sofre sem água” (BRASIL DE FATO, 2017). Para justificar o seu empenho para tirar a obra do papel, Lula fez questão de lembrar sua infância na cidade de Caetés, em Pernambuco, passando a mensagem que só um nordestino seria capaz de fazer a obra acontecer. Abaixo a foto 05 de Lula, Ricardo Coutinho e Dilma na carreata da inauguração popular.

**Figura 05.** Lula, Ricardo Coutinho e Dilma na inauguração popular da Transposição



Fonte: Instituto Lula.

“Verdade que antes do início das obras da transposição, o então presidente Lula, ao decidir pela sua execução, enfrentou uma série de protestos contra a realização da obra de transposição” (DINIZ e MALUF, 2020, p. 235). Conforme apresentamos neste capítulo, esses conflitos envolvem duas greves de fome do Bispo Dom Cappio, somados à ocupação dos canteiros de obra em Cabrobó - PE.

Um segundo grande momento em que o nome de Lula foi lembrado como responsável pela obra foi em 01 de setembro de 2019, em um evento liderado por Ricardo Coutinho chamado de “SOS Transposição”. Esse evento se deu após os canais da transposição ficarem de fevereiro a setembro daquele ano sem água, com o sistema completamente parado. Acompanharam o ex-governador da Paraíba Ricardo Coutinho, a presidenta nacional do PT

Gleisi Hoffmann e o candidato do PT derrotado nas eleições de 2018 Fernando Haddad, além de deputados federais e estaduais da PB, PE e RN.

Esse evento, assim como em 2017, contou com amplo apoio de movimentos sociais, tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre outros. Durante o ato político, Ricardo Coutinho, principal articulador do evento, leu uma carta escrita pelo ex-presidente Lula, na época preso em Curitiba pela operação Lava Jato: “poucas coisas me fizeram mais feliz como tirar do papel um sonho de gerações, tirar do papel a transposição” (BRASIL DE FATO-PB, 2019). Parece-nos que pelos discursos de Lula e de políticos nacionais e estaduais, pelas multidões envolvidas nos dois eventos e pelos seus depoimentos, fica evidente que os louros da transposição ficam para o Lula. Logo abaixo foto 08 e 09 sobre o ato “SOS Transposição do Rio São Francisco”.

**Figura 06** - Manifestante no ato “SOS Transposição do Rio São Francisco”.



Fonte: Levante Popular da Juventude

**Figura 07-** Ricardo Coutinho, Gleisi e Fernando Haddad.



Fonte: Levante Popular da Juventude

Contudo, políticos paraibanos também tentaram reivindicar para si a responsabilidade pela obra ter saído do papel. Dentre eles destacamos o ex-governador da PB, Cássio Cunha Lima (PSDB) 2003- 2007 e na época senador da república, que esteve na cerimônia oficial. Diniz e Maluf (2020) nos traz às movimentações feitas pelos políticos na época e o motivo de não ter dado certo.

Em suas redes sociais, o político passou a falar da importância da obra para os nordestinos, dizendo que “ela só saiu” graças a seus apelos ao governo. Contudo, ele passou a ser bastante criticado [...], começou a circular nas redes sociais uma

reportagem em que o então superintendente da Sudene na época, Cássio Cunha Lima “desaconselhava” a obra tendo em vista o alto custo que envolvia um projeto dessa natureza (DINIZ, MALUF, 2020, p. 235).

Os mesmos autores também citam o ex-deputado federal Marcondes Gadelha (PSC), que espalhou outdoors (segue abaixo na foto 10), na cidade de Campina Grande: "A transposição tem cara. Obrigado Marcondes Gadelha". Todavia, também não teve êxito nas suas investidas.

**Figura 08.** Outdoor de Marcondes Gadelha em Campina Grande.



Fonte: Conversa Fiada

Por fim, com relação a isso, destacamos o atual presidente da República Jair Messias Bolsonaro 2019- (Sem Partido), que fez inauguração no Eixo Norte e tenta capitanear as glórias da obra. Isso fica claro na entrevista à TV Brasil em 26 de junho de 2020, após inaugurar o trecho em Penaforte no Ceará: “foi uma recomendação desde o início do governo que não deixasse nenhuma obra parada. **Faz parte do nosso compromisso e ficamos muito felizes em trazer água para quem precisa**” (VALOR, 2020, grifo nosso). Após a conclusão do Eixo Norte, finalizando em 100% o PISF em fevereiro de 2022, o presidente se coloca na disputa. 2022 é ano de eleição presidencial e certamente o título de responsável pela obra estará no centro do debate na região do semiárido nordestino.

## 2.4 - Vilas Produtivas Rurais

O PISF tem um outro elemento entendido por nós como gravíssimo e central, que é a falta de compromissos com a vida das populações deslocadas e reassentadas, ou seja, dos que foram diretamente atingidos pela Transposição, a exemplo das comunidades das Vilas Produtivas Rurais (VPRs), especificamente a Vila Produtiva Rural Lafayette no Município de Monteiro-PB.

Neste item sobre as VPRs, faremos uma análise do Plano Básico Ambiental (PBA) 07, referentes às indenizações das terras; o PBA 08, que é o dos reassentamentos rurais; e o PBA 16, referente aos projetos de irrigação das comunidades rurais nas margens da obra e nas VPRs. Somado a isto, temos a literatura como aporte teórico e a fala de um dos moradores da Vila Lafayette, o Sr. Severino, que é o presidente da associação de moradores.

Além disso, usaremos a categoria deslocamento compulsório para tratar das famílias que foram deslocadas de suas antigas comunidades e residências e posteriormente reassentadas nas chamadas Vilas Produtivas Rurais VPRs. Essas categorias foram as mesmas usadas pelo governo federal na época e estão em consonância com os termos usados pelos atingidos por grandes obras como, por exemplo, por barragens. Salientamos que são categorias de uso político (MAGALHÃES, 2007). Diante disso, vamos procurar responder inicialmente o que são as Vilas e quais foram os seus públicos-alvo.

VILA PRODUTIVA RURAL: as áreas rurais adquiridas pela União dotadas de infraestrutura comunitária e de produção, destinadas ao reassentamento das famílias residentes na faixa de obra que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo empreendedor (PBA 08, 2005, p. 3).

De acordo com o documento os critérios adotados foram baseados nos cadastros fundiários e a pesquisa socioeconômica realizada no ano de 2004 com as famílias. Dessa forma, após o exame desses documentos se estabeleceu quem seria o público-alvo para ser reassentado nas VPRs, quem são as famílias proprietárias e não proprietárias atingidas pelas obras nos Trechos I e II Eixo Norte, e no Trecho V do Eixo Leste do PISF. Assim, os critérios para definir se os atingidos estavam aptos ou não foram:

Os critérios de elegibilidade foram definidos a partir da identificação das famílias residentes nas áreas a serem desapropriadas, classificadas em: (i) proprietárias, (ii) não proprietárias de terras com benfeitorias e (iii) não proprietárias de terras sem benfeitorias [...] considerando-se, portanto, como beneficiárias ao reassentamento: As famílias proprietárias e não proprietárias residentes na área afetada, considerada como as áreas dos canais, reservatórios e faixas de domínio, inclusive a área de segurança dos reservatórios compreendida entre a cota do nível máximo de sangria e a cota do coroamento e de preservação permanente, além das áreas necessárias para as obras (acampamentos, canteiros, bota-fora, áreas de empréstimo, jazidas) e para a implantação da infraestrutura associada ao projeto; As famílias proprietárias e não proprietárias incluídas no Cadastro Socioeconômico concluído em dezembro de 2004; As famílias proprietárias e não proprietárias que têm como principal fonte de renda a atividade agropecuária; As famílias proprietárias sem áreas remanescentes, que adquiriram a propriedade antes do Cadastro Socioeconômico, e que têm direito à indenização pelas terras e benfeitorias com um valor máximo de R\$30.000,00 (trinta mil reais); Os proprietários de benfeitorias afetadas com direito à indenização com valor máximo de R\$30.000,00 (trinta mil reais); Às famílias em situação de risco social, consideradas como tais as famílias compostas exclusivamente por pessoas idosas, por mulheres chefe de família com filhos menores de 15 anos solteiros, além

dos portadores de deficiência física ou mental, fatores que limitam ou impossibilitam a inserção produtiva (PBA 08, 2005, p. 14- 15).

Com isso, se tem um total de 845 famílias espalhadas por 18 VPRs, sendo a maior parte no Eixo Norte e na cidade de São José de Piranhas na Paraíba o maior número de famílias. Entre o total das famílias a serem deslocadas predominam as que não eram proprietárias sobre a dos proprietários, correspondendo, respectivamente, a 67,7% e 32,3% do universo (PBA 08, 2005). Esse dado nos mostra dois pontos importantes: a primeira é a predominância do regime de morador nessas propriedades rurais e o segundo é que para esses moradores a Vila era a oportunidade de ter um pedaço de chão. A seguir, observamos o quadro 1 com número de Propriedades e Famílias Afetadas; já no quadro 2 colocamos a distribuição das Famílias a serem realocadas por condição.

Município/Estado	Propriedades Afetadas	Famílias residentes na área desapropriada		
		Proprietários	Não Proprietários	Total
Cabrobó (PE)	201	8	35	43
Salgueiro (PE)	268	57	97	154
Verdejante (PE)	23	6	1	7
Total Pernambuco	492	71	133	204
Penaforte (CE)	71	7	28	35
Jati (CE)	37	7	26	33
Brejo Santo (CE)	60	15	69	84
Mauriti (CE)	130	8	71	79
Total Ceará	298	37	194	231
S.J. de Piranhas (PB)	295	84	176	260
Cajazeiras (PB)	47	10	15	25
Total Paraíba	342	94	191	285
TOTAL EIXO NORTE	1.132	202	518	720
Floresta (PE)	142	5	7	12
Custódia (PE)	179	9	5	14
Sertânia (PE)	334	49	34	83
Total Pernambuco	655	63	46	109

Monteiro (PB)	102	8	8	16
Total Paraíba	102	8	8	16
TOTAL EIXO LESTE	757	71	54	125
TOTAL DO PROJETO	1.889	273	572	845

Quadro 1. Propriedades e Famílias Afetadas. Fonte: PBA- 08.

Município, Estado e Eixo	Proprietária Auto - Reassent. (1)	Famílias Beneficiárias de Reassentamento em novas áreas			Total das famílias relocadas
		Proprietária (2)	Não Prop. com benef. (3)	Não Prop. sem benef.	
<b>EIXO NORTE</b>					
Cabrobó	6	2	28	7	43
Salgueiro	32	25	66	31	154
Verdejante	3	3	0	1	7
Total Pernambuco	41	30	94	39	204
Penaforte	5	2	19	9	35
Jati	2	5	16	10	33
Brejo Santo	13	2	29	40	84
Mauriti	8	0	48	23	79
Total Ceará	28	9	112	82	231
S.J. de Piranhas	78	6	117	59	260
Cajazeiras	2	8	10	5	25
Total Paraíba	80	14	127	64	285
<b>Total Eixo Norte</b>	<b>149</b>	<b>53</b>	<b>333</b>	<b>185</b>	<b>720</b>
<b>EIXO LESTE</b>					
Floresta	5	0	1	6	12
Custódia	9	0	4	1	14

Sertânia	36	13	14	20	83
Total Pernambuco	50	13	19	27	109
Monteiro	8	0	1	7	16
Total Paraíba	8	0	1	7	16
<b>Total Eixo Leste</b>	<b>58</b>	<b>13</b>	<b>20</b>	<b>34</b>	<b>125</b>
<b>TOTAL PROJETO</b>	<b>207</b>	<b>66</b>	<b>353</b>	<b>219</b>	<b>845</b>

Quadro 2. Distribuição das Famílias a serem realocadas por condição.

No Eixo Leste, a única VPR é a Lafayette, que fica no Município de Monteiro, a 168 km de distância de Campina Grande. A Vila Lafayette fica na margem esquerda da BR-110 do trajeto Monteiro/Sertânia - PE. Segundo o nosso informante Severino, a Vila foi inaugurada em 2015 após pressão por parte dos moradores. Todavia, eles só puderam fazer a mudança em março de 2016. No início, nos dados do PBA-08 eram 16 famílias vindo de localidades distintas de Monteiro e de Sertânia. Porém, foram 61 famílias reassentadas, sendo um total de 26 dos ribeirinhos nas proximidades ao sítio Pau D'arco; outros 18 vieram de dois bairros da cidade de Monteiro (rua do abatedouro e Várzea), elas moravam na margem do Rio; e 17 famílias vieram de Pernambuco, da comunidade Cipó, município de Sertânia (DINIZ, MALUF, 2020). Essa incompatibilidade dos dados oficiais (governo), e a situação concreta dessas famílias revelam o descaso do Estado.

Segundo o nosso informante, em 2014 funcionários do DNOCS foram até as comunidades por onde a transposição passou (Extrema e Pau D'arco), medindo o tamanho dos lotes e falando que as famílias seriam desapropriadas e transferidas para outro local. Além disso, apresentaram documentos aos moradores para serem assinados. Logo após, foi à vez do Ministério da Integração e da empresa de engenharia CMT, que passaram fazendo os cadastros das famílias. Uma das perguntas era a quantidade de cômodos existente no lote, esse cadastro serviu como base para pagar as indenizações e construir a Vila Lafayette.

Alguns moradores relatam que a empresa avisou para eles da necessidade do deslocamento e com “15 dias depois veio o trator derrubando tudo” – ou seja, casas, cercas, plantações, currais etc. Para os moradores restaram se mudar para a casa de parentes ou pagar aluguel na cidade. Eles ficaram do ano de 2014, quando tiveram que deixar suas casas e lotes, até março de 2016, morando em casa de parentes e/ou pagando aluguel. Para tanto, o governo disponibilizou uma quantia de R\$1.200,00 chamada de Programa de Transferência

Temporária (PTT). Essa quantia foi reduzida para um salário-mínimo após o deslocamento e instalação das famílias na Vila Lafayette.

Em concordância com a dissertação de Gonçalves (2014), bem como com a dissertação de Nunes (2014), os moradores da Vila Lafayette recebem uma verba de auxílio. Assim que se mudaram para a vila, esse auxílio era no valor de R\$1.200,00. Atualmente, está no valor de um salário-mínimo, que se configura em R\$1.100,00. No momento, segundo o mesmo informante, entre março e abril houve um atraso de dois meses do PTT. Fomos informados de que no momento, o pagamento do PTT está em dia. Com esse dinheiro eles podem comprar água e suprirem as suas necessidades básicas, portanto, comer, comprar água e se vestir.

Segundo o informante, existe um termo de contrato assinado com o governo federal para o recebimento desse benefício. Portanto, a sua garantia é instável. Além disso, o benefício que, se por um lado tira a autonomia dos moradores, gerando uma dependência; por outro lado, não há alternativa de sobrevivência para os moradores que não seja essa e procurar emprego na cidade, já que os lotes destinados para irrigação ainda não estão em funcionamento, mesmo que já tenham se passado cinco anos.

Atualmente, residem na Vila um total de 70 famílias (as 9 famílias que chegaram depois da inauguração descendem de outras que foram assentadas no processo inicial). Conforme fora acordado, a Vila Lafayette conta com uma infraestrutura composta pelos seguintes equipamentos coletivos: uma escola, que só está funcionando na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) – as crianças da Vila percorrem diariamente 3km em ônibus até as escolas que ficam na sede do município; uma Unidade Básica de Saúde da Família, cujos atendimentos médicos só acontecem mensalmente. Portanto, em caso de necessidade, as famílias procuram os médicos na cidade ou nas comunidades próximas, onde há postos de saúde. A Vila Lafayette possui uma sede para a associação de agricultores, quadra de esportes, praça, todos esses espaços são coletivos. Como benfeitorias individuais, as famílias deslocadas para a Vila foram beneficiadas com um lote produtivo medindo 4ha, além de uma casa de morada com terreno que mede 50 metros de largura por 100 metros de comprimento. As casas têm uma estrutura de seis cômodos, assim divididos: 3 quartos, banheiro, cozinha e sala com um terraço na frente.

Um primeiro elemento que nos chama atenção com relação à estrutura da Vila é não ter nenhum reservatório responsável por coletar e armazenar a água da chuva, como por exemplo, uma cisterna. Estamos falando de moradias na região do semiárido em que, conforme já discutimos nos capítulos anteriores, o armazenamento da água é de extrema

importância – pelo menos água para o consumo básico de casa, ou seja, beber e cozinhar. Os moradores necessitam ter segurança em relação às condições de armazenamento da água das chuvas nas cisternas.

Um outro problema diz respeito ao abastecimento hídrico da Vila. Segundo o documento Programa de Reassentamento das Populações do Ministério, ao programa caberia “propiciar às famílias afetadas pelo empreendimento condições que permitam sua reprodução social e econômica em situação, no mínimo, similar à atual” (PBA 08, p.5, 2005). Todavia, se passaram 3 anos entre a inauguração da Vila e o abastecimento dela. Este jogo de promessas levou as famílias a se organizarem e a judicializar esse processo, haja vista que, passados todos esses anos, as famílias continuam sem acesso à água para irrigar as áreas e, conseqüentemente, produzir. Logo, constata-se que a reprodução social e econômica das famílias, em condições no mínimo semelhantes às anteriores, ficou apenas no papel.

Entendemos como contraditório esses moradores terem sido deslocados de suas antigas moradias, desprendendo de suas histórias e de suas memórias, para a construção da obra; serem deslocados para uma Vila com uma distância aproximada de 3km do canal por onde a água percorre serem preteridos, enquanto a água é transposta às pressas para abastecer o açude Epitácio Pessoa e conseqüentemente Campina Grande, sendo necessário os reassentados acionarem a justiça, só obtendo respostas do poder público em 2019.

A forma como as famílias usaram para suprir o abastecimento hídrico foi por meio de carros pipas que abasteciam a caixa D’água da Vila com água do São Francisco oriunda de um reservatório da cidade de Sertânia. Após abastecer a Vila, a água era distribuída por toda a Vila. Contudo, os moradores alegam que a quantidade era insuficiente e que não havia regularidade. Outra forma alegada pelos moradores era comprar água por meio dos carros pipas. Porém, nem todos os moradores dispunham de dinheiro e condições financeiras para comprar água de forma regular. Ademais, o objetivo da obra era ofertar água para a população da região do semiárido setentrional, mas as evidências nos mostram que não era toda a população.

Consta no projeto das VPR que cada família teria direito a um lote destinado a produção, com de Kit de irrigação, assim poderiam produzir e gerar renda. Um dos objetivos do PBA-08 é propiciar aos moradores situação semelhante à que tinham antes do deslocamento, ou melhor, a Vila Lafayette está dentro do que o PBA-08 apontou como área moderada para irrigação, desse modo, o lote irrigado da Vila Lafayette é de 1 hectare. Segundo o Programa de Fornecimento de Água e apoio técnico para pequenas atividades de irrigação ao longo dos canais para as comunidades agrícolas PBA-16 que “tem como objetivo

geral o crescimento econômico e social da região [...] Implantar os sistemas de irrigação nas Vilas Produtivas Rurais e assegurar a oferta de água” (PBA-16, 2005, p. 4).

No entanto, a Vila só foi conseguir abastecimento para o consumo básico em 2019 e até hoje sofre com a irregularidade do abastecimento, chegando a passar 15 dias sem água (DINIZ, et al; 2020). Ou seja, até hoje a área de irrigação não foi utilizada. Para Nunes (2014), o PTT é o que faz os reassentados continuarem morando nas Vilas, além disso, ele aponta que são Vilas “improdutivas”, por não terem condições que as possibilitem plantar e produzir.

Outra problemática enfrentada pelos reassentados é a mudança do rural para o urbano. Ou seja, 43 famílias vivenciaram essa situação. Num primeiro momento, como já foi exposto, tiveram que ir para casa de parentes ou pagar aluguel na cidade. A Vila possui uma estrutura urbana, as casas são bem próximas umas das outras e divididas por ruas. “Houve uma transformação na vida dessas pessoas de maneira rápida, uma mudança radical no estilo de vida. Do rural para o urbano, de forma muito rápida, alterando suas condições de relação social” (ASSIS, TUBALDINI, 2014, p. 7).

Um dos impactos causados pela transposição foi a transferência de moradores de distintas comunidades por onde passou o canal da transposição para serem reassentados no espaço construído denominado Vila Lafayette. Outro ponto importante ressaltado por Sigaud (1986) é com relação ao reagrupamento desses grupos sociais, sem levar em consideração as suas relações pessoais e interpessoais nos seus antigos locais, tanto as relações de parentesco como de compadrio que são práticas costumeiras de quase toda comunidade rural.

O reagrupamento de diversos povoados nos núcleos significou também a supressão das antigas relações de vizinhança. Essas relações entre vizinhos no interior dos povoados eram anteriormente caracterizadas por regras de convivência e solidariedade construídas ao longo de tempo entre famílias que se conheciam mutuamente, se sentiam pertencentes à mesma comunidade e se consideravam parentes. Assim, a proximidade da moradia corresponde a formas de relacionamento entre as famílias certamente distintas das que a repentina aproximação espacial de moradores de diferentes povoados pode proporcionar (SIGAUD, 1986, p. 124).

Considerando que a construção da obra envolveu um processo de deslocamento e, paralelamente, de reassentamento desta população em uma área construída, podemos indicar um processo de desterritorialização. Para Oliveira (2011, p. 19), “os projetos de desenvolvimento, produzem processos de desterritorialização”. E essa desterritorialização nos casos das grandes obras de desenvolvimento se notabilizam por serem total, coletiva e forçada. São totais por não ter chance de reversão, coletivas porque atingiu a um grupo de

peças e forçada, pois não tiveram outra opção a não ser saírem dos seus antigos territórios, portanto, se desterritorializar (OLIVEIRA, 2011).

Com isso, fazendo um paralelo com a obra da transposição do Rio São Francisco e os moradores da Vila Lafayette, percebemos total semelhança do que possivelmente pode se configurar como uma desterritorialização, ou seja, a perda da ligação com o território expressa, através do exercício da identidade. São resultantes de sentidos diferentes, provocando o deslocamento de grupos sociais ou então com a perda de domínio de controle das ações que vão desaguar no território, agora sob controle de um novo grupo social ou empresarial ou ainda do Estado (MATOS, 2016). Diniz et al. (2020), apontam que as famílias procuram se reterritorializarem nas vilas superando as adversidades impostas com estratégias coletivas de sobrevivência.

As famílias buscam re-territorializar as VPRs, colocando em prática estratégias coletivas e colaborativas. Buscam estabelecer novas relações sociais, tendo em vista maior proximidade das pessoas (os vizinhos) ou pelo fato de que agora são pessoas aproximadas pela transposição (que até então não tinham quase nenhum contato) (DINIZ, et al; 2020, p. 16).

Levando em consideração as nossas visitas à Vila em dias e horários diferentes e, a partir disso, observando as movimentações no seu interior e o depoimento de informantes, percebemos a dificuldade dos moradores em se adaptarem ao seu novo espaço. Assim citamos Haesbaert (2003) para fazer referência ao processo vivenciado pelos moradores que entendemos como desterritorialização.

[...] como perda do acesso à terra - terra vista não só no seu papel de reprodução num sentido físico, mas também como lócus de apropriação simbólica. Pode-se relacionar a essa noção de desterritorialização a concepção mais integradora de território, ao mesmo tempo espaço de apropriação/reprodução concreta e simbólica (HAESBAERT, 2003, p.18).

Não estamos falando simplesmente de um processo desterritorializador e sim de um projeto que resultou na desterritorialização das famílias que moram na Vila Lafayette. Além disso, entendemos que ele está em curso desde quando as famílias precisaram ser deslocadas para a construção do canal persistindo até os dias atuais, onde tal processo não envolve apenas as questões econômicas, embora elas sejam importantes. Esse é um processo que envolve questões simbólicas e culturais da relação com o antigo território, “a desterritorialização vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais”

(HAESBAERT, 2003, p.17). Esse episódio justifica-se pela forma como as famílias ainda se relacionam e mantêm vínculos com os seus antigos territórios.

Assim, em concordância com Nogueira (2019, p. 118), entendemos que o PISF “forçou a saída das famílias de seus territórios tradicionais, os Sítios, submetendo-as a viver num novo lugar, as vilas produtivas rurais, configurado sob novas paisagens e novas regras de organização socioterritorial”.

Portanto, o processo de identificação do território através de marcadores sociais, culturais, políticos e econômicos se encontra em curso por parte dos moradores, que buscam nas estratégias coletivas de mobilização pelo direito à água meios de se reterritorializar. Para Haesbaert (2007), a desterritorialização ocorre de forma concomitante com a reterritorialização, no entanto, compreendemos que não se trata de algo automático e sim de um processo complexo, onde estão os elementos acima descritos. Dito isso, na Vila visualizamos a manifestação desses dois fenômenos em diferentes escalas até o momento.

Por fim, discorreremos sobre as consequências resultantes do deslocamento e reassentamento das famílias. Neste capítulo, falaremos sobre os processos de indenização das terras e das benfeitorias dos proprietários que tinham suas terras por onde passaram os túneis e canais do PISF. Processos esses que, segundo as famílias, ficaram aquém do esperado. Para tanto, teremos como base o programa de indenização de terras e benfeitorias o PBA-07.

De acordo com o PBA-07 (2005), um total de mais de 25 mil hectares de áreas de imóveis rurais será impactado, levando em consideração as faixas de 200 metros ao longo dos canais e 100 metros acima da cota máxima dos reservatórios, totalizando 1.889 propriedades que serão atingidas diretamente pelas obras nesta etapa, 1.132 no Eixo Norte e 757 no Eixo Leste. Abaixo citaremos os objetivos do PBA-07 e seu público-alvo.

Este Programa tem por objetivo maior o acompanhamento do processo indenizatório, de modo a garantir o sucesso de sua implementação com o justo atendimento aos direitos do público envolvido: Como objetivos específicos podem ser relacionados: - Informar aos expropriados sobre os seus direitos e obrigações. - Garantir preços justos nas avaliações e indenizações, para que as famílias afetadas não sofram perdas patrimoniais e de qualidade de vida; - Contribuir para que o processo de indenizações ocorra de forma amigável, atendendo da melhor maneira possível aos justos interesses das partes envolvidas[...] O público-alvo do Programa é constituído pelos proprietários de terras e/ou benfeitorias passíveis de indenização localizados na faixa a ser desapropriada. O Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias tem como base de desenvolvimento os resultados gerados pelo cadastramento para desapropriação realizado na faixa de 200 metros ao longo do traçado dos canais e de 100 metros acima da cota máxima dos reservatórios a serem construídos na 1º etapa do empreendimento (PBA- 07, 2005, p. 5-6).

Ao fazer uma pesquisa na Vila Lafayette, Diniz e Maluf (2020, p. 238) perceberam uma situação que dialoga com as que encontramos ao visitar a Vila e conversar com os moradores, que o principal problema para as famílias foi o valor pago pelas indenizações. De acordo com os autores, “os parâmetros de valoração da propriedade foram bem abaixo das expectativas das famílias, não levando em conta todas as instalações e benfeitorias”. Portanto, isso se tornou mais um transtorno para famílias que foram reassentadas na Vila. Os valores, simbolicamente representados nas indenizações pagas, são ainda mais problemáticos, uma vez que não há como precificar as histórias e memórias afetivas que vinculam as famílias ao território. Por tudo isso, o PISF repete os mesmos erros dos megaprojetos de outrora, primeiro são projetados sonhos, os quais logo em seguida se transformam em desilusões e danos para as populações afetadas.

O projeto da transposição, apesar de se pautar numa proposta de desenvolvimento, tem provocado agravos aos afetados pelas obras, em especial os que tiveram que sair de suas casas e acompanhar o seu cotidiano ser modificado. A obra avança sem considerar o modo de existir dos humanos que habitam ao longo do seu percurso, impondo mudanças bruscas e invasivas que desalojam e desrespeitam aqueles que são afetados cotidianamente (SILVA; SANTOS, 2020, p. 10).

Por tudo isso, compreendemos que o PISF tem agido de maneira contraditória desde a sua inauguração em 2017. Se por um lado tem trazido alívio para a população de Campina, por outro lado tem causado muito sofrimento às comunidades rurais, como já dissemos. Mesmo com esse cenário, vários políticos disputam o título de responsável pela obra conforme veremos no próximo item. Abaixo se tem imagens de 04 casas da Vila Lafayette 05 no momento da cerimônia de inauguração.

**Figura 09-** Casas da Vila Lafayette.



Fonte: MDR/ 2015

**Figura 10.** Inauguração da Vila Lafayette.



Fonte: MDR/2015

O PISF é uma obra histórica que importou investimentos elevados do governo federal. Segundo o MDR (2022), o valor total já ultrapassa 14 bilhões de reais. Além disso, é também uma obra que demandou muitos conflitos ambientais, sociais e políticos, os quais procuramos evidenciar ao longo deste capítulo, a fim de ressaltar como estes investimentos estão alinhados às contradições das grandes obras hídricas do século XIX e XX<sup>10</sup>, bem como aos grandes projetos que buscavam o desenvolvimento da região. Essas semelhanças são perceptíveis quando percebemos que o PISF segue o paradigma do aumento da oferta de água sem a democratização do acesso, como no caso exemplo da Vila Lafayette que discorreremos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO III

### 3 - Vila Lafayette: uma história em construção

Esse capítulo inicia retomando reflexões já anunciadas nos capítulos anteriores, as quais imaginamos estarem entrelaçadas por um mesmo fio. Começaremos afirmando que as políticas públicas voltadas para a questão hídrica do semiárido nordestino historicamente tem privilegiado as cidades em detrimento do campo, e quando eram endereçadas para as áreas rurais o “CEP” preferido era o das grandes propriedades. Dessa forma, o Estado destinava recursos públicos e decisões políticas para o latifúndio e, assim, mascarava a questão hídrica, despolitizando os conflitos e desvirtuando o cerne da questão, que tem como foco as desigualdades no acesso e não na escassez de água em si. Partindo dessa verdade, durante décadas reproduziram a crença de que a solução estaria na oferta de água, através da construção dos grandes reservatórios.

No semiárido brasileiro, porém, em que pese a centralidade da temática hídrica, o debate sobre a água permaneceu refém de um “paradigma da oferta” que continua a dificultar que se avance com uma abordagem mais política do problema. A força do discurso que definiu a falta de água como a origem das mazelas do semiárido (e que perpassa, com maior ou menor ênfase, às ações de combate à seca ou de “convivência” com o semiárido) tem dificultado a emergência de movimentos

---

<sup>10</sup> No trabalho de Silva (2015), ele apresenta que as grandes obras se iniciaram com a construção do açude de Cedro no Ceará, que começou no final do século 19 e foi concluído no início do século 20. Além disso, ele aponta que o último grande açude construído no semiárido nordestino foi o açude do Castanhão, também no Ceará.

sociais com uma forte pauta hídrica e, até mesmo, uma reflexão mais acadêmica sobre as relações entre água, cidadania e democracia, numa área em que o Estado desempenha um papel fundamental na conformação e resolução de conflitos distributivos (CASTRO et al, 2017, p.2-3).

Podemos observar na citação acima e nas reflexões feitas ao longo desta escrita como o paradigma da oferta foi se concretizando de maneira articulada pelas instituições do Estado (universidades, instituições de pesquisa, de crédito, de extensão rural etc), juntamente com segmentos influentes do campo e de setores do governo, ao mesmo tempo que foram definindo os rumos da questão hídrica no Brasil.

Essa contradição fica evidente ao examinar o PISF no seu Eixo Leste e, mais especificamente, no estado da Paraíba. Desde sua inauguração, em março de 2018, verificamos como ele tem se mostrado com o objetivo de privilegiar o abastecimento da cidade de Campina Grande. Em contrapartida, tendo como caso exemplar as comunidades rurais, os moradores da Vila Lafayette ainda sofrem com a insegurança hídrica e até o momento dessa escrita não possuem sistemas de irrigação em seus lotes, o que implica na ausência de condições para produzirem.

Levando todo esse contexto em consideração, a questão objetiva é que o Projeto de Reassentamento de populações deslocadas para a Vila Produtiva Rural Lafayette, prometendo uma melhor qualidade de vida aos deslocados compulsoriamente pela transposição do rio São Francisco, transformou-se em um local de promessas. Promessas essas relacionadas à infraestrutura da Vila e à garantia do direito do acesso à água, portanto, de uma vida melhor com mais estabilidade e, sobretudo, de uma vida digna e produtiva na Vila Produtiva Rural Lafayette.

Ao fazer um estudo sobre quatro Vilas Produtivas Rurais diferentes distribuídas no Eixo Norte e no Eixo Leste, Santos (2020, p. 210), aponta que: “É possível afirmar que as promessas em possibilitar uma melhor qualidade de vida para as famílias reassentadas apresentadas no PBA-08 não foram cumpridas”. Dessa maneira, esse jogo de promessas que atravessa os moradores da Vila Lafayette desde a inauguração em 2015 perpetua-se nesse espaço: o da promessa.

Um dos problemas centrais que os moradores da Vila têm vivenciado desde a sua real inauguração, em março de 2016 (quando puderam fazer a mudança e ocupar as casas e lotes), e que está dentro desse arranjo das políticas implementadas no semiárido nordestino voltadas à insegurança hídrica é o processo excludente. Dessa forma, a Vila se manteve como uma

grande contradição para os grandes empreendimentos hídricos, pois estes nunca tiveram esses sujeitos que compõem o espaço como prioritários:

Um dos principais alvos de crítica às grandes obras hídricas executadas no Nordeste, ao longo do século XX, tem sido a exclusão de moradores das comunidades rurais dos benefícios que poderiam ser gerados por estes projetos. Os grandes açudes, adutoras, estações de tratamento, culminando com a chamada transposição do São Francisco, atendem, principalmente, populações urbanas e empreendimentos econômicos privados, com pequena repercussão entre os segmentos mais pobres da população rural (CASTRO et al., 2017, p. 26).

Um fator abordado por nós ao longo desse texto é como as famílias procuram alternativas para se reterritorializar na Vila. Afirmamos anteriormente que essas famílias teriam experimentado um processo de desterritorialização, particularmente quando deixaram o território em que viviam e ao qual pertenciam, para construir outro território, o que implica dialeticamente em um processo de reterritorialização. O esforço para se reterritorializar tem se manifestado no cotidiano das famílias, expressamente nos conflitos pelo acesso a água no espaço da Vila, assim como nas estratégias que visam transformá-la em um território produtivo.

Portanto, este capítulo objetiva apresentar, através de evidências, o processo de desterritorialização das famílias reassentadas da Vila Lafayette e o curto percurso com vistas à reterritorialização. Como já dissemos, esses processos são evidenciados na experiência de viver em insegurança hídrica, nas tentativas de transformar os lotes em espaços produtivos e até mesmo nos conflitos existentes entre moradores de origens diferentes. Assim, esse capítulo está dividido em três subitens, sendo eles: 3.1 A negação do direito do acesso a água; 3.2 A água e a vila produtiva; 3.3 Sem território e sem água: crenças e diferenciações.

### **3.1 - A negação do direito ao acesso à água**

As dinâmicas de acesso à água ocupam um lugar importante neste capítulo. Sendo assim, buscamos trabalhar essas dinâmicas não apenas no âmbito da Vila, mas também nas antigas moradias dos nossos interlocutores. Com isso, mobilizamos mecanismos para termos uma radiografia dos moradores da Vila e de como o deslocamento e o reassentamento não alterou a luta pela água na vida desses sujeitos. Lembramos que atualmente residem na Vila 70 famílias, as quais vivenciaram esse processo de formas distintas. Embora as localidades de origem dessas famílias sejam diferentes, em ambas a dificuldade pelo acesso a água esteve presente ao longo de suas trajetórias, mesmo antes de serem reassentados na vila.

Dito isso, vamos apresentar as localidades onde as famílias reassentadas residiam e como aconteceu o processo do deslocamento até serem reassentadas na Vila, focalizando as suas condições sociais e econômicas, os vínculos como a essas áreas, a propriedade das casas e das terras etc. Verificamos, a partir do caso de um de nossos entrevistados, uma situação exemplar de como esse processo, ao tempo que gerou expectativas e sonhos, também produziu frustrações. Esse entrevistado projetava na mudança para a Vila a possibilidade de ter um lote de terra para produzir e possuir e, conseqüentemente, sair da condição de morador que ainda perdura no atual contexto do semiárido nordestino. Ademais, algo que esteve presente nas respostas e que queremos destacar está relacionado às famílias, que moravam em terras herdadas dos pais e dessa maneira elas conformam a existência dos sítios, que se configuram enquanto comunidades rurais que se caracterizam pela dispersão das casas, pelas proximidades das relações simbólicas e culturais entre as famílias com laços de sangue de vizinhança, além de ser também um lugar de trabalho. Com relação aos demais moradores da Vila Lafayette, também encontramos essa origem nas famílias que moravam na sede do município de Monteiro, no bairro do Pereiro. Mais adiante apresentaremos trechos das entrevistas feitas com dois interlocutores, participantes desses grupos de famílias, os quais serão tratados por nomes fictícios.

O primeiro caso remete ao morador chamado Bruno, que morava em uma casa de propriedade do seu pai, situada na rua do Abatedouro. Como dissemos, Bruno morava de “favor”: “Eu morava de favor dele, né [...] Aí depois eu me casei e foi na hora que ele arrumou uma casinha pra eu morar, aí eu fiquei lá morando na casinha dele e foi quando o rio (canal da transposição), passou”. O pai de Bruno, por sua vez, já possuía um sítio onde, segundo ele: “meu pai tinha um sítio e nós plantava lá quando chovia né, aí nós plantava [sic] lá. Sempre nós ajudava [sic] né. Eu era de menor e ajudava ele”. O fato de Bruno ter nascido e se criado no campo (ou seja, vir de uma origem rural), mesmo morando na sede da cidade, é uma chave importante para entender a relação dele com a Vila, inclusive as suas expectativas e interesses em morar na Vila Lafayette.

Um outro caso igualmente interessante é o da Senhora Francisca, que antes residia no sítio Cipó, “eu sou filha de herdeiro da terra”. Observamos nesses relatos as diferenças na origem desses moradores, contudo, existe em ambos uma disposição para morar na Vila e fazer daquele espaço um território, marcado por relações que possibilitam a fixação dos grupos.

A origem de um Sítio está muitas vezes associada ao apossamento de uma área por ancestral comum do grupo, o chefe de uma parentela, que adentra e se fixa na terra de diversas maneiras: por conquista, doação ou compra-e-venda. Uma terra familiar que, com o crescimento vegetativo do grupo pela constituição de novos núcleos familiares através do casamento, passa por sucessivas partilhas que levam à sua subdivisão em pequenas áreas ou lotes (NOGUEIRA, 2019, p. 103).

No momento, nove famílias residentes na Vila construíram suas casas nos lotes nos quais os pais foram assentados. Estes fizeram as famosas “puxadinhas”, uma ampliação da casa original para abrigar outra família, na maioria das vezes um filho/filha casada. Um outro ponto que entendemos ser importante levar em consideração é a relação afetiva desses sujeitos com as terras que herdaram dos seus pais no passado e que ainda persiste, como no caso de nove famílias residentes na Vila. É muito mais do que simplesmente um lote de terra, mas é uma terra em um local que carrega simbologias.

Sabemos que os moradores da Vila enfrentaram e continuam enfrentando dificuldades relacionadas ao acesso à água ou, fraseado de outra maneira, que os moradores estão vivendo em um estado de insegurança hídrica. Contudo, essa dificuldade já era um dilema conhecido mesmo antes de morarem na Vila Lafayette. Em seu relato, a moradora Francisca foi taxativa ao responder sobre a maior dificuldade enfrentada na comunidade Cipó: “a nossa maior dificuldade que nós tínhamos aqui era água [sic]”. Já o Bruno que, apesar de residir na sede do município, tinha uma origem rural e vivia constantemente no fluxo entre o campo e a cidade, ao ser perguntado sobre as dificuldades, a primeira coisa que mencionou foi referente à distância percorrida quase diariamente para ter acesso à água: “Ave Maria, eu ia buscar longe”.

Assim, também nesses territórios de origem as dificuldades e inseguranças relacionadas ao acesso à água sempre foi uma realidade constante, em geral, tornando-se ainda pior durante os períodos cíclicos de estiagem. Percorrer longas distâncias para ir até às cacimbas, buscar água no período de estiagem, quando cessava o escoamento da água nos rios, era uma expressão da necessidade de desenvolver estratégias para sobreviver, denotando a verdadeira face da relação entre a vida dos sujeitos do campo e o acesso à água.

João é membro da direção da Associação dos Moradores da Vila Lafayette, sendo uma das principais referências e lideranças da Associação. Ele era morador da comunidade Pau D'arco, que fica no município de Monteiro e foi deslocado para a construção do canal que atravessou todo o perímetro da comunidade. Ele destaca o mesmo problema e alerta para o fato de que, em épocas de estiagem dos longos períodos de seca, a água que tinha acesso não era água potável. O direito de acesso à água potável é urgente para todas as populações,

contudo percebemos que as populações periféricas e as populações rurais são as que mais sofrem com a falta de acesso a uma água de qualidade e isso é um fator evidente em momentos de crise hídrica. Como afirma Pedrosa (2018, p. 17), “a oferta de água potável ganhou maior centralidade nos debates políticos, em razão da elevação de sua indisponibilidade”.

Reiteramos ser a Transposição do Rio São Francisco um projeto de caráter secular que atravessou diferentes regimes políticos ao longo da história, por isso, se esperava um grau de conhecimento considerável sobre ela. Ao analisarmos a fala de João do Pau D'arco, verifica-se que havia uma expectativa grande por parte da população quanto ao potencial da obra para resolver os problemas de acesso, “pessoal passava e falava que ia passar a transposição desde o tempo dos meus avós e continuou aquela coisa e ninguém acreditava e de repente chegou, né. E tá aí as águas correndo só que até agora não tem benefício de irrigação para Monteiro ou para a Vila”. Já o Bruno narrou que no diálogo entre o MDR e a população havia sempre um interesse claro do MDR no sentido de convencer os moradores a se deslocarem, deixando o caminho livre para que a Transposição pudesse acontecer.

Não lembro muito já que eles falam tanto. Primeiro eles vieram aí eles vieram foi de uma vez já. O rio vai passar por aqui e nós vamos ter que sair ou se não quiser sair procurar a justiça, porque foi o povo do ministério que passaram lá a galera do ministério passou lá explicando. Num [sic] sei explicar tem a opção também de procurar a justiça quem não quisesse que a casa fosse derrubada, né (Entrevistado Bruno).

Outros interlocutores apontaram que haviam ficado sabendo do projeto da transposição por meio dos Jornais. Portanto, identificamos três tipos de fontes que difundiam o que seria a obra de Transposição e quais as suas consequências. A primeira delas, as pessoas que recebiam informações pelos jornais e, depois, pelos funcionários do MDR que chegaram à região; um segundo foi especificamente pelo MDR; o terceiro e último, diz respeito às informações que circulavam de boca em boca, incluindo os comentários repassados de geração em geração, já que desde os avós ventilava-se informações acerca da obra. É relativamente aceitável que houvesse uma grande movimentação com a chegada da obra, uma vez que tinha, oficialmente como objetivo/promessa, fornecer água para 12 milhões de pessoas do semiárido nordestino, além da dessedentação animal.

Assim, quando questionamos Francisca sobre o que foi falado para ela da obra, ela disse não lembrar direito de como aconteceu, mas ao mesmo tempo tem viva em sua memória a insegurança hídrica vivenciada na Vila logo após a mudança e que hoje, mesmo em menor proporção, ainda persiste no cotidiano das famílias deslocadas. Além disso, Francisca conclui

sua fala lembrando como essa pouca disponibilidade de água estabelecia limites nas suas vidas dentro da Vila, “Rapaz, eu num sei se tenho uma pequena lembrança. Porque, no início, quando foi para tirar essa água daqui eles prometeram botar água para todas as casas que ficaram, poço essas coisas e até agora nada” (Entrevistada Francisca).

Em conjunto, os relatos acima evidenciam como essas famílias permanecem sendo alvos de promessas vazias. Esse *modus operandi* se perpetua e se reproduz no semiárido nordestino durante mais de um século, desde que tiveram início as construções das grandes obras no semiárido nordestino, como já destacado nos capítulos anteriores. São evidências como as acima relatadas que nos leva a afirmar a problemática no fato dessas famílias terem sido deslocadas para a construção da obra. Literalmente, hoje a água escorre nas suas antigas moradas.

A situação atual é que, após anos de reiteradas promessas de soluções custosas (tanto economicamente quanto politicamente) para a insegurança hídrica, está ainda persiste a vida dessas famílias. Mesmo após o deslocamento para a Vila, o acesso à água continua sendo a maior dificuldade enfrentada por elas. O não acesso à água desencadeia outras dificuldades que atrapalham uma reterritorialização neste espaço de maneira mais fácil e mais rápida.

Os conflitos em torno da água tem sido uma estratégia coletiva para tornar possível a reterritorialização na Vila Lafayette. Esse foi um processo que teve início em 2016, quando as famílias deslocadas chegaram na Vila. A partir desse período, as famílias receberam os lotes demarcados e as casas, porém sem estarem cercados, os lotes produtivos estavam sem os kits de irrigação instalados e sem o abastecimento hídrico nas casas, ou seja, sem as garantias mínimas prometidas pelo MDR. Assim, o abastecimento da Vila se deu por poços de água salobra, por carros pipas e de forma individual. Após batalhas em audiências públicas, fazendo parcerias para perfurar poços etc., a Associação de Moradores da Vila, como representação das famílias após terem acionado o Ministério Público Federal, assumiu a mediação entre o MDR, Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) e Associação e, dessa maneira, em 2019 o abastecimento foi provido por parte da Cagepa. Todavia, essa saída não é suficiente como solução, visto que não supre a necessidade de água para garantir que as famílias trabalhem e produzam. Desse modo, buscamos recuperar essa discussão junto às pessoas entrevistadas.

Metodologicamente, apelamos para a memória dos entrevistados como estratégia para recuperar os fatos, portanto perguntamos sobre o momento da inauguração da Vila em 2016 e como tem sido administrado o acesso à água. Bruno, ao recordar esse período, destaca as

dificuldades vivenciadas sem água, abastecimento com carro pipa, água salobra (salgada) e, ainda, de como a insegurança hídrica causava conflitos na Vila.

Tinha água, mas é como eu disse a tu. Quando a bomba não queimava. Nem a bomba aguentava com tanto sal que tinha. **Era uma água salgada que avemaria.** Quando nós entremos aqui era ruim demais por água. Quando nós entremo na vila **num tinha água não** tô me lembrando agora nós tinha que pagar um caminhão pra ele encher a caixa d'água aqui. Logo quando nós entremo aqui. **O cara vinha com o caminhão aqui e enchia aquela caixa d'água ali.** Era essa daqui. Aí foi que com pouco tempo eles conseguiram botar lá e ficou funcionando mais também **era sal demais e nem a bomba aguentava,** quebrava aí tinha que juntar todo mundo pra ajeitar era uma briga por água grande aqui. Avemaria. **Aí a vilinha era uma guerra mesmo.** Tinha gente que não queria pagar (Entrevistado Bruno. Grifos do autor).

Dessa fala de Bruno, destacamos o fato de o MDR ter feito o deslocamento compulsório das famílias sem assegurar o básico, ou seja, o direito à água. Embora o PISF tenha como um dos objetivos erradicar a política de carros pipas nessa região, na experiência da Vila Lafayette essa política foi reforçada, criando disputas internas dentro da Vila e alimentando os conflitos entre os moradores por água.

Portanto, nesse caso o PISF foi um fomentador dos conflitos hídricos. Desse modo, temos concordância com Sousa (2020, p. 86) quando afirma que, “as obras do PISF desencadearam um processo de desterritorialização, e por conseguinte, um contexto de situações conflituosas”. Além disso, a mesma autora, estudando sobre as VPR Irapuá em São José de Piranhas, se deparou com uma situação similar vivenciada na Vila. Assim, o modo como as famílias foram deslocadas e reassentadas nas vilas produtivas parece ter seguido um procedimento padrão.

Após a chegada às VPR's as pessoas se depararam com uma questão com a qual não imaginavam mais precisar se preocupar: o abastecimento de água. Logo nos primeiros dias, quando todas as famílias se instalaram na VPR Irapuá foi constatado que o sistema de adutora instalado não era suficiente, a partir dali se deu uma grande luta na qual foi preciso articular mobilizações coletivas para encontrar soluções que fossem viáveis às necessidades de consumo doméstico (SOUSA, 2020, p. 107).

O João, membro da diretoria da Associação da Vila Lafayette juntamente com o Severino já mencionado nesta dissertação, lembrou de como foi estar nessa luta ao lado do companheiro de direção, que envolveu muita mobilização e empenho por parte da associação para conseguir assegurar o mínimo de abastecimento.

Nós tivemos uma situação muito difícil, porque assim, água de um poço muito salgada e tanto eu como Severino era direto para João Pessoa e Campina Grande, essas coisas e Sumé nas audiências públicas, que tinha por causa da água e graças a Deus colocou na justiça federal doutora Janáina. Uma pessoa muito atuante e ela

recebeu a gente muito bem, mandou chamar o ministério da integração e fez reunião, audiência dentro da Vila e reuniu com a gente. Ela deu o prazo para ter água em 15 dias e graças a deus isso é uma benção (Entrevistado João).

Essa mobilização de lutas e de enfrentamento pelas famílias resulta em aprendizado coletivo e formas de resistir às dificuldades por parte desses sujeitos. Para Santos (2020, p. 247), “este desfecho do conflito por água sinaliza que apenas a partir da resistência, organização e a luta são capazes de promover mudanças materiais na vida das pessoas, são formas de re(existir) que as populações atingidas acabam travando para garantir sobrevivência”.

Contudo, a fala de Francisca deixa claro que esse processo foi liderado pelos dois membros da associação e não da Vila como um todo. De acordo com Francisca, “essa parte aí era João e Severino que resolvia. Logo no início tinha água de poço, eu comprava água para beber [...] eu tinha reserva de água. Quando não tinha água eu comprava água. Comprava justamente com o dinheiro da verba”. Neste relato reforçamos mais uma vez a importância da Verba de Manutenção Temporária (VMT) para as famílias, mas também nos questionamos sobre a ausência de um caráter mais coletivo dentro do local, que possibilitasse uma maior mobilização e engajamento de todas as famílias na luta pelo acesso à água. A ausência desse senso de comunidade, inerente às experiências de reterritorialização, tem forçado o encaminhamento de alternativas e saídas individuais para um problema que é coletivo.

Para aprofundarmos o entendimento do problema da água na Vila, indagamos os moradores entrevistados sobre como eles têm enfrentado essa adversidade do acesso à água. João recordou o poeta repentista Pinto de Monteiro, para ilustrar como tem sido esse enfrentamento. Além disso, ele levantou a questão da importância das cisternas como um reservatório importante, que deveria constar na estrutura das casas.

A gente sofreu muito. Porque, era uma bomba que bombeava à água pra cá e uma água muito salgada. Ela jogava muito e eu era quem tomava de conta da bomba imagina o morador quando você chega no final do mês em que 30 paga e 30 fica sem pagar, né. E a **gente tirar de onde não tem e botar onde não cabe** como dizia Pinto do Monteiro. Foi uma dificuldade muito grande, mas graças a Deus venceu, né. Hoje só não tem água encanada quem não quer, mais a cagepa passa 15 dias sem água, mas quando chega, chega à vontade. O que falta são reservatórios. **A gente tá se batendo até hoje por umas cisternas**, porque se tem cisterna você tem como armazenar com a água da cagepa, água de chuva, água de beber, né (Entrevistado João. Grifo do autor).

Essa fala evidencia os problemas hídricos já mencionados e apresenta outro elemento, que é a irregularidade no abastecimento feito pela Cagepa. A solução é na verdade um elemento que reforça as desigualdades no acesso à água, especialmente nas comunidades

rurais, mas também nas urbanas, e que se repete no caso exemplar da Vila Lafayette. Esse fato nos levou a procurar à Cagepa para compreender melhor esse processo: um funcionário nos respondeu que a questão da falta de água é um problema estrutural, devido a quantidade de água ser insuficiente para percorrer todo o curso até chegar à Vila, ainda mais utilizando um bombeamento por gravidade, uma vez que a Vila fica em um lugar de altitude e o abastecimento é comprometido.

As águas que abastecem Monteiro vêm do reservatório de Poções. Devido ao abastecimento ser feito por gravidade nas localidades dos pontos mais altos vai ter mais dificuldade de chegar, tipo o bairro do Mutirão que é um bairro mais alto, Vila popular eles sofrem um pouco com a chegada de água por conta de justamente lá só chegar água depois de quando toda a cidade tá abastecida. Em relação ao caso específico da Lafayette lá tem uma rede bombeada que vai direto pra lá, porém ela tem de passar por esse setor do Mutirão e devido a quantidade de água que chega no Mutirão não ser suficiente para abastecer todo bairro do Mutirão tem que se fazer manobras, tipo fecha um setor e abre outro para que chegue água tanto no Mutirão quanto no Lafayette. A questão do Lafayette também é o seguinte: lá tem uma rede que vai direto pra lá de 60 mm o que a gente considera que seja insuficiente para lá pra uma área que fica em cerca de 3km de Monteiro o cano deveria ser um pouco maior de 100 mm por exemplo, quando ocorre o vazamento tipo um cano que estourou compromete a cidade tem de fechar o setor no caso, fechar tudo e não chega água e acaba prejudicando os setores mais altos (Entrevistado - funcionário da Cagepa).

Constata-se uma resposta técnica para um problema que é também de cunho político e social. As famílias foram desterritorializadas para a construção da obra do PISF, que objetiva abastecer o semiárido nordestino e proporcionar água para 12 milhões de pessoas, porém tiveram de permanecer por três anos com a falta de abastecimento hídrico e, só após se mobilizarem na luta em audiências públicas e acionarem a justiça, conseguiram o abastecimento. No entanto, até o presente momento padecem com a irregularidade no abastecimento, o que nos leva a entender que o problema é de ordem social e política, pois foram realocados sem ter as garantias mínimas.

Ainda sobre esse mesmo problema, João falou que as famílias da Vila procuraram como estratégia a perfuração de poços, porém “vários deu seco. Porque assim, o pessoal foi tentando sobreviver, né. E tem um lá do outro lado que os meninos são abastecidos. Se juntou a associação junto com um projeto que teve e associação procurou os meios, né”. Na fala de João fica registrado as estratégias procuradas pelas famílias moradoras da Vila para solucionar a insegurança vivenciada por elas.

Em diversos momentos dessa dissertação tentamos reforçar que o direito à água implica em acesso, qualidade e regularidade. Esses aspectos são argumentos defendidos por Cunha (2019) quando justifica a necessidade de saímos do paradigma da oferta e passarmos a

discutir a questão hídrica no semiárido nordestino, na dimensão da distribuição, regularidade e qualidade, que são questões que apareceram nas nossas entrevistas e consideramos importante trazê-las para o debate.

Não, ela chega. Mas tem vez que ela falta. Você sabe que o trabalho com bomba tem que dar um defeito. Sempre falta. Sobre a qualidade eu acho boa. Eu a tenho, para o consumo da casa só não pra beber. Pra beber vou comprar agora, porque minha água boa já acabou que eu pego da chuva. Porque a água que tinha da chuva já acabou (Entrevistada Francisca).

Francisca reforça que não existe uma regularidade no abastecimento da água na Vila, mas pelo fato da Francisca ter cisterna esse problema é amenizado, pois ela consegue armazenar. Todavia, nos chama atenção as contradições na fala da informante, quando ela considera que a água de boa qualidade é a água da chuva, que não é tratada etc. Francisca orgulha-se de ter uma cisterna e ter garantida sua água, mas reconhece que a água da cisterna não é para beber, mas ajuda, porque pode ser usada para outras finalidades. O que é reforçado por Bruno, que também adverte sobre o forte cheiro do cloro usado para tratar a água. “Não num bebo não. Ela pra beber num sei se é eu que num gosto é cloro demais homem. Num dar pra beber não. O caba sente o cheiro logo o gosto do cloro todinho [sic]” (Entrevistado Bruno). Bruno também enfatiza como essa instabilidade hídrica seria resolvida caso ele tivesse reservatórios com capacidade de armazenamento, pois ele só tem uma caixa de 1000 litros ou, nas palavras de Bruno, “eu só tenho essa caixa”.

No segundo capítulo abordamos a importância das cisternas de placas para as famílias do semiárido nordestino. Além desse tipo de alternativa, gostaria de registrar que a cisterna calçadão seria mais uma estratégia que poderia ter sido disponibilizada nas estruturas da Vila: é óbvio que não seria a solução, mas poderia ajudar a romper com a lógica de dependência que ainda vigora na Vila. Cunha (2020) ressalta que a iniciativa das cisternas de placas do P1MC de que ainda existe um longo caminho para que esses programas possam mesmo garantir a democratização do acesso à água no semiárido nordestino, entretanto, concordamos com Silva e Pereira (2020), que afirmam que:

Cisterna-calçadão, cisterna-enxurrada[...]permitem que camponeses e camponesas permaneçam no campo em resistência e em construção de outro paradigma. Além disso, as tecnologias sociais enfraquecem a colonialidade do poder local sobre a população, visto que não se aceita mais, por exemplo, trocar voto por água (SILVA; PEREIRA, 2020, p. 376).

A Francisca, que é moradora da Vila, sem dúvidas corrobora com o que falamos acima ao mostrar que, como possui reservatórios, essa é uma questão controlável. Contudo, Francisca ressalta que essa estaria mais voltada para o consumo doméstico: “Faz falta sim, porque quando falta que chega tá tudo vazio e vai encher de uma vez. Mas outra coisa não. Mas falta de água não. Eu tenho uma cisterna de 12 mil litros e tenho mais depósitos de caixas. Eu garanto a minha água 20 dias sem água na torneira” (Entrevistada Francisca).

Essa fala da Francisca reafirma o fato de que quem dispõe na Vila de melhores condições econômicas consegue se estruturar e, com isso, encarar a irregularidade hídrica na Vila. Todavia, essa situação é completamente diferente do que tem sido vivenciado pela maioria das famílias da Vila, as quais não possuem as mesmas condições econômicas e estruturais.

Para as famílias que moravam nas comunidades rurais, portanto a maioria das famílias que residem na Vila Lafayette, pagar pela água tem sido uma experiência nova, realidade que é diferente para as famílias que residiam na sede do município de Monteiro. Dito isso, fomos questionar as famílias sobre essa prática. Para Francisca, ao serem deslocados precisam estar abertos a mudanças e transformações. Nas suas palavras, “rapaz, a pessoa tem que se acostumar com tudo, né. Quando vai pra um lugar vai trocar de tudo. Vai trocar de energia, vai trocar de água, vai trocar de tudo. Então tem que tá com tudo organizado”.

O João, concordando com a Francisca, afirma que é uma taxa simbólica e que não tem problema em pagar por ela, “Mais a gente como diz a história, se for só a taxa só é 42 reais. É aquela coisa que se a gente for comprar é muito mais caro né. Eu acho que é uma taxa na minha pessoa uma taxa simbólica que dar para a gente pagar”.

Apesar dos entrevistados entenderem como normal, o pagamento dessa taxa para o abastecimento das suas casas, nós compreendemos como mais uma contradição nos acordos feitos com as famílias para viabilizar o PISF. O fato é que, ainda que tenha havido mudanças profundas e em pouco tempo, não se pode naturalizar que essas famílias foram deslocadas compulsoriamente e desterritorializadas, tendo suas rendas limitadas a VMT e ainda necessitem comprometer uma parte dos rendimentos com o pagamento de uma água que não chega com regularidade, que possui uma qualidade duvidosa, obrigando-os a destinar outra parte do orçamento com o pagamento de água para beber.

Nesse contexto, destaca-se a posição da associação da Vila Lafayette pelo fato de procurar protagonizar a luta pelo acesso à água. Entretanto, além dos problemas e dificuldades relacionados ao não acesso à água para o consumo doméstico, outro grande gargalo não

menos importante é a necessidade urgente de transformar a Vila Lafayette efetivamente em uma vila produtiva, discussão que será discutida no próximo tópico.

### 3.2 - A água e a vila produtiva

As vilas carregam no próprio nome uma espécie de identidade e objetivo, trata-se de vilas produtivas, contudo, a relação das famílias que passaram a residir nessas vilas com a agropecuária é anterior ao reassentamento, por isso, procuramos investigar se elas produziam, ou criavam, antes de virem morar na Vila, ao mesmo tempo, identificar qual era a relação que possuíam com a terra, afinal a Vila Lafayette, agora seu novo território é uma Vila Produtiva Rural. O morador João, que é da comunidade de Pau D'arco e um dos mais entusiasmados com a possibilidade de produzir na Vila, relatou as estratégias que havia experimentado antes de ser reassentado para produzir nos seus lotes antes de ser deslocado.

A gente criava cabra e criava gado e tinha o poço né e conseguia produzir. Nós morava a margem do rio Paraíba, um canto que tinha muita água também. O rio Paraíba é aquela coisa tem a época de chuva a água passa, **mas fica as cacimbas, né, que a gente conseguia cavar e sobreviver** (Entrevistado João, grifo do autor).

Nesse relato do João fica evidente que as famílias reassentadas na Vila Lafayette, ou pelo menos a maioria delas, desenvolviam atividades agropecuárias em suas áreas antes de serem deslocadas, identifica-se ainda que água, hoje inacessível, existia no rio e/ou nas cacimbas e poços, havendo assim, condições e suprimento de água para viabilizar a produção.

Já Bruno, outro entrevistado, relata a dificuldade para produzir no sítio do pai, para ele só era possível produzir durante o período de chuva, pois na época de estiagem não dispunha de poços, cacimbas ou qualquer outra fonte de acesso à água para produzir. Essas diversas situações relacionadas ao acesso à água para produzir e relatada pelas famílias reassentadas referidas às áreas de origem, ou seja, não ter água seja para o consumo humano, para dessedentação animal, ou para produzir também foi encontrada por Sousa (2020), ao estudar as Vilas Produtivas Rurais do Eixo Norte no município de São José de Piranhas - PB. Onde conclui-se que este é um indicativo da realidade das comunidades rurais do semiárido nordestino.

Além de instar as famílias sobre o que produziam e os meios utilizados para produzir, especialmente durante os períodos de estiagem, também procuramos saber o que produziam e o que pretendem ou pretendiam cultivar ou criar, assim que os lotes estivessem

definitivamente irrigados. Nesse ponto, pelas já relatadas dificuldades de produzir na época da estiagem, teve uma predominância de respostas apontando para o plantio de grãos (feijão, milho, fava etc) e para a criação de caprinos. Porém, o que também chamou atenção foi esse apego das famílias aos seus territórios de origem. As muitas histórias narradas nos levaram a entender que, mesmo com as adversidades existentes, se dispunha de certa autonomia, algo que não é vivenciado nessa fase de moradia na Vila, como pode ser constatado na fala de Francisca, que além dessa autonomia com relação à produção, havia também uma diversidade de alimentos que eram produzidos pelas famílias como explicitado por Francisca, “a gente produzia feijão, milho, nas nossas vargens a gente plantava batata doce, macaxeira, tudo isso a gente tinha e não tem nada hoje. Tinha bananeira. Lá na vargem tinha as nossas coisas para se alimentar hoje só tem o salário da transposição”.

O elemento da autonomia, tal como aparece no depoimento de Francisca, está relacionado ao fato de antes do deslocamento as famílias, mesmo com muitas dificuldades, conseguiam produzir alguns alimentos e ter suas próprias roças, estes faziam parte da composição alimentar das famílias. Todavia, na atual realidade elas se encontram na condição dependência da VMT, como fonte principal de garantia de renda e, conseqüentemente, dos meios de acesso ao alimento. Neste ponto, concordamos com Fontes (2019), acerca da relevância da autonomia.

A dimensão produtiva é aquela que diz respeito aos sistemas de produção agrícola do campesinato por meio do manejo dos sistemas agrários[...] Amplia-se a dimensão produtiva da autonomia ao fortalecer a agricultura camponesa: sementes crioulas, produção dos próprios insumos, uso de tecnologias adequadas à realidade camponesa, diversidade de espécies agrícolas, florestais e de criação de animais etc (FONTES, , 2019, p.137).

Uma outra questão que também chamou atenção na fala de Francisca foi sobre os diversos produtos que cultivavam no sítio Cipó. Nesse contexto, Frei Sérgio, membro da direção nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), com o qual temos concordância com os seus apontamentos acerca da relação entre diversidade e reprodução dos povos do campo.

Um dos elementos-chave nesta estratégia camponesa de reprodução econômico-ecológica é a diversificação na produção. Monocultivos inviabilizam a possibilidade de reprodução camponesa, pois são estruturalmente dependentes dos mercados de insumos e serviços (DEMOCRACIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS, 2021).

Ao fim, percebe-se que sabendo como era a dinâmica de produção das famílias antes do deslocamento para a Vila, ainda que sem categorizar, a reflexão acerca da autonomia e diversidade da agricultura camponesa que se apresenta como mais um indício do processo de ruptura e de desterritorialização desses sujeitos, nós avançamos com intuito de entender as promessas e as expectativas geradas pelas famílias durante o processo do reassentamento.

Bruno, um dos interlocutores e autor do relato abaixo, fala sobre a promessa de que receberiam lotes irrigados, e de como seria feita a comercialização da produção advinda dos lotes e de que havia o compromisso de continuariam recebendo a VMT, até conseguirem ter uma geração de renda estável oriunda dos lotes irrigados.

Eles disseram que depois que nós viesse praqui iam ficar pagando um salário e meio a gente até sair o irrigado. Quando saísse o irrigado eles iam pagar mais uns mês lá, u num me lembro se era alguns mês ou ou ano, num tô lembrado não, pra gente se estabelecer, aí nós ia produzir lá e eles ia arrumar quem comprar, né. Porque, um monte de gente produzindo desse num tem cuma você botar verdura numa carroça e sair vendendo de porta em porta, né. Tem que arrumar quem compre, porque nós tamo com esse projeto de vir aí, né os irrigados. Aí imagina um monte de gente dessa produzindo. Monteiro num dar conta, não. Tem que uma empresa de fora comprar, num é?! (Entrevistado Bruno).

Conseqüentemente, uma vez instalados os lotes irrigados, as famílias moradoras da vila conseguiriam ter uma produção de alimentos, que assegura as suas próprias necessidades de consumo, relativas à alimentação, assim como, ter um excedente para comercializar. A expectativa do volume produzido e disponível para ser comercializado, provavelmente demandaria um planejamento por parte das instituições que atuam na Vila, e juntamente, aos moradores, para que viabilize o escoamento de uma possível produção e, por conseguinte, gerando renda e autonomia financeira para as famílias. O fato é que, até o momento da escrita dessa dissertação, não há indicativos de que esse projeto venha a se efetivar, o que torna a preocupação do Bruno legítima.

É sabido que os lotes não estão irrigados, nem funcionando como áreas produtivas, todavia como base no trabalho de Santos (2020), algumas famílias da Vila Lafayette têm conseguido desenvolver estratégias para produzir no quintal das suas casas. Para entender melhor esse processo buscamos saber como, em meio às dificuldades do acesso à água, as famílias estão conseguindo produzir e gerar renda. Francisca, apesar de ter um pomar, de onde já começa a obter alimentos, ela nos diz que “rapaz, aí na vila num gero renda nenhuma. Prá te falar a verdade num gero renda nenhuma. Eu não trabalho na roça, que eu num posso [sic]”. O Bruno disse que é dependente das chuvas, mas quando chove ele planta para o consumo

próprio “quando chove eu planto um milhinho mais só pra casa mesmo, entendeu. Só para os animais e pra casa mesmo. Um feijãozinho pra nós comer aqui mesmo” (Entrevistado Bruno).

O João, um de nossos entrevistados, afirmou que por meio de articulações com o Sebrae conseguiu perfurar um poço e instalar placas de energia solar, com esses investimentos ele tem conseguido produzir no quintal da sua casa. Segundo João, “agora nós tamo começando, né. Sem água você não consegue fazer nada, né. E esse ano a gente já conseguiu produzir uma coisinha para o PAA conseguimos graças a Deus. Ano passado a gente colocou alface, coentro e cebolinha”.

Todavia, o cenário relatado pelo João não corresponde à realidade vivenciada pela maior parte dos moradores da Vila, o que foi possível testemunhas nas visitas feitas in-loco, mas também na própria fala do João, “pessoal veve mais desse salário. Tem gente que possui umas cabras que bota leite e outros cria qualquer animal. Tem gente que cria gado, né [sic]”.

Outra dificuldade mencionada nos vários relatos do João está relacionada à distância entre as áreas de morada e os lotes produtivos: “Tem pessoas idosas que pegou o lote com 5 km de distância da área de morada. Você imagina a situação, né”. Sobre as distâncias entre os lotes e as casas das famílias, identificamos como mais um obstáculo que tem impedido a utilização desses lotes por parte das famílias reassentadas. Essa distância chega a ser de 6 quilômetros para algumas, ainda que possa ser menor para outras, já que os lotes, assim como as casas, foram definidos por sorteio. Este problema implica diretamente no sucesso ou não da produção dos lotes. Tanto por causa das dificuldades de deslocamento das casas de morada para os lotes produtivos, necessitando de um meio de transporte, como deixa as famílias vulneráveis a roubos e furtos, tanto das ferramentas de trabalho, quanto da produção. No trabalho de Sousa (2020), foi encontrado esse mesmo desafio por parte dos moradores das VPRs de São José de Piranhas-PB. Abaixo temos o mapa das distribuições dos lotes, que ajuda a compreender melhor o que estamos dizendo.

**Figura 11** -Mapa de distribuição dos lotes.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (fevereiro de 2022).

A fim de contribuir para uma leitura mais nítida da imagem, organizamos de forma tal onde: a parte em verde corresponde a Área de Preservação Permanente; a cor rosa corresponde aos lotes de sequeiro; a azul indica a área dos lotes irrigados; por fim, o amarelo indica onde estão localizadas as casas.

Por não conseguirem transformar a vila em produtiva por razões que fogem dos seus controles, João argumenta que essa é a maior dificuldade encontrada na Vila e que isso ainda é dependente do período de chuvas e da VMT. Para ele, “a maior dificuldade é não ter condição de produzir. Porque, se produz sim nas épocas de chuva, aí igual esse ano nós perdemos tudo, não conseguimos produzir nada e você não tem aquela garantia de água. Fica dependente da verba”.

Temos argumentado neste tópico que a vila não tem sido produtiva, pois não houve a instalação da infraestrutura de irrigação, bem como o abastecimento de água por parte da Cagepa para o consumo doméstico. João, de maneira sintética, levanta o questionamento de que tendo a Vila se constituído com a finalidade de ser produtiva, parece haver uma grande contradição, “A vila se chama vila produtiva, né! e até agora não consegue produzir” (Entrevistado João). O que também é reforçado por Bruno, outro interlocutor, “mais tipo assim a água pra plantar entendeu. Essas coisas pra uso em casa não. Pra uso em casa a Cagepa (mesmo irregular). Nós tem da Cagepa. Pra plantar assim uma coisa ou outra é essa a maior dificuldade [sic]”.

Na estrutura da Vila Lafayette existem dois tipos de lote, sendo o de sequeiro com 4,20 hectares e o lote irrigado com 1 hectare. Até o momento dessa escrita os equipamentos de irrigação tornariam esse 01ha irrigado ainda não foi instalado e como se pode constatar

existe apenas expectativas por parte dos moradores da Vila de vir a ter esses lotes produzindo um dia. Foi percebendo essa expectativa que indagamos as pessoas entrevistadas sobre o que gostaria que fosse assegurado no curto prazo. João, logo respondeu com entusiasmo no olhar e um sorriso no rosto que “segundo o senhor que teve aqui, o engenheiro, até junho tá pronto”. Contudo, a mesma empolgação apresentada pelo João com relação às condições para produzir e gerar rendas nos lotes é vista de modo diferente pelo Bruno, a saber:

Não, eu achava melhor se eles ficassem dando esse auxílio pra nós é auxílio, que chama que eles pagam eu achava melhor que eles ficassem pagando esse auxílio permanente do que a irrigação, porque com o auxílio o caba ia se virando, né. E com a irrigação eu num boto muita fê nessa irrigação, não. Num vai achar pra quem vender vai eu num sei de onde vão trazer essa água. Muita gente junta ali vai dar briga ali. É confusão na certa quando junta esse monte de gente assim uns terrenos irrigados um do lado do outro ali é confusão na certa (Entrevistado Bruno).

Como nos lembra Sousa (2020), faz parte da estratégia da política de reassentamento das famílias promover uma melhoria das suas condições socioeconômicas, a partir da produção nos lotes. No entanto, este trecho da fala de Bruno revela que há muitas dúvidas e incertezas, por isso mesmo ter acesso aos kits de irrigação, talvez não seja o desejo de todas as famílias.

Esse processo nos levou a examinar os PBAs 08 e 16, para termos indicativos de como acontecerá esse processo da instalação dos lotes irrigados. Por exemplo, no PBA 08 consta que: “Após a instalação dos sistemas de irrigação nas áreas produtivas das VPRs, as famílias serão capacitadas para o manejo e operação dos sistemas” (PBA 08, 2005, p. 33). No PBA 16, que trata sobre o fornecimento de água e apoio técnico para pequenas atividades de irrigação, ao longo dos canais e para as comunidades agrícolas o MIN (atual MDR) “será responsável pela elaboração dos Termos de Referência nos quais constará o detalhamento técnico do projeto dos perímetros irrigados a serem implantados” (PBA 16, 2015, p. 9) e os seus critérios como no caso da Lafayette, que é um lote irrigado do tamanho de 1 hectare será o seguinte:

O dimensionamento unitário dos lotes a serem irrigados será de 01 ha; Os lotes a serem irrigados serão agrupados em áreas contíguas; O Ministério da integração construirá a adutora de cada perímetro até o “pulmão”, e daí até cada lote, a água será fornecida pressurizada; O Ministério da integração construirá a rede elétrica necessária para o funcionamento das adutoras e motobombas de pressurização (PBA 16, 2005, p. 9).

Sob nosso ponto de vista, a instalação dos lotes irrigados tem potencial para alavancar a geração de renda através da produção para as famílias, desde que esteja articulada às questões relacionadas ao crédito, à assessoria técnica e às demandas do mercado. Nesse sentido, o PBA 08 (2005, p. 33), afirma que “buscará parcerias institucionais para viabilizar a

inserção imediata das famílias no processo produtivo, através da viabilização dos insumos básicos [...] orientar sobre as alternativas de geração de renda e de acesso a linhas de crédito popular”. Já o PBA 16 fala em treinamentos para os reassentados como podemos constatar, “através de palestras técnicas e “Dias de Campo”, cujos temas serão: Práticas e manejo de água e solo; Operação e manutenção dos sistemas irrigados; Gestão básica do lote irrigados” (PBA 16, 2005, p. 10).

Entretanto, esse processo todo que envolveu o deslocamento compulsório das famílias tem sido rico em contradições e em promessas, as quais não têm se confirmado na prática, o que justifica a desconfiança do Bruno com relação a essa instalação e o seu funcionamento. Por isso, concordamos com a problematização feita por Santos (2020) que também estudou a Vila Lafayette.

Especificamente sobre o lote que será irrigado, as famílias desconhecem como serão as regras de funcionamento, quando a água irá chegar, como será a cobrança pela água e muitas, inclusive, não sabem que irão arcar com todos os custos de irrigação, pois somente a infraestrutura inicial será dever do MIN. Essa falta de informação e incertezas causam angústias nas pessoas pelo longo período de espera, por isso o agricultor residente na Lafayette, por exemplo, desacredita até na efetividade deste [...] As únicas informações dadas pela assistente social e diretora foram sobre a imprevisibilidade de entrega da infraestrutura, que as famílias pagarão pela água destinada a irrigação dos lotes e que a gestão de distribuição e cobrança pela água ficará sob responsabilidade de cada Estado onde as vilas estão localizadas (SANTOS, 2020, p. 213).

Nas entrevistas, os reassentados apontam possíveis alternativas para as situações enfrentadas e, especificamente, com relação à produção de alimentos e geração de renda o João apresenta a instalação dos lotes irrigados como fundamental, além do acesso a máquinas agrícolas, que facilite o processo produtivo, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como um nicho de mercado.

A chegada das águas, né nos lotes irrigados. É uma das coisas que estamos fazendo uma documentação que nós estamos pedindo ao governo federal que nós tenha a condição de nós produzir mais que também nós tenha a condição de vender, porque 61 hectare produzindo vai vender pra quem se não tiver apoio do governo nos primeiros anos? Já que vai cortar o dinheiro da gente nós tivesse condição de colocar essas verduras para o PAA e cada família tivesse X para pelo menos para o PAA. E a condição também da gente ser isento da conta da água pelo menos por um tempo. Mais no começo é muito difícil nós também ter máquina, né. Tratores para poder trabalhar no campo, porque vai precisar. Uma das situações difíceis aqui do nordeste é maquinário. Porque, ainda continua no século 21 o pessoal com a inchada (Entrevistado João).

Bruno reforça essa questão da pouca disponibilidade de água e chama atenção para a necessidade de se ter mais poços “Deixa eu ver, pra mim a maior dificuldade é que não tem tipo água. Não tem água aqui. Pronto se eu tivesse um poço aqui aí era bom pra pessoa aguar as plantas, porque, da rua ninguém guenta, né [sic]”.

Verificamos o número de nove poços perfurados na Vila. Como no capítulo anterior refletimos sobre o alto custo para produzir um poço, se levarmos em consideração que a verba das famílias é dependente quase que exclusivamente da VMT, fazer a perfuração de um poço de modo individual não é acessível financeiramente para ele nesse momento, como o mesmo relatou. Ademais, ele também nos relembra nesse trecho o fato das casas da Vila serem num tamanho insuficiente para uma melhor comodidade.

Outra realidade presenciada na vila é a existência de um prédio escolar que foi concedido para o funcionamento de um tanque de resfriamento de leite, contudo, as famílias beneficiadas não são residentes da vila e isso foi observado durante uma visita de campo ao espaço da vila.

Em uma dessas visitas chegamos logo cedo, por volta de 07h30min e nos deparamos com as pessoas chegando na Vila para entregar o leite. Questionamos se o leite era produzido pelos moradores da Vila e o senhor que estava recebendo o leite respondeu que não. Era de agricultores de outras comunidades rurais próximas à Vila. Já um dos membros da associação da Vila, ao ser perguntado se produzia leite de cabra para o referido tanque, respondeu: “não, mas tem uns meninos que coloca”. Contudo, não soube precisar a quantidade de produtores e nem quem são os que fornecem leite para o tanque de resfriamento que fica na própria Vila. Segue abaixo uma foto da entrada da escola, onde hoje funciona o tanque de resfriamento. Infelizmente, não conseguimos fazer nenhum registro dos produtores fazendo a entrega do leite.

**Figura 12** - Entrada da escola, onde hoje funciona o tanque de resfriamento



Fonte: Acervo Pessoal

João e Severino, que são membros da associação, nos informaram que em breve o prédio funcionará como um espaço para beneficiamento de girassol e gergelim, sendo que esta produção é oriunda dos lotes que tiveram implementação de poços artesianos perfurados na Vila. Esses poços e essa produção fazem parte de uma parceria entre vinte famílias com a Diaconia<sup>11</sup>.

Por tudo isso, dialogando com Nunes (2014), às Vilas Produtivas implementadas nas agrovilas são na verdade Improdutivas, uma vez que não apresentam condições mínimas que possibilitem uma produção coletiva ou individual. Considerando as entrevistas e as visitas e, ainda de acordo com a literatura mobilizada, acreditamos que no caso estudado as famílias estão buscando formas de tornar a Vila efetivamente produtiva, mas que não é um processo homogêneo e é rico em contradições. Nesses termos, o próximo item irá abordar os conflitos e contradições vivenciadas na realidade da Vila Lafayette.

### **3.3 - Sem Território e Sem Água: crenças e diferenciações**

Uma das questões que temos mobilizado nessa escrita está relacionado ao processo de desterritorialização e reterritorialização dos moradores na Vila Lafayette. Desse modo, é

---

<sup>11</sup> A Diaconia é uma organização social, de inspiração cristã e sem fins lucrativos, comprometida com a promoção da justiça. Ela está presente em territórios urbanos e semiáridos do Nordeste brasileiro e tem como compromisso maior o serviço para transformação de vidas, para isso, estimula o empoderamento de mulheres, homens, jovens e famílias agricultoras; e mobiliza comunidades, igrejas e outros grupos sociais para defesa e efetivação dos Direitos Humanos. Diaconia. Disponível em: <<https://bemvindo.diaconia.org.br/pt/institucional>>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

fundamental adentrarmos mais na ligação desses sujeitos com os seus antigos territórios e foi nessa intenção que fizemos a indagação sobre a vivência na antiga moradia.

João, quando instado assinala que, “gostava sim. Era acostumado, né. A gente morava mesmo”. Mas a resposta que mais nos marcou foi a de Francisca, que respondeu com muita convicção “a gente gostava, porque é o tipo de coisa onde a gente nasceu e se criou e tava vivendo, até cinco anos atrás com tranquilidade”. A partir desse diálogo, percebemos o enraizamento dos sujeitos em seus territórios de origem, que carregam trajetórias, histórias, sonhos e significados com os seus antigos territórios. Mesmo mediante as dificuldades já mencionadas, elas guardam com carinho as recordações de antes do deslocamento e isso tem consequências no processo de adaptação e reterritorialização na Vila.

Outra questão importante sobre a trajetória dos moradores foi saber como aconteceu a transição para morar na Vila. E nesse ponto fica evidente que isso ocorreu a partir da relação dos moradores diretamente com o MIN (hoje MDR), e esta foi permeada de promessas, implicando em uma mudança radical na vida dessas famílias agricultoras, conforme poderemos ver na entrevista abaixo:

Passava aquele pessoal dizendo que ia sair a transposição e demorava tempo. Anos e anos e depois até que chegou um pessoal para fazer um cadastro, inclusive *deram 15 dias* para a gente se retirar das terras. Pagaram um aluguel pra gente ir morar na rua e a gente foi assim um impacto muito grande. Imagina dar 15 dias para você vender bicho e eu mesmo num vendi meus bichos não. Deixei num pedaço de terra lá. Mas muita gente vendeu tudo, foi simhora pra rua, né. Ficou uma situação muito difícil. Difícil mesmo. Os bichos ficou no sítio e eu na rua na casa da minha mãe. Mas eles pagaram esse aluguel pra gente 1500 reais o problema é os animais da gente. Como eu ainda fiquei com uma parte de terra eu continuei com meus bichos (Entrevistado João, grifos do autor).

No trabalho de Santos (2020), a pesquisadora também percebeu a pressa em realizar o deslocamento das famílias e como significou uma ruptura do antigo regime de vida, além disso, também fica evidente na autora de como esse processo foi construído sem levar em consideração por exemplo, essa questão dos animais, portanto corroborando com o depoimento dado por João.

[...] muitas famílias não conseguiram comercializar os animais que criavam em tempo hábil e não tinham espaço na nova residência para levá-los, o que os obrigou, ou a vender a um preço bem abaixo do valor de mercado, ou mesmo deixar na parte que sobrou do território (SANTOS, 2020, p. 202).

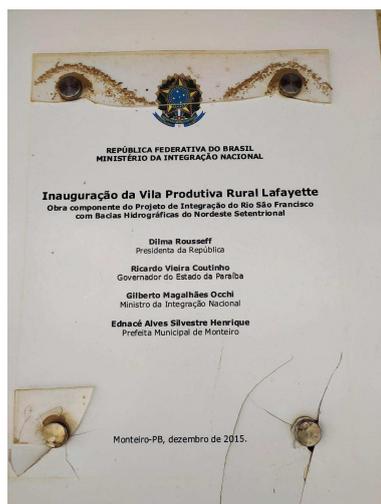
Um outro relato que também nos chamou bastante atenção foi o de Dona Francisca “o ministério da integração conversou. Mas não tinha outra opção, só tinha essa mesmo. Eles não

dão mais opção a não ser tirar a pessoa do lugar e jogar para outro”. Essa falta de opção aliada a total falta de compromisso com a população deslocada, descrita no trecho da entrevista de Francisca, revela como esses grandes empreendimentos nunca tiveram os grupos atingidos como prioridade.

Após serem deslocadas as famílias ficaram morando em casas de parentes, ou pagando aluguel, recebendo a Verba de Transferência Temporária, a VTT no valor de 1 salário mínimo e meio. Alguns aproveitaram esse recurso para construir moradias nos terrenos das famílias, como foi o caso de Francisca, “o dinheiro do primeiro aluguel que eu recebi da transposição eu construí uma casinha pra mim juntar as minhas coisas, pra mim não ficar na casa de ninguém”.

O processo da mudança para a vila ocorreu de maneira atribulada, provocando rupturas com o modo de vida experimentado em seus antigos territórios, com a ida para a casa de parentes, alguns buscaram aluguéis e todos com a falta de garantias mínimas com relação ao abastecimento hídrico. A vila foi inaugurada em dezembro de 2015 após pressão dos moradores (e eles fizeram a mudança em março de 2016 como já falamos). Porém, nos chamou atenção a falta de memória dos entrevistados no que diz respeito a data em que se mudaram para a vila. Ao que nos parece, por mais significativo e importante que seja essa mudança, ela não foi o suficiente para memorizar. “Não lembro direito”, diz o nosso entrevistado João. Já o Bruno, também não conseguiu responder com exatidão sobre quando a Vila foi inaugurada, nem sobre o tempo que já está residindo nela, “lembro não tá com uns 6 anos, né. Ou fez seis anos ou vai completar seis anos”. Logo a seguir, tem-se a figura da placa de inauguração da Vila Lafayette evidenciando a data da inauguração, que fica no prédio da associação.

**Figura 13** - Placa de inauguração da Vila Lafayette



Fonte: Acervo Pessoal

O que também nos deixou muito curiosos na conversa com os entrevistados foi saber o que foi falado pelo MDR para as famílias acerca do deslocamento. Nosso intuito foi de irmos montando esse quebra cabeça de como ocorrem os processos de deslocamentos compulsórios para a realização das grandes obras. Nessa questão, o João no seu depoimento falou sobre as promessas, especialmente no que se refere às questões estruturais da Vila e como elas têm funcionado ultimamente.

Eles falavam que ia ser bom que ia ter posto de saúde e praça e realmente fizeram a praça e fizeram posto de saúde. O posto mal funciona e a praça tá aí como você ver no mato, que a gente já procurou várias vezes a prefeitura e não ajuda já que é responsabilidade da prefeitura e a iluminação na praça não tem também é a maior escuridão. A gente da associação vai direto no pessoal da prefeitura e secretário e até agora nada e uma situação meia difícil e a situação na zona rural tá cada dia mais difícil (Entrevistado João).

O relato acima, além de trazer mais elementos sobre o jogo de promessas entre o MDR e as famílias moradoras da Vila Lafayette, também nos faz refletir sobre essa divisão de deveres dos poderes executivos federais, estaduais e municipais. O posto de saúde da Vila, segundo as famílias, tem médico e odontologista uma vez no mês. Fomos até a prefeitura de Monteiro perguntar sobre como isso acontece e a resposta de uma secretária que pediu para não ser identificada, foi de que “a Vila não é responsabilidade do município, contudo, eles estão dentro do município e tem a pressão política de vereadores e a questão eleitoral”.

Tínhamos o interesse de saber sobre a estrutura da vila e a sua funcionalidade, nesse quesito duas respostas nos chamaram atenção, que foi o Bruno, em que ressalta a quadra de esportes existente na Vila como o espaço que ele mais gosta apesar de destacar as limitações

deste espaço e o João, na sua busca incansável para melhorar esses ambientes. Na sua fala, Bruno deixa claro que é lá onde ele busca socializar com os outros moradores, estreitando laços de convivência, o que na nossa leitura também é uma estratégia de reterritorializar-se na Vila.

Aquela quadrinha ali é boa aquela quadrinha, mais era pra eles ter feito o que botado umas telas ali ao redor da quadrinha. Organizar mais ali, né. O piso lá é cascudo e ninguém alguém aguenta jogar. Porque eu gosto de ir brincar mais os meninos de noite nós vamos lá brincar de bola mais num tem uma tela num tem nada a pessoa chuta uma bola e ela vai parar lá nos cafundó do judas pra ir buscar ainda de noite e a quadra também é muito dura (Entrevistado Bruno).

**Figura 14 -** Quadra de esportes da Vila Produtiva



Fonte: acervo pessoal, 2021

O João, que é da diretoria da Associação, nos alertou que já procurou a prefeitura para fazer os reparos necessários que, como abordamos anteriormente, cumprem o papel de contribuir para a socialização e por consequência, para a reterritorialização das famílias dentro da Vila: “uma situação difícil que a gente já fez ofício várias vezes. Mandemos para a prefeitura entendeu. O secretário sabe. A gente já foi na prefeitura conversar com ele e tudo e fica só nas promessas. Para vir com o maquinário e ajeitar” (Entrevistado João). Reforçamos as discussões já feitas neste capítulo que de acordo com o PBA (08), a obrigatoriedade dos governos municipais com as VPRs é com relação à educação e à saúde.

No PBA 08 é apontada a necessidade de fazer parcerias com governos municipais, estaduais e com os órgãos federais. Com relação às parcerias com as prefeituras isso irá acontecer “para o planejamento e implantação da infraestrutura dos serviços sociais básicos nos locais de reassentamento, a oferta desses serviços e para o desenvolvimento de ações integradas em saúde e educação” (PBA08, 2005, p.37). Como sabemos, a escola do município está fechada pela justificativa de não ter alunos o suficiente na Vila para funcionar e que foi

cedida em 2021 para ser um tanque de beneficiamento de leite caprino e que em breve também funcionará lá uma sala de beneficiamento de gergelim e girassol, produzidos nos quintais de alguns moradores da vila.

No que concerne à praça existente na vila, e o seu processo de “abandono” referido pelo João, que apesar de contar com uma estrutura para exercícios físicos e espaço de lazer coletivo ela não tem cumprido com o seu dever social (parte dos moradores da Vila não reconhecem esse espaço como seu). Estive na Vila em diferentes períodos e essas visitas ocorreram em horários variados, mesmo assim não conseguimos visualizar o uso da praça. Segue abaixo o registo da praça citada pelo entrevistado, onde é possível visualizar a quantidade de mato, mesmo sendo no mês de novembro quando a região está passando por estiagem e tem pouca vegetação.

**Figuras 15** - Praça comunitária citada pelo entrevistado



Fonte: acervo pessoal, 2021.

Temos afirmado ao longo desse texto que as famílias foram desterritorializadas, e os elementos que nos dizem isso é a forma como aconteceu o deslocamento combinado com um processo de rupturas nos aspectos econômicos, sociais, culturais e simbólicos dessas famílias com os seus antigos sítios. E uma das características dos sítios é o fato de haver uma dispersão entre uma casa e outra, o que é bem diferente da Vila, onde as casas são próximas, semelhante às casas na cidade. Então, fomos indagar sobre isso nas entrevistas. Nessa questão não vamos levar em consideração as famílias que antes moravam na sede da cidade de Monteiro por razões óbvias.

Difícil. Difícil. Porque, assim como eu lhe falo, a gente tinha a nossa vida separada, né. Minha terra tava aqui e meu vizinho tava acolá. E agora é tudo junto aqui. Nós não morava tipo uma comunidade. Hoje é uma comunidade e a gente tá ali tudo junto e entrosado pensamento de um não é o pensamento da gente, né e mexer com gente é muito difícil (Entrevistado João).

Essa resposta do João também é alegada pelo Severino, que reforçou a “falta de privacidade” de quem mora na Vila e que sente falta disso. Numa das visitas que fiz a Vila no período da tarde, enquanto eu tomava água e conversava com o Severino, um vizinho trazia umas cabras do lote e estes, ao chegar no espaço da Vila, entraram no ambiente da casa de Severino e ele com um olhar de frustração olhou pra mim e falou “tá vendo? Não temos privacidade de nada aqui”.

Mas como temos dito, esse processo não acontece de forma homogênea, conforme salienta Francisca, que não teve dificuldade para se adaptar à lógica de cidade da Vila. Para Francisca “foi tranquilo. Foi. Porque, ao redor da minha casa é fechado como se diz é cercado aí não tenho muita preocupação. Me adaptei bastante fácil”.

Levando em consideração as observações feitas durante as visitas na Vila, as literaturas consultadas e mantendo uma linha de coerência nas entrevistas, indagamos as pessoas sobre quais são as dificuldades enfrentadas na Vila. Pela fala de Francisca, a dificuldade tem sido com uma menor liberdade em relação ao que se vivia antes na comunidade do Cipó. De acordo com ela [adaptação] “foi, porque aqui eu tinha uma vida que eu podia sair e chegar amanhã ou depois e aí no início foi muito ruim pra mim. Porque, eu fui muito como se diz, criticada devido a isso”. A interlocutora não deixou claro quem fazia as críticas, mas nas visitas feitas aos moradores que vieram da comunidade Pau D’Arco, estes relataram por diversas vezes que as famílias do Cipó “não vivem na Vila. Vem aqui apenas para garantir o dinheiro da verba”.

Temos procurado trazer evidências de como as famílias após sofrerem o deslocamento compulsório para a realização do PISF foram desterritorializadas. Esse processo aconteceu rompendo os laços afetivos, simbólicos e econômicos com os seus antigos lares. Além disso, ocorreu de maneira abrupta por parte do MDR. Essa realidade é permeada por promessas que pouco se cumpriram, portanto com reproduções que são históricas contra os povos das comunidades rurais do semiárido nordestino. Também em diálogo junto aos entrevistados buscamos entender como tem sido morar na Vila.

Francisca relata que a Vila foi entregue tendo como estrutura apenas as casas e os lotes sem que estes tivessem a devida infraestrutura para produzir, “de estrutura só a casa, pra mim o que eles me falaram foi o lote que até agora tá aí. Só que eu não usei o lote ainda prá nada”. Também ficou claro, como poderemos observar nas falas abaixo, o fato dos lotes e dos terrenos das casas não serem cercados e o quanto é caro cercar os lotes como nos fala João e o Bruno, que além de reforçar isso e a chamar atenção para a distância dos lotes também argumentou que mesmo a estrutura da casa não correspondeu ao que foi prometido.

Eles entregaram as casas para a gente pronta, as casas não eram cercadas. As terras a maior dificuldade. Você sabe que a gente não tem dinheiro. As terras da gente tudo cercada do outro lado, inclusive tem família que até hoje não cercou, né. Uma família que sobrevive desse salário e não tem outra renda ela vai comer ou vai cercar? Ela vai cercar, né e foi uma dificuldade muito grande a gente teve de se endividar com o banco do nordeste eu mesmo fiz empréstimo (Entrevistado João).

Só a casa mesmo. Só a casa. A casa do jeito que eles entregaram aí prometeram que era uma casa ceramicada e uma cozinha fizeram bem miudinha, rachadura, entra água pra dentro de casa[...] Já sobre o lote: foi. Lá o lote foi como prometeram só num entregaram cercado, mas foi. Os 4 hectares certinho. Sobre a distância: O meu é por aqui. Tem uns que é longe demais. Avemaria. Tem uns que é bem 8 km daí (Entrevistado Bruno).

Com relação ao fato de a estrutura das casas deixarem a desejar, sobretudo com relação a cozinha, que é um cômodo muito importante no cotidiano das famílias que residem nas áreas rurais, nós encontramos similaridades com o trabalho de Nogueira (2019), na VPR Cacaré em São José de Piranhas - PB.

Enquanto suas casas no Sítio possuíam cozinhas amplas, ou mesmo duas cozinhas, uma interna e outra nos fundos, nas casas originais da Vila elas são tão ínfimas que não cabe nem mesmo uma mesa de comer. Perscrutando etnografias sobre casas camponesas, nota-se que a cozinha, normalmente ampla, figura nesses contextos como um lugar central, o fogo ou o coração da casa e da família que nela habita (NOGUEIRA, 2019, p. 113).

A mesma autora ainda fala que na referida VPR houve a construção de alpendres e a ampliação e construção de outros cômodos. Como já foi citado nos capítulos anteriores, o modelo das VPRs é padrão, variando apenas o tamanho dos lotes de sequeiro (residenciais) e do lote irrigado (produtivos). Observando as estruturas das casas da Vila Lafayette, quase seis anos após as famílias terem mudado é possível ver essas mesmas alterações nas estruturas das casas, inclusive um dos moradores entrevistados modificou a casa por completo. Ele argumentou que a casa além de pequena era “baixa e quente”.

Um segundo elemento dessa resposta sobre o que encontraram na Vila, diz respeito ao fato da casa e dos lotes não serem cercados. Na visão das famílias é uma total contradição, pois os seus lotes antes de serem deslocados eram cercados. Essa indignação também é identificada em outros trabalhos como o de Santos (2020), sobretudo quando faz menção às dificuldades financeiras para cercar os lotes e isso ficou muito evidente na fala do João. Além disso, a autora aponta como essa situação de incompletude das instalações deixa as famílias mais dependentes do governo federal, através da VMT.

Outro aspecto a ser considerado é que os lotes de sequeiro não foram entregues cercados, mas totalmente abertos, o que impediu que as famílias iniciassem a criação de animais logo que chegaram nas vilas. A maioria mesmo depois de alguns anos ainda não conseguiu sequer cercar o lote. Sabendo que apenas a verba de manutenção temporária é a fonte de renda das famílias, é justificável que a maioria não tenha desenvolvido algum tipo de atividade produtiva na vila e isso realça as dificuldades que as famílias encontram para recompor a sua base de subsistência, além de reforçar o caráter de dependência das famílias ao governo federal (SANTOS, 2020, p. 219).

A separação e o conseqüente distanciamento entre espaço de morada e espaço de produção gera uma série de dificuldades, as quais exigem certo tempo, criatividade e empenho de recursos para que haja uma adaptação. Um dos constrangimentos recorrentes são os furtos, porque geram medo, insegurança e prejuízos. Esse dado ficou evidente para nós nas conversas com os reassentados acerca das mudanças sociais que estão experienciando na Vila. As respostas enunciadas foram diversas. Logo, procurarei de maneira cuidadosa expor e problematizar as diferentes respostas. Algumas respostas expressavam uma visão positiva da mudança, em geral uma positividade relacionada à questão econômica, portanto a VMT, mesmo tendo sido reduzida, eles recebem desde 2014 quando foram deslocados e cumpre um papel importante no orçamento doméstico, conforme poderemos constatar no relato de Dona Joana.

A vida melhorou, porque tá saindo esse dinheirinho e espere que dure mais um tempo vamos ver Deus é quem sabe e eu me aposentei. Quando a gente tem o dinheirinho da gente, né. Apesar de eu tomar muito remédio. O valor dos meus remédios é 600 reais todo mês. Se não fosse esse dinheirinho nem sei como daria prá eu sobreviver. A pessoa pagando 600 conto de medicamento o que ia sobrar pra comer, né (Entrevistada Joana).

Na fala de Dona Joana é perceptível a importância desse auxílio e de como ele é fundamental para complementar a renda da família. O que também é reforçado pelo Bruno, “enquanto eles tão com essa ajuda, com o dinheirinho a vida tá bom, né. Num tá com muita dificuldade. Com esse dinheirinho a gente já faz a feira. Se vira com outra coisinha ali outra aqui”. Apesar de ser uma verba/auxílio provisório e sem muitas garantias da sua continuidade, como abordamos no capítulo anterior, que em 2021 as famílias chegaram a passar dois meses sem receber). Contudo, não podemos ir contra as falas das famílias e negligenciar a importância que o VMT tem para as famílias reassentadas.

Para Francisca a vida agora está melhor, pois com a chegada da água mesmo de forma ainda irregular e com a construção de reservatórios para armazenar água, ela tem conseguido fazer um pomar, onde futuramente vai conseguir se colher frutas e, especialmente, frutas produzidas por ela mesma: “pra mim agora na Vila tá bom. Agora na Vila tá bom, porque

tenho água, porque os meninos trabalharam muito pra conseguir água praí e pra mim agora tá bom. Tá melhor, porque agora estou fazendo a minha estrutura do meu pomar”. Os meninos que ela destaca em sua fala são os membros da diretoria da associação, que acionaram a justiça cobrando da Cagepa o abastecimento de água para a Vila e tendo obtido êxito.

Por fim, destaco ainda o relato de João, que discorda das falas de outros moradores da Vila – para ele a vida só piorou na Vila. E essa situação de piora é atribuída ao fato de não estar conseguindo produzir, por causa da distância dos lotes e por não ter água para produzir. Inclusive, esse é um dos pontos de muita divergência entre ele e a dinâmica estabelecida da Vila pelo MDR, conforme poderemos ver a seguir.

Pra mim piorou. Lá nós tinha aquele sistema de onde nós tirava dos poços, né e aqui nós teve de fazer tudo de novo, né e muita dificuldade. Nós não pegamos a mesma terra. Vamos supor nós peguemo uma terra aqui nós tamo morando aqui e tem gente com tá com 5 km aí se você deixar um animal lá vai aparecer um cachorro que vai matar que vai tem o ladrão que vai levar. A minha ficou distante e eu tive o maior prejuízo esse ano, nós tinha 120 boier (caprinos da raça boer), e nós tivemos de vender, né e voltar pro zero de novo. Porque era prejuízo e mais prejuízo os caras levava o povo roubando. Eu acho o seguinte já que fez sua casa aqui sua terra ficava aqui dentro você não saia, né. Fizeram a vila e nunca combinaram com os morador nenhum. Nós não podia entrar aqui nós não sabia como era que ia pegar as terras e como era e a gente acha que ia pegar as terras por trás da casa da gente (Entrevistado João).

As falas evidenciam o que temos dito ao longo dessa dissertação, ou seja, o quanto a obra do PISF é contraditória. E essa contradição é manifestada dentro da vila e aqui destacados. O processo de desterritorialização e, sobretudo, de reterritorialização não aconteceu e não acontece de forma homogênea, linear, não é igual para todos, inclusive, porque a situação anterior ao reassentamento já era marcada por diferenciações. João é categórico ao afirmar que a vida piorou e mobiliza argumentos relacionados à dificuldade de produzir e de gerar renda nos lotes produtivos: entre os motivos estão a não instalação dos lotes irrigados e a distância o que ele relaciona as sucessivas ocasiões de furtos, o levando a se desfazer do seu rebanho. Portanto, a dimensão econômica é preponderante para ele afirmar que a vida piorou.

Na sequência, mantendo uma coerência dessa pesquisa, também fizemos o questionamento sobre o que mais gostam na Vila. Nessa questão, Francisca respondeu bem empolgada e coerente com uma das respostas anteriores, quando falou da construção do seu pomar. “Tu quer a verdade? Eu amo a minha casa a da Vila. Eu amo a minha casa, porque eu amo a casa que tem muita planta, entendeu. E é isso que a minha casa tá ficando verde só de planta”. Uma questão importante é que o Pomar da Dona Francisca é no quintal da sua casa e

ela usa a água dos reservatórios que tem em casa e da água que recebe da Cagepa para manter. Uma outra informação importante é que Dona Francisca continua vivendo em dois locais: passa alguns dias na Vila e outros, em uma casa na comunidade Cipó.

Bruno destaca a tranquilidade da Vila e a sua proximidade com a sede da cidade de Monteiro, que fica a apenas 3 quilômetros de distância. Para Bruno “eu gosto que é tranquilo aqui. Aqui é tranquilo demais. Aqui é tranquilo é perto da rua é uma zona rural bem pertinho da cidade, né. Aí fica bom”. João também tem a mesma concordância, mas reforça a necessidade de ter os lotes irrigados funcionando “aqui é um canto bom perto da rua próximo a BR, mas só falta a irrigação mesmo”. Para Dona Joana, que morava na sede da cidade de Monteiro antes de ser deslocada para a Vila, esse sossego remete a quando morava no sítio e que é muito melhor do que a barulheira da cidade “tranquilidade, né. Aqui é tranquilo demais. Na rua sempre é mais zoeira, né. É carro, moto é muita. Quem vive em rua é assim mesmo. Aqui é tranquilo. Aqui é parecido com o que era no sítio e eu adorava mais o sítio ainda” (Entrevistada Dona Joana).

Fui a primeira vez que fui a Vila ainda em 2017, em um final de tarde. De lá para cá estive mais vezes em 2018, 2019, 2020 e em 2021: em todas elas pude constatar como o lugar é silencioso, sendo este silêncio quebrado apenas pelo barulho dos carros que passam na BR 110. Aliás, sobre a BR Dona Joana que já é uma senhora de idade, com mais de 60 anos, nos falou que esse é um ponto negativo da Vila, pois “O problema da pista é carro, né. Atropelamento, né”.

Toda essa situação de desterritorialização das famílias, somada a vulnerabilidade hídrica vivenciada por elas e, acrescido do fato de que vieram de locais diferentes sendo, inclusive no caso das famílias da comunidade Cipó, do Município de Sertânia – PE, portanto de uma outra cidade e de um outro Estado, aspecto que se constitui em um elemento gerador de conflitos e que limita a organização da Comunidade e a sociabilidade dentro da Vila. Foi levando em consideração que questionamos sobre a convivência dentro da Vila, e algumas respostas tentaram encobrir esses conflitos, enquanto outras revelaram existir.

Se damo bem. Num teve não. Graças a deus num teve não. Desentendimento com ninguém não. Com os outros eu vejo. Aqui tem uns que são mais danadinho do que os outros, mais comigo mesmo não. Mais com os outros assim de vez em quando eu vejo. Mais naquele tempo [bomba] é que é muita gente e tem uns que tem uma opinião de um jeito e outros tem de outro aí nunca dar certo. Muita gente demais, um dava uma opinião e outra dava outra diferente aí um queria desse jeito e outro queria de outro jeito. Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo. Vamos falar com o Ministério, vamos fazer nós mesmo. Mais graças a deus acabou esse tempo. Era briga demais. Dava até medo de ir na associação. A gente via a hora eles se pegarem no muro lá (Entrevistado Bruno).

O João, além de relatar sobre a questão da privacidade como um impeditivo, ele também mencionou a dificuldade com as famílias que vieram da comunidade Cipó e não querem transferir os documentos para Monteiro, pois isso limita as negociações com o poder público municipal de Monteiro, por exemplo, com relação ao trator para cortar os lotes na época da chuva, com relação ao atendimento da rede de saúde na UBS entre outros. Além das pessoas que vieram da zona urbana de Monteiro, que para ele não tem relação com a agricultura. Segundo Santos (2020, p. 240), “A combinação de famílias de várias regiões diferentes e, acima de tudo, não agricultores e agricultoras, certamente foram aspectos que contribuíram para a emergência dos conflitos na vila”.

Sobre essa questão da documentação, Dona Francisca respondeu: “ainda é tudo de Pernambuco. Tô, porque todos os documentos é de Pernambuco. Eu tenho 64 anos eu vou mudar minha documentação aí pra Paraíba pra que?” Portanto, mantém seus documentos e vínculos com o seu antigo território. E sobre a convivência, ela assinalou que não tem muitas relações com as pessoas dentro da Vila “sobre o que me perguntou eu não vou saber responder direito. Eu me dou com todo mundo. Aqui eu não tenho conversa com ninguém, cada cá no seu lugar pra mim é boa tarde, bom dia e boa noite. Eu num tenho muito conhecimento aqui não” (Entrevistada Francisca).

Tudo isso nos levou a questionar se, em meio a esse jogo de promessas que está sendo vivenciado pelas famílias desde o deslocamento em 2014, estas estão arrependidas e como respostas constatamos que não há nenhum tipo de arrependimento. O Bruno é categórico ao afirmar que “não. Por enquanto, não. Num sei o que eles vão fazer com a gente mais pra frente que a pessoa pode se arrepender, né. Por enquanto tá bom. Só umas dificuldadezinha, mais a pessoa vai levando”. Ao mesmo tempo demonstra uma insegurança sobre o futuro, Bruno reconhece as conquistas como a casa própria, mesmo os lotes não produzindo, nem gerando renda atualmente, mas nisso se destaca a importância da verba/auxílio.

Dona Francisca, durante a entrevista, se mostrou empolgada com a maior estabilidade que possui e nos disse: “num me arrependo não. De jeito nenhum. Num tô dizendo a você eu amo a minha casa”. O João, por sua vez, lamenta o processo todo, como aconteceu e as contradições da obra do PISF, mas não se mostra arrependido “(...) não. Porque também nós não tinha aquela escolha também, sabe. Ou você vinha ou você ia pra rua e a indenização não compensava. A gente lamenta, porque já tinha a estrutura, né (Entrevistado João)”.

Face ao que ouvimos e vimos, chegamos à conclusão que o processo é contraditório e complexo na sua essência e, por isso, precisa ser discutido de maneira que abranja essa

complexidade, apresentando a situação de desterritorialização e de insegurança hídrica e de como tudo isso gera instabilidades, que se configuram em conflitos sociais. Por outro lado, observa-se também uma capacidade de resiliência por parte das famílias e o desejo de se reterritorializarem. Percebemos esse desejo quando perguntamos sobre quais soluções elas consideram que deveriam ser encaminhadas para melhorar a vida na Vila. Nessa questão, a Francisca, além de novamente terceirizar as soluções da Vila para a dupla da diretoria da Associação João e Severino, também nos surpreendeu ao falar sobre a possibilidade da “renda renascença” como uma atividade econômica para as famílias.

Eu acho que ela vai ter, porque, enquanto João e Severino tiver dentro dessa vila eles vão fazer melhoria pra ela. Porque, eles estão fazendo esse levantamento e vão conseguir. A minha solução é o seguinte a única coisa que eu faço que eu amo a minha profissão é rendeira. Eu quero e ele vai conseguir apoio pra gente rendeira de monteiro, principalmente as da Vila Lafayette (Entrevistada Francisca).

Sobre a renda renascença, que é uma prática muito comum das mulheres do semiárido nordestino, sua confecção e maneira de fazer é apresentada por Silva (2013, p. 81), que diz que “é feita com uma única agulha para confecção das tramas[...], usando-se uma espécie de fitilho [...] que é constituído por uma estreita faixa de tecido de algodão, usada para demarcar os espaços a serem preenchidos, formando o esqueleto da peça com desenhos variados”.

Todavia, as respostas de João e de Bruno foram muito parecidas, no tocante as soluções propostas por eles dois, pois tem relação com possíveis estratégias para democratizar o acesso a água na Vila, possibilitando a produção de alimentos e a geração de renda para as famílias moradoras na Vila Lafayette. Para Bruno, os poços podem ser a alternativa.

Para a vila aqui ficava melhor se eu digo se cavasse mais poço assim perto assim na margem da vila, sabe. Ao redor. Tem um ali parece que ele já secou já. Tentasse encontrar água ao redor quando acabasse a água aqui a pessoa tinha onde buscar, né (Entrevistado Bruno).

Em janeiro de 2020, em uma visita à Vila, ocorreu um fato bem marcante. Severino, outro interlocutor durante a pesquisa, relatou como ele sente falta hoje de onde morava antes de ser deslocado para a construção da obra do PISF. Era uma tarde terça-feira e estávamos na frente da sua casa sentados numa cadeira de balanço, quando ele, olhando para o horizonte com os olhos cheios de lágrimas disse: “ainda sinto muita falta de lá. Até hoje em dia ainda vou lá para ficar olhando para o canal e me lembrando de como era”. E essa relação com o local de origem é o que Souza (2020), também averiguou nas VPRs de São José de Piranhas “mesmo distintas, é perceptível que todas as marcas têm em comum as referências espaciais

do território em seu sentido simbólico-cultural, fato que gera uma forte conexão das pessoas com o lugar de origem” (SOUSA, 2020, p. 97).

As discussões feitas ao longo deste capítulo buscaram evidenciar como as famílias moradoras da Vila Lafayette padecem com a insegurança hídrica, ainda que o problema tenha sido resolvido parcialmente com o abastecimento feito pela Cagepa, que mesmo com todas as limitações atenua os problemas. Ficou evidente que as famílias deslocadas buscam manter suas relações com os seus territórios de origem, ao mesmo tempo, que constroem alternativas para a construção de vínculos com o território da Vila Lafayette.

A realidade encontrada na Vila evidencia semelhanças entre a obra do PISF e as grandes obras hídricas do século XX no semiárido nordestino, sobretudo repetindo a lógica de construção, baseada na tese da escassez hídrica sem levar em consideração as desigualdades no acesso à água.

Ao longo deste capítulo procuramos seguir os embalos das águas do velho Chico e os desdobramentos concretos que os discursos acerca dela produzem sobre as famílias moradoras da Vila. O nosso interesse foi apresentar as histórias desses sujeitos, particularmente o percurso, antes do deslocamento e as expectativas sobre o novo espaço de moradia. Iniciada essa mudança, as famílias passaram por um período de transição (instável) até se estabelecerem no novo território. Ao chegar, se depararam com uma realidade diferente do que havia sido prometido, recomeçando um verdadeiro calvário marcado por problemas e conflitos. Todavia, é notório que, nessa região, onde a vida pulsa com resiliência que essas famílias agricultoras mantêm esperança na luta para transformar as promessas em concretudes, mudando o caminho nada natural no qual historicamente a água escoava para o rio do Capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O são Francisco  
Com sua transposição  
No meu Nordeste  
O progresso vai chegar  
(Aracílio Araújo)*

**Figura 16** - Crianças e jovens nas águas do Rio São Francisco



Fonte: Acervo Pessoal, 2021

As águas que descem do rio São Francisco em direção ao açude Epitácio Pessoa, situado no município de Boqueirão - PB transportam, juntamente com água que corre, as contradições seculares que acompanham o nordestino do semiárido na luta pelo acesso à água, tornando esse acesso cada dia mais desigual. Ao mesmo tempo, a água que corre e, por vezes, até se perde no curso do caminho carrega também a esperança de acabar com a sede na Região.

Este processo histórico de luta, conflitos, produção de crenças, expectativas e frustrações também tem sido um espaço para construção de sociabilidade, para o estabelecimento de laços afetivos, culturais e simbólicos, ou seja, para a construção de territórios, a exemplo do que ocorreu com a transposição do rio São Francisco. Estamos nos referindo, entre outras imagens, ao que aparece na imagem acima, às crianças e jovens da cidade Monteiro, que vão diariamente tomar banho no local onde o canal deságua no rio.

Como já dito na introdução, minha trajetória de vida pessoal e acadêmica se cruza com a história de luta pelo acesso à água, o que fez da pesquisa um processo de encontro e, muitas

vezes, uma aventura solitária, dolorida e desafiadora. Encontrei nos moradores da Vila Lafayette um exemplo contínuo de resistência e enfrentamento ao problema da desigualdade hídrica.

A referida pesquisa, sem nenhuma pretensão de generalizar, conseguiu reafirmar a importância das ciências sociais no processo de investigar e compreender melhor as mudanças sociais provocadas por grandes obras, a exemplo do PISF, afetando as comunidades rurais do entorno, mas sobretudo, produzindo expectativas no tocante ao acesso à água e as muitas perspectivas das famílias deslocadas e reassentadas que, infelizmente, por causa das questões limitantes justificadas pelo próprio momento em que fizemos a pesquisa, não foi possível abordar.

A pesquisa evidenciou como as grandes obras na região do semiárido nordestino permanecem, como visto historicamente, operando na lógica da escassez e da oferta de água. O PISF, mesmo atuando com uma roupagem mais democrática e participativa, revestido de aspectos modernizantes e com tecnologia sofisticada, na prática continua a reproduzir as mesmas dinâmicas excludentes de outrora.

Essa escrita revelou que a obra do PISF está inserida em um processo histórico de conflitos políticos que datam do século XIX, quando se iniciaram as discussões e estudos acerca da viabilidade da transposição do Rio São Francisco. Atravessando mais de um século, até o início das suas obras e a sua conclusão no século XXI. Em todo esse tempo, ela se mostrou fruto de interesses de grupos da elite econômica e política do semiárido nordestino, mas não exclusivamente. Em contrapartida, para a população pobre das comunidades rurais a vida continua limitada pelo acesso à água.

Compreendemos que a obra do PISF segue a lógica das grandes obras hídricas em dois aspectos centrais: o primeiro é na promessa de que a grande obra irá proporcionar o desenvolvimento do semiárido nordestino, contudo, sem jamais alterar as desigualdades profundas que atingem os pobres do campo e das cidades, especialmente no tocante a dimensão econômica, social e educacional. Um segundo aspecto, articulado ao primeiro, o PISF, como as obras e políticas implementadas em outras épocas, adotou como centralidade a tese da oferta *versus* a escassez de água, sem levar em consideração os marcadores sociais que denunciam a desigualdade no acesso desta. Dessa forma, ele não resolve nem politiza os conflitos hídricos e tampouco enfrenta o problema da insegurança hídrica, sendo este um gerador de conflitos para as comunidades rurais do semiárido nordestino em geral e para os moradores da Vila Lafayette em particular.

Uma questão também levantada ao longo desta escrita e que vale a pena ser monitorada diz respeito à narrativa do “pai da obra”. Mostramos no segundo capítulo que o ex-presidente Lula foi quem mais capitaneou essa referência, contudo no momento que estamos finalizando esta dissertação o presidente Bolsonaro anuncia a conclusão da obra e entra na disputa, reivindicando também o título de genitor.

A obra do PISF criou uma série de problemas para as famílias reassentadas na Vila Lafayette, destacamos ao longo do texto o processo da desterritorialização e a insegurança hídrica que constrange as famílias cotidianamente. Ressaltamos ainda contradição central do PISF, que foi criado para levar água para as áreas secas do semiárido nordestino (incluindo as cidades) e terminou por criar uma realidade de insegurança hídrica para as famílias moradoras da Vila Lafayette, quando muitas delas tiveram que sair de áreas onde não havia problema de acesso à água, exceto nos períodos de grande estiagem. É inconcebível a construção de obra dessa magnitude sem que fosse previsto com responsabilidade o deslocamento, bem como a desterritorialização de famílias. Passados quase seis anos desde a inauguração, os moradores da Vila ainda padecem com a irregularidade na chegada da água nas torneiras e com a má qualidade da água que chega.

No entanto, todo esse processo também tem se traduzido também em expressões de lutas e resistências por parte das famílias deslocadas, que procuram individualmente e através da associação criar estratégias para transformar o espaço da Vila em um território. Para isso desenvolvem um movimento de reterritorialização, que tem como centralidade a luta pelo acesso à água e, conseqüentemente, a irrigação das áreas produtivas, o que garantiria a transformação da Vila em um território produtivo. Mas também se manifesta, por meio do jogo de futebol na quadra de esportes existente na vila, no pomar que vem sendo construído por dona Francisca e nas plantações nos quintais do João.

Também observamos que a VMT tem cumprido um papel preponderante para a sobrevivência das famílias na Vila. A verba possibilita que as famílias comprem água de beber, que façam pequenos investimentos na estrutura das casas, nos lotes, comprar comida e água para consumo próprio. Todavia, segundo o contato mais recente que estabelecemos com o MDR, a sua garantia de permanência será de seis meses após a instalação dos kits irrigados, o que deve ocorrer em dezembro de 2023, contradizendo as expectativas dos moradores que é da sua instalação em junho de 2022. Até a instalação e materialização dos lotes irrigados, a VMT seguirá sendo a principal fonte de renda das famílias. Fica a nossa reflexão: quanto tempo mais serão necessários para que ocorra, de fato, a organização produtiva das famílias reassentadas, uma vez que não há perspectiva nenhuma de políticas de crédito, nem assessoria

técnica, tampouco orientações relacionadas ao mercado capaz de gerar renda e autonomia financeira na vila?

Por tudo isso, a experiência com a construção do eixo leste tem revelado que o maior beneficiário das águas do PISF é a população de Campina Grande. Contudo, sabemos que não é a totalidade da população do município, decerto são as indústrias e os bairros mais elitizados. Além disso, tememos que os beneficiários futuros sejam a elite agropecuária na região da várzea com o canal Acauã-Araçagi. Caso essa máxima se concretize, o PISF será mais uma grande obra que ratificará a aliança do Estado com o capital agrário e industrial da região.

É sabido que não temos como apontar soluções para os problemas apresentados ao longo desta escrita, no entanto, do ponto de vista analítico, o caso das famílias da Vila Lafayette possibilita inferir que a questão hídrica do semiárido nordestino deveria se situar no “paradigma da insegurança hídrica e do acesso à água como direito”, assim certamente chegaríamos ao conceito de cidadania hídrica e lutaríamos pela possibilidade real de politização desse processo. Cidadania hídrica, para Castro et al. (2017, p. 35), “tem o potencial de reconectar as demandas das populações rurais num projeto civil para todos os grupos marginalizados da região, bem como, fortalecer a disputa no âmbito do estado para garantia do direito à água como direito humano fundamental”.

Para o exercício de uma cidadania hídrica se faz necessário a articulação entre a luta pela democratização do acesso à água, combinada com expressões de solidariedade que, acima de tudo, politizam o paradigma da escassez hídrica, em que o elemento central é a oferta. As questões históricas e sociais são condicionantes desse não acesso à água e as soluções precisam ser reivindicadas, é nesse ponto que deveria entrar mais potente os movimentos sociais, politizando a questão hídrica e dirimindo a diferença entre áreas urbanas e rurais.

Nesses termos, a associação da Vila Lafayette tem procurado protagonizar a luta pelo acesso à água, configurando-se como uma possibilidade de almejar a cidadania hídrica e a reterritorialização. É visível que há muitas limitações, talvez a maior delas, relacionadas ao desafio de mobilizar o conjunto das famílias moradoras da Vila. Sem esse protagonismo das famílias deslocadas, aliado à associação, a disputa na arena política permanecerá desigual, pois as elites políticas, econômicas e agrárias continuam dando as cartas perante o Estado. Por tudo isso, ao contrário do que almeja a letra da música exposta desta seção, a chegada das águas não tem significado a chegada do progresso. Na realidade, contrariamente assistimos a mais uma vitória do conservadorismo.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, 13(36), 7-59. 1999.

AESA-PB. *Chega água na maior obra de infraestrutura hídrica da Paraíba: canal Acauã-Araçagi*. 2021. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/2021/01/27/chega-agua-na-maior-obra-de-infraestrutura-hidrica-da-paraiba-canal-acaua-aracagi/>>. Acesso em: 05 de setembro de 2021.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 28, p. 111-120, 1995.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A Invenção do Nordeste e outras Artes* - 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE, A. D. Desafio e perspectivas da implantação do projeto de Integração do rio São Francisco no Semiárido Paraibano sob a ótica da justiça ambiental. *Qualitas (UEPB)*, v. 14, p. 1-12, 2013.

ANDRADE NETO, G. E. *Nas margens da resistência: uma análise dos impactos causados pela construção da Barragem de Sobradinho/BA na vida das famílias beradeiras da Comunidade de Brejo de Fora*. Dissertação (Dissertação em Ciências Sociais) – UFCG. Campina Grande, p. 129, 2018.

ANDRADE, M. C. *A Terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. – 6. ed. – Recife, Editora Universitária da UFPE, 1998.

ARAÚJO, T. B. *Desenvolvimento regional no Brasil*. In: O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje. Rio de Janeiro: Contraponto-Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

ARAÚJO, T. B. Entrevista. rev: *Democracia Viva*. n° 44. 2010.

ASSIS, A. T. ; TULBALDINI, M. A. S. *Transposição do rio São Francisco: os reassentados da Vila Junco e suas percepções..* In: I Simpósio Mineiro de Geografia, 2014, Alfenas. Anais do I Simpósio Mineiro de Geografia, 2014.

ASSIS, T. R. P. Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). *Revista de Políticas Públicas*, v. 16(1): 179-189, 2012.

BAPTISTA, N. de Q. CAMPOS, C. H. *Caracterização do Semiárido Brasileiro*. In: CONTI, I. L. SCHROEDER, E. O. Edni (Orgs). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: Editora IABS, 2013.

BARBOSA, D. P. *A questão agrária no Município de Monteiro – PB:problematizações no ensino de Sociologia*. Dissertação - Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Universidade Federal de Campina Grande, Sumé. p. 247. 2020. - Sumé - PB

BARBOSA, J. C. *Obras e assistencialismo no governo José Américo (1951-1956)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

BARROS, J. N. *O desencantamento das águas no sertão: crenças, descrenças e mobilização social no Projeto de Transposição do rio São Francisco / Juliana Neves Barros*. Dissertação (mestrado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2014. p. 174.

BOURDIEU, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos/ Pierre Bourdieu*. – 3. ed. – Porto Alegre, RS: Editora Zouck, 2006.

BRASIL DE FATO- PB. *Nordestinos tomam as ruas de Monteiro (PB) contra o abandono das obras da Transposição*, 2019. Disponível em:<<https://www.brasildefatopb.com.br/2019/09/02/ato-leva-povo-nordestino-e-liderancas-a-cidade-de-monteiro-contra-o-abandono-da-obra>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

BRASIL DE FATO. *Lula e Dilma levam multidão à inauguração da transposição do São Francisco, na PB*, 2017. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/20/lula-e-dilma-levam-multidao-a-inauguracao-da-transposicao-do-velho-chico-na-paraiba/>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

BRASIL, *Ministério do Desenvolvimento Regional*. O Projeto, 2020. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/o-projeto>>.

Acesso em 03 de abril de 2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Regional. *Transposição do Rio São Francisco, números*, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/transposicao-sao-francisco>>. Acesso

em: 25 de fevereiro de 2022.

BRASIL. COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO- CBHSF. *Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PBHSF (2004-2013)*. 2004.

BRASIL. *Decreto n° 78.299*, de 23 de agosto de 1976.

BRASIL. IBAMA. *Parecer técnico do IBAMA. Análise do EIA/RIMA do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. *Meio Ambiente Preservado*, 2020.

Disponível em:

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/meio-ambiente-preservedo>>. Acesso em 04 de abril de 2021.

BRASIL. *Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico para Pequenas Atividades de Irrigação ao Longo dos Canais para as Comunidades Agrícolas (PBA 16)* (2005).

BRASIL. *Projeto São Francisco: água a quem tem sede. Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias (PBA 07)*. (2005).

BRASIL. *Projeto São Francisco: água a quem tem sede. Programa de Reassentamento das Populações* (PBA 08). (2005).

BRITO, F.B.D. *Conflitos pelo acesso e uso da água: integração do rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste)*. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. P, 370, 2013.

BURSZTYN, M. *O Poder dos Donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*/ Marcel BursztyN. – Rio de Janeiro: Editora Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Participação do orador em audiência com o Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, e Prefeitos do Estado da Paraíba, para debate sobre a crise hídrica na região de Campina Grande*. Disponível em: Discurso do(a) Deputado(a) RÔMULO GOUVEIA em 09/11/2016 às 13:30 (camara.leg.br). Acesso em: 26 de abril de 2020.

CAMELO FILHO, José Vieira. “A dinâmica política, econômica e social do rio São Francisco e do seu Vale”. *Revista do Departamento Geografia*, 17 (2005) 83-93.

CAMPOS, J. N. B. *A evolução das políticas públicas no Nordeste*. In: / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Água. *A Questão da Água no Nordeste*. – Brasília, DF: CGEE, 2012.

CAMPOS, J. N. B. *Secas e políticas públicas no Semiárido: ideias, períodos e pensadores*. *Estudos Avançados* (USP. Impresso), v. 28, p. 65, 2014.

CAMPOS, N. A. *A grande seca de 1979 a 1983: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão de Inhamuns)*. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, UFSCar, v. 1, n. 44. p. 133- 166, jan/jul, 2004.

Capacidade do açude de Cedro. *Portal Hidrológico do Ceará*. Disponível em: <http://www.hidro.ce.gov.br/>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2020.

CARVALHO, J. O. *As secas e seus impactos*. In: / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Água. A Questão da Água no Nordeste. – Brasília, DF: CGEE, 2012.

CARVALHO, J. O. *O Nordeste Semiárido: questões de economia política e de política econômica*. (tese apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas). Campinas- SP. 1985. p.687.

CASTRO, C. N. *Transposição do Rio São Francisco: análise de oportunidade do projeto*. IPEA. Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, J. E; SILVA, J. I. A. O; CUNHA, L. H. Os desafios da “cidadania” hídrica na América Latina: Conflitos, Estado e Democracia. *Revista Prim@facie*, João Pessoa, v. 16, n. 32, p. 1-39, 2017.

CHESF. *Companhia Hidroelétrica do São Francisco*. Sobradinho. Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/Sobradinho.aspx>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

CORREIA, J. N. *Cenários de impactos socioambientais rural, e urbano a partir do canal de transposição do eixo leste do Rio São Francisco em Monteiro – PB* [manuscrito] / Joab Das Neves Correia. - Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 2019. 58 p.

CUNHA, L.H. *Territórios da desigualdade: os desafios aos enquadramentos da escassez no debate sobre acesso à água no semiárido nordestino*. In: 43. Encontro Anual da Anpocs, 2019, Caxambu. Anais do 43 Encontro Nacional da Anpocs, 2019.

CUNHA, L.H. Desigualdades nos padrões de acesso à água e limites da cidadania hídrica em comunidades rurais do semiárido. Edição especial - *Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens* Vol. 55, p. 99-116, dez. 2020.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *FHC encerra mandato com reprovação maior do que aprovação, em 2002*. Disponível em:

<<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2002/12/1222326-fhc-encerra-mandato-com-reprovacao-maior-do-que-aprovacao.shtml>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

DEMENTSHUK, Marcia. “*A Transposição, um projeto dos tempos do Império*”. S.L.: Agência Pública, 6 de fevereiro de 2014. Disponível em:<<https://apublica.org/2014/02/transposicao-um-projeto-dos-tempos-imperio/>>. Acesso em: 03 de abril de 2021.

DEMOCRACIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS. *Agricultura camponesa familiar e a necessária transição ecológica*. Disponível em:<<https://direitosfundamentais.org.br/agricultura-camponesa-familiar-e-a-necessaria-transicao-ecologica/>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2022.

Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. *Revitalização do Açude Cedro*. Disponível em:  
<https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/revitalizacao-do-acude-cedro#:~:text=Patrim%C3%B4nio%20reconhecido%20pelo%20Iphan%2C%20o,patrim%C3%B4nio%20da%20humanidade%20pela%20Unesco..> Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Temer responde a protestos na Paraíba e diz que torce por 'enchentezinha'*, 2017. Disponível em:<<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2017/03/temer-responde-a-protestos-na-paraiba-e-diz-que-torce-por-enchentezin.html>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

DINIZ, P. C. O.; FERREIRA, J. G.; COSTA, A. M.; SILVA, F. J. R. *Exilados da água no contexto da transposição do rio São Francisco: privação e conflitos por água nas vilas rurais em Sertânia (PE), Monteiro (PB) e São José de Piranhas (PB)*. In: 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020, São Paulo. Imagem 44º Encontro Anual da ANPOCS Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS. De 01 a 11 de dezembro de 2020, na forma remota. São Paulo: ANPOCS, 2020. v. 1. p. 1.

DINIZ, P. C. O; MALUF, R. S. Usos e conflitos por água no rio Paraíba em face da transposição do rio São Francisco: segurança hídrica e segurança alimentar no semiárido. In:

OLIVEIRA, Robson José de. *Agricultura em Foco: Tópicos em Manejo, Fertilidade do Solo e Impactos Ambientais* – V. 2. (2020).

DUQUE, G. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. Revista: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008.

Eco Debate. *A publicidade enganosa da Transposição do Rio São Francisco*, artigo de João Suassuna, 2020. Disponível em:

<<https://www.ecodebate.com.br/2020/12/28/a-publicidade-enganosa-da-transposicao-do-rio-sao-francisco/>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

FONTES, M. A. *Nós aqui somos um barco de aprender com o outro: redes de agroecologia na construção da autonomia camponesa*. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. p. 180, 2019.

FURTADO, C. *Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975*. Rio de Janeiro, Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado. 2008.

IBGE, Cidades. *História de Monteiro-PB*. Disponível em

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/monteiro/historico>> acesso em: 26 de fevereiro de 2022.

G1 Paraíba. *Moradores de vila começam a receber água 2 anos após retirada de terras para transposição*, na PB, 2019. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/05/21/moradores-de-vila-comecam-a-receber-a-gua-2-anos-apos-retirada-de-terras-para-transposicao-na-pb.ghtml>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

G1 Política. *Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope, 2010*. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>>. Acesso 03 de abril de 2021.

G1 Política. *Governo Temer tem aprovação de 9% e reprovação de 61%*, diz Datafolha, 2017.

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-tem-aprovacao-de-9-e-reprovacao-de-61-diz-datafolha.ghml>>. Acesso em: 03 de abril de 2021.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa Antonio Carlos Gil*. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. A. *A qualidade de Vida das Famílias do Perímetro Irrigado de São Gonçalo: Ética e Racionalidade*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife- PE, p. 234, 2005.

GONÇALVES, C. D. B. *Impactos, conflitos e tensões do projeto de integração do Rio São Francisco no município de São José de Piranhas/PB*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, p. 156, 2014.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 29, n. 1, 2003.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HENKES, S.L. A política, o direito e o desenvolvimento: um estudo sobre a transposição do Rio São Francisco. *rev. Direito Gv*, São Paulo 10(2) | P. 497-534 | JUL-DEZ 2014.

Jornal da Paraíba. *Temer inaugura Transposição e que antecessores merecem aplausos*, 2017. Disponível em:

<<https://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/temer-inaugura-transposicao-e-diz-que-antecessores-merecem-aplausos.html>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

LOUREIRO, M. R; TEIXEIRA, M. A; FERREIRA, A. M.. *Democracia e Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo: conflitos e articulação de interesses no projeto São Francisco*. Texto para Discussão (IPEA), v. 1, p. 1-35, 2013.

MACÊDO, G. B. de. *O projeto sertanejo no Nordeste semiárido (núcleo de Sumé-Paraíba)*. 1984. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, Campina, p. 83. 1984.

MAGALHÃES, S. M. B. *LAMENTO E DOR: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Lamento e Dor*. Tese de (Doutorado em Ciências Sociais) do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. UFPA, Belém, p. 278. 2007.

MARCONI, M.A. LAKATOS, E.M. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados* / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 7. Ed. – 5. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

MATOS, E. A. C. *Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em moatize, Moçambique*. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRGS. Porto Alegre, p. 295. 2016.

MELO C. R. *Análise do eixo leste da transposição do Rio São Francisco face aos cenários de uso previstos / Cristiane Ribeiro de Melo*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CTG. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Recife. p. 178, 2010.

MENDONÇA, J. R. N. *DO OÁSIS À MIRAGEM: uma análise da trajetória do Perímetro Irrigado de Sumé - PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. — Campina Grande. p. 125, 2010.

MENESES, V. F. *Saudade e rusticidade: reconversões sociais e convivência com semiárido entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), p. 222, 2018.

MONTEIRO, R. F. *Um Monumento ao Sertão: ciência, política e trabalho na construção do Açude Cedro (1884-1906)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza-CE. p. 200, 2012.

MORAIS, H. B. Segurança hídrica para o capital e despojo múltiplo em contextos de escassez: análise crítica sobre o novo caminho das água no Estado da Paraíba, Brasil. *Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 21, n. 2, p. 135-156, 2019

NOGUEIRA, V. S. De sitiantes a moradores de vila: o projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste brasileiro e as novas territorialidades. *Novos Cadernos NAEA*, v. 22, n. 3, 2019.

NUNES, P. P. L. *Transposição do rio São Francisco: a funcionalidade e o simulacro das políticas de reordenamentos territoriais*. Dissertação de (Mestrado em Geografia)– Universidade Federal de Sergipe, UFS, Aracaju, p. 128, 2014.

O GLOBO. *Da falta de estrutura fez-se a crise do apagão no Brasil do início do século XXI*, 2013. Disponível em:  
<<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/da-falta-de-estrutura-fez-se-crise-do-apagao-no-brasil-do-inicio-do-seculo-xxi-9396417>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

OLIVEIRA, A. M. C. V.S. *Processo de desterritorialização e filiação ao lugar – o caso da Aldeia da Luz*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 171, 2011.

PEDROSA, A. S. *Políticas hídricas sob o signo da convivência com o semiárido: desafios para a democratização das águas*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. p. 197. 2018.

PEREIRA, L. A. G; LESSA, S. N. O processo de planejamento e desenvolvimento do transporte rodoviário no brasil. *Caminhos de Geografia Uberlândia*, v. 12, n. 40. p. 26 – 46. dez/2011.

PEREIRA, S. S; CURI, R.C. *O Sistema de Abastecimento do Estado da Paraíba, Brasil: Uma Análise da Prática de Açudagem*. I Workshop Internacional Sobre Água no Semiárido Brasileiro Campina Grande –PB. 2013.

POMPONET, A. S. 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. *Conj. & Planej.*, Salvador, n.162, p.58-65, jan./mar. 2009.

PONTEL, E. ; CONTI, Irio.; ARAÚJO, M. L. L. Convivência com o Semiárido: aprendizados, desafios e perspectivas. In: CONTI, Irio. (Org.). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social*. 1ed. Brasília - DF: IABS, 2013, v. 2, p. 193-206.

RODRIGUES, L. C. *A Transposição do Rio São Francisco na Federação Brasileira: Planejamento do Território e Materialidades do Eixo Norte* / Lucas Costa Rodrigues. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p. 237, 2020.

SACCONI, C. J. D. *A Transposição do rio São Francisco: contradições da presença-ausência da obra ao longo de seus eixos*/ Carolina Jessica Domschke Sacconi. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - São Paulo, 2019. p. 231.

SANTOS, J. G. *As vidas continuam secas: as injustiças em torno do projeto da transposição do Rio São Francisco*. Tese de (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, p. 313, 2020.

SCHISTEK, H. *O Semiárido Brasileiro: uma região mal compreendida*. In: CONTI, Irio. (Org.). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social*. 1ed. Brasília - DF: IABS, 2013, v. 2, p. 31-45.

SEGUNDO NETO, F. V. A.; VIANNA, P. C. G. *Análise Espacial das Obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco- PISF (Eixo Leste)*, no Estado da Paraíba. *Geo UERJ* (2007), v. 1, p. 219-241, 2016.

SIGAUD, L. *“Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho”*. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1986. 116 p.

SILVA, A. C. A. B. da. *As águas do rio São Francisco: disputas, conflitos e representações do mundo rural*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/SP. p. 409, 2017.

SILVA, B. B. S. *O PODER POLÍTICO DE JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA: A CONSTRUÇÃO DO AMERICISMO (1928-1935)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, p.158, 2015.

SILVA, F. J. R. *Grandes Obras no Nordeste: O Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica De São Paulo – PUC/SP, São Paulo, p. 227, 2015.

SILVA, G. J. da. *Rendas que se Tecem, Vidas que se Cruzam: Tramas e vivências das rendeiras de Renascença do Município de Pesqueira/PE (1934-1953)*. Dissertação ( Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. p. 210. 2013.

SILVA, G.; SANTOS, S. E. de B. *Grito da Terra: narrativas a cerca do fenômeno da desapropriação na transposição do Velho Chico*. *Revista Conexão UEPG*, v.16, e2016434, 01-23. (2020).

SILVA, J. I. O. *A Institucionalização Da Questão Ambiental No Brasil: Modernização Ecológica E Gestão Racional De Recursos Nos Projetos De Transposição E Revitalização Do Rio São Francisco*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, p. 299, 2014.

SILVA, J. I. A; OLIVEIRA, J. B. água, meio ambiente e desenvolvimento: “ecologização” de projetos hídricos. *RAÍZES*. v. 36, n.1, jan-jun/ 2016.

SILVA, V. R. da; PEREIRA, M. C. de B. Das colonialidades à emergência de um novo paradigma no Semiárido brasileiro desde as racionalidades camponesas: um caminhar para além do desenvolvimento? Edição especial - *Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens* Vol. 55, p. 358-380, dez. 2020

SOUSA de, M. de F. O. *As marcas da transposição do Rio São Francisco: acesso à água, conflitos socioambientais e desenvolvimento no município de São José de Piranhas-PB*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2020.

SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Delimitação do Semiárido*. Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

TROLEIS, A. L; SILVA, B. L. Do polígono das secas à vulnerabilidade ao colapso hídrico: uma análise do território do rio grande do norte. *Revista Geo Sertões* (Unageo/CFP-UFCG). vol. 3, nº 5, jan./jun. 2018.

UOL. *Temer inaugura transposição, mas moradores de Monteiro agradecem a Lula*, 2017. Disponível em:

<<https://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2017/03/10/temer-inaugura-transposicao-mas-moradores-de-monteiro-agradecem-lula/>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

VALOR ECONÔMICO, 2020. *Sem Governadores, Bolsonaro trecho da obra do rio São Francisco*. Disponível em:

<<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/06/26/sem-governadores-bolsonaro-inaugura-tr echo-da-obra-de-transposicao-do-rio-sao-francisco.ghtml>>. Acesso em: 03 de abril de 2021.

VIANA, F. L. et al... *Gerenciamento integrado de recursos hídricos no Nordeste. In: / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Água. A Questão da Água no Nordeste.* – Brasília, DF: CGEE, 2012. p. 291-328

WANDERLEY, M. N. B. *Agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro.* In: PETERSEN, Paulo (org.) *Apoios: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.* Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-46.